

# Identidades

Ameaças às  
identidades e à  
biocultura dos  
povos



# EDITORIAL

De relevo internacional, os articulistas da revista IDentidades 2021 trataram de pensar as *Ameaças às Identidades e à Biocultura dos Povos*, tema que põe a ver o que está mal do ponto de vista civilizacional, pois “Estamos numa encruzilhada e, se nada fizermos, o nosso destino não será luminoso, antes bem pelo contrário! É preciso preservar a história e o seu legado cultural.”, afirma o propositor da temática desta edição, Eurico Ribeiro, dando o mote para a próxima edição habitual sobre os povos de língua portuguesa: *uma identidade quase milenar que deve fazer a diferença no mundo... dar outros rumos ao mundo!*

Cada autor e de acordo com suas específicas reflexões adentraram o *leitmotiv* proposto e indicaram que a desagregação dos povos e de suas culturas é decorrente da *globalização* — notoriamente mais excludente do que inclusiva — *a impor um silêncio de morte à vida humana no conjunto da natureza e da biodiversidade*. Atrelados a isto estão a desmedida pobreza à escala mundial, a exaltação de dogmas e fanatismos religiosos, a eclosão sistemática de movimentos racistas e xenófobos, que excluem e segregam, como modo de coerção das liberdades e dos direitos fundamentais humanos.

Outras ameaças aí estão para toda gente ver como a falta de transparência no exercício cotidiano dos Poderes, a deformação de consciências pela desinformação digital que intervém na própria democracia, manipulando, inclusive, eleições com intuito evidente de que para mudar uma sociedade é preciso primeiro destruí-la. Ademais, há as questões ligadas à natureza dos espaços urbanos, a má gestão de bens comuns, o controle de recursos naturais, a exploração desenfreada dos recursos do Planeta que promove o desequilíbrio da vida dos seres que o habitam — particularmente dos povos originários — bem como o da fauna e o da flora.

Apesar de este mundo ter todos os mecanismos científicos e tecnológicos para que seja exatamente o contrário, somos tomados por um obscurantismo que domina as vertentes da vida atual desde as informações que recebemos, a cultura que nos transmitem, a educação que nos formata, a justiça que nos silencia. Tudo diluindo valores e princípios em uma fundíssima crise antropológica que expõe uma Humanidade esquecida do seu próprio Destino, porque “existir não é tudo”, como lembrava o Bernardo Soares do Fernando Pessoa, falta-lhe o (seu) Sentido maior do seu existir.

Para além do objetivo urgente de salvar o próprio Planeta, é preciso *refundar o Humanismo*, dar lugar à humanidade integradora de *seres-com-outros-no-mundo* para que dê cabo das exclusões de identidades plurais e da volúpia do lucro — virulência desagregadora da globalização econômica que pasteurizou ideias e ideologias e que se perfila como a grande ameaça à serenidade identitária e à biocultura dos povos.

Pelo fato de a humanidade continuar a ser profundamente assimétrica, com 1% a deter toda riqueza do Planeta, e pelo fato de viver sob ganâncias de vária ordem (política, financeira, econômica, religiosa), cabe desde já construir a *História do Futuro*, isto é, *restaurar as filosofias do Espírito* (Santo) no que se daria como uma generosidade solidária — diz-se

para uma *vida conversável* a Agostinho da Silva — porque integradora da Natureza e, sobretudo, dos mais excluídos da Terra.

Antes de passar o leitor à leitura da IDentidades, cabe a ele saber que — com exceção dos mapas, cujas referências estão inseridas no próprio texto, que compõem o artigo de Jorge Paulino Pereira — a capa da revista e as imagens ilustrativas dos artigos dos patrícios Eurico Ribeiro, António Saiote, Fernando dos Reis Condesso e Carlos Lima ficaram a cargo do engenheiro físico Jorge Ribeiro, mais um colaborador das terras d’além-mar.

Constança Lucas, portuguesa radicada no Brasil, professora da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cedeu-nos ilustração que compõe o artigo de José Esteves, professor de filosofia do Liceu Camões em Lisboa, cuja participação na ID deve-se a Amândio Silva, um entusiasta da lusofonia, fundador da Associação Mares Navegados e idealizador do Fórum Liberdade e Pensamento Crítico, estreado em 2018, em Portugal.

A arte gráfica do artigo do professor de filosofia Renato Epifânio, também português, nos foi disponibilizada por Aletho Alves que criou, em 2013, uma meia rosa dos ventos a lembrar o despontar (como o sol nascente) para a logomarca da *Identities Oceânicas: Pensamento e Ação no Mundo de Língua Portuguesa*, ligada ao Instituto Mukharajj Brasilan (IMUB), no Rio de Janeiro. As artistas plásticas Vitória Barreto e Amanda Olbel ilustram, em respectivo, o artigo do filósofo português José Antunes de Sousa e o da professora lêda Vilas-Bôas.

As demais fotografias foram feitas pelos próprios articulistas Eugênio Giovenardi, Aldo Paviani e Marisol Kadięgi para ilustrar seus artigos. As que compuseram o artigo de Luisa Janeirinho e de Ana Margarida Mestre são do domínio dos projetos do Instituto Marquês Valle Flor. As imagens do artigo de Luisa Timóteo e Zélia Torres pertencem ao arquivo da ONGD Coração em Malaca.

# ID

entidades

#### Diretor e Editor

Lúcia Helena Alves de Sá

#### Conselho Editorial

Carlos Alves Moura  
Loryel Rocha  
Artur Novelhe  
Francisco Javier Rios  
Eurico Ribeiro

#### Revisão

Sob responsabilidade dos autores

#### Editor de Arte e Projeto Gráfico

Vania Pio

#### Editoração

Vania Pio

#### Imagem Capa

Jorge Ribeiro

#### Circulação

www.revistaidentidades.com

#### Ano

2021



INSTITUTO MUKHARAJJ  
EDIÇÕES



# ÍNDICE

Ameaças às Identidades e à Biocultura dos Povos .....	5
José Antunes	
A Cultura Humana está no Cérebro .....	8
Eugênio Giovenardi	
A Geografia de Brasília e a Evolução Urbana com Mudanças no Território do Distrito Federal .....	17
Aldo Paviani	
Kokoto – A Força Ancestral na Cerimônia Fúnebre de Líderes Tradicionais em Angola .....	26
Marisol Kadiegi	
O Desaparecimento de Nossas Ancestrais Culturas .....	36
Iêda Villas-Bôas	
Djarmai, nha tchon Valorização da identidade e do Património Biocultural da Ilha do Maio de Cabe Verde .....	43
Luisa Janeirinho & Ana Margarida Mestre	
Portugal e a Lusitanidade no Mundo – um exemplo para a sociedade do Futuro .....	56
Jorge Paulino-Pereira	
Será a CPLP? ONGD Coração em Malaca .....	71
Luisa Timóteo & Zélia Torres	
Luso-Tropicalismo e Lusofonia .....	75
Renato Epifânio	
Obscurantismos .....	79
José Esteves	
O Ocaso Civilizacional .....	88
Eurico Ribeiro	
O Círculo e a Elipse .....	95
António Saiote	
Democracia e Transparência .....	100
Fernando dos Reis Condesso	
Consciência Digital .....	106
Carlos Lima	
Agostinho da Silva – para sermos gente nova .....	112
Lúcia Helena Alves de Sá	

# AMEAÇAS ÀS IDENTIDADES E À BIOCULTURA DOS POVOS

José Antunes de Sousa | Filósofo e Professor da Universidade Católica Portuguesa

Antes de lançar-me na ousada tarefa de identificar e caracterizar o tropel de ameaças, algumas fantasiadas e disfarçadas de boas notícias, que impendem sobre o incerto futuro de povos por esse mundo fora, permita-se-me um breve exercício de introdução e revisitação de alguns conceitos que neste escopo se implicam.

Desde logo, convenhamos que só há ameaça quando alguém se sente realmente ameaçado, ou seja, quando o teor da ameaça, que como tal é reconhecido a um qualquer nível de consciência, coincide com o mal que alguém crê estar a ser-lhe infligido. Trata-se, afinal, da expressão dramática da vetusta e afamada lei cósmica da ressonância e que Hermes de Trismegisto designou como Princípio da Equivalência. É cósmica essa lei justamente porque se baseia numa implícita harmonia polar das simetrias: a vítima de violência, qualquer que seja o modo como se expressa, ela só o é na medida em que essa sua triste condição reclama e exige a correlativa presença e acção do verdugo.

Paradoxalmente, o processo, tão frequente quanto enjeitado, não resulta de um agente exterior — ele congemma-se e urde-se nos obscuros alçapões do subconsciente, esse armazém sináptico de todo o tipo de memórias traumáticas. Assim se vai formando o “inconsciente colectivo” dos grupos humanos: eles transportam, juntos e em simultâneo, o júbilo da sua modalidade existencial e um corpo de dor (Eckhart Tolle) que transpira os suores de uma traumática memória colectiva.

A configuração ôntica, isto é, espaciotemporal de uma nação, que é inconcebível sem um povo que a encarne, desenha-se e consubstancia-se na articulação dialéctica dos elementos reiterados pela tradição, como prestígio axiomático do antecedente, e dos factores veiculados pela hermenêutica da tradução, que fixa em regra os riscos da normatividade social. Ora, quando se verifica um défice de incorporação do novo, estas comunidades, que só o são se incorporarem um destino comum, tendem a imobilizar-se no patamar do vaivém mecânico e replicativo dos rituais quotidianos e perpetuados pelo instinto de sobrevivência.

Por outro lado, a consistência identitária de um povo só no movimento osmótico entre o chão/seiva da vivência local e o desafio da oferta global se robustece e afirma — a sua eficiência afirmativa, num contexto de diversidade, faz-se, pois, da dosagem subtil de apego à matriz telúrico-cultural e de abertura ao estímulo do novo oferecido pela globalidade. E a globalidade não se expressa na extensão, território dos entes (nível ôntico), mas em profundidade, enquanto pressuposto indeclinável de todos os seres, muito ao jeito do “Englobante” de Karl Jaspers. Globalidade é, no nosso caso, a condição transcendental do ser de uma comunidade única, enquanto que globalização é um artifício igualitarizante e indiferenciador, catapultado por um critério extensivo e assente na ilusória captura do mito da perfeita eficiência.





Artista Plástica Vitoria Barreto. Quiromancia (Escultura em madeira Pau-brasil, Rio de Janeiro, 2020)

Sim: a identidade, por definição, quer-se dinâmica e não estática, num obstinado apego a um passado absolutizado.

Se é verdade que a memória é a âncora de um povo na sua relação afectiva e apropriativa com um território, não é menos verdade que é preciso muito cuidado com ela, quando em excesso: a fixação mimética e replicativa na estrita facticidade que, assim, fica, algures no passado cristalizado, passando a constituir incorrigível factor de condicionamento.

O bem-estar psíquico de um povo mede-se, em boa parte, pelo grau de radicação, fenómeno, porém, que consiste não apenas em projectar as raízes terra dentro, mas elevar os ramos (braços) ao alto/céu. E em relação a estas raízes convém prevenir o perigo da monocultura e da mononutrição: é necessário alimentá-las com a maior diversidade possível de ingredientes nutritivos. E, a propósito, permitam-me esta pitada, certamente pretenciosa, de poesia de cariz profiláctico: um grupo humano define essencialmente por falta de rega ou por excesso dela — com a seguinte cautela: rega gota-a-gota revigora, rega de enxurrada destrói e mata.

A “Presença do Passado” (Rupert Sheldrake) é o resultado da nossa condição fenotípica: somos filhos da diacronia, do tempo que decorre. Mas esta experiência diacrónica carece de articulação permanente com a dimensão sincrónica — de indivíduos e instituições. A sincronia é expressão nesta dimensão do que nela a supera e transcende — é do âmbito da consciencial!

É nos grupos primários (“face to face”) que as comunidades alicerçam o decisivo processo de socialização e de comunhão axiológica: os factores de proximidade, vizinhança são os privilegiados construtores da familiaridade (grande família) e união — até esse inexpugnável sentimento de todos se experienciarem como “comunidade de destino” (Andre Malraux).

Diferentemente do que sucede nos sistemas naturais, nos sistemas humanos,

quando ocorre a desvinculação afectivo-consciencial, tal facto abandona o sistema da lógica das suas forças desintegrativas. E aqui assoma à janela a segunda Lei da Termodinâmica, a Lei da Entropia. Convém, contudo, notar que a luta contra entropia se faz apenas a partir da consciência, único actor verdadeiramente neguentrópico. Em vão se tentará combater a entropia com a força física: há uma invencível “incomensurabilidade” (Thomas Kuhn) entre estes dois polos do binómio — só a consciência salva os povos e as culturas da desintegração.

Insisto no perigo — o do patológico apego ao rasto da memória: processo irreversível de “dissipação” (Ilya Prigogine) das estruturas dialógicas que constituem os canais abertos ao novo e à integração. Outro perigo ainda, correlativo daquele: à lógica oclusiva de um auto-fechamento, como acontece, por exemplo, como sociedades fanaticamente endogâmicas que, ao descartarem liminarmente o condimento essencial da novidade e do rejuvenescimento, promovem a degradação biológica e mental — e espiritual, claro.

A globalização, por ser portadora de um mortal desígnio de indiferenciação e de formatação ideológica, a que se juntam os colossais fluxos migratórios, alguns pelo menos, ditados pela insana volúpia de gulosas reconquistas perfila-se como a grande ameaça contra a serenidade identitária dos povos: a globalização é o porta-aviões, a ideologia, os mísseis — mesmo que disfarçados de pastéis de nata ou chocolate.

Acredito, porém, que a alegria primicial de certos povos simples e genuínos, como os indígenas da Amazônia, ou das aldeias recônditas de Trás-os-Montes, constitui um estado de consciência especial: garantia de imunidade contra a virulência desagregadora da globalização. Mas outras ameaças espreitam como, por exemplo, a voracidade predadora de um capitalismo sem rei nem roque sem hesitar em impor um silêncio de morte à vida. ■



# A CULTURA HUMANA ESTÁ NO CÉREBRO

Eugênio Giovanardi | Ecosociólogo e Escritor

Cultura é a expressão visível e transmissível das respostas do cérebro aos requerimentos biológicos da sobrevivência e da reprodução da espécie *homo sapiens* frente aos desafios da evolução orgânica, do ambiente natural e das mudanças climáticas. A percepção da natureza das coisas, por meio dos cinco sentidos, orienta o conglomerado cerebral para responder às provocações enigmáticas do milagre da vida.

O cérebro tem a função sistêmica de associar os múltiplos elementos nele introduzidos pelos sentidos. A luz, as cores, a água, as frutas, as sementes, a pedra, a madeira precisam de ferramentas para serem usados, colhidos, transformados em utilidades do dia a dia. O cérebro é uma oficina de trabalho criativo na qual se organizam e se projetam as ações práticas ou técnicas de apropriação.

A cultura, portanto, resulta do intercâmbio contínuo entre a faculdade cerebral orientadora da espécie humana e a oferta de bens de um ecossistema, úteis e necessários à manutenção da vida ao longo do tempo. Os seres vivos e os inanimados estão ligados umbilicalmente aos ecossistemas hospitaleiros. A cultura é a expressão conceitual da vida de um povo no conjunto da natureza e da biodiversidade.

É a partir desses resultados obtidos, no dia a dia, que surgem as interpretações simbólicas sobre o efêmero entusiasmo dos acertos, a dúvida e a possibilidade de erro, a repetição indefinida de atos vitoriosos, a difusão pedagógica de práticas e conhecimentos ao grupo.

A elaboração cerebral de cada indivíduo de informações trazidas pelos sentidos solidifica comportamentos que se difundem, se imitam e se armazenam no cérebro coletivo. O funcionamento do cérebro individual conforma um cérebro coletivo a comandar comportamentos e ações similares relativos à continuidade do uso da oferta ambiental: alimentos e água como base da sobrevivência. Os traços originais de cada povo se regionalizam e universalizam, se interpenetram e são imitados por outros povos.

As funções orgânicas do homem e da mulher, dos infantes e dos jovens criam traços culturais adequados e próprios de cada participante do grupo com interpretações simbólicas diferenciadas. A percepção individual se realimenta da prática coletiva. Há uma junção das individualidades na forma coletiva de expressão cultural.

A lei biológica da instintiva relação sexual da fecundação, seguida da gravidez e do parto, feliz ou infeliz, separa e distingue as funções orgânicas. Um juízo

de valor está implícito nessa relação. A função orgânica da mulher é requerer e aceitar a participação do homem. Entre a aceitação orgânica da mulher e o ato participante do homem está implícito um sentimento mútuo e confuso de superioridade e de inferioridade que pode resultar em conflito ou em dominação de um sobre outro. A natureza proveu os seres vivos de mecanismos físicos necessários ao cumprimento da reprodução biológica.

A cultura incorpora um sentido de organização e ordem para que a reprodução da espécie humana se cumpra e para que a coesão do grupo lhe dê força e energia necessárias à sobrevivência: macho, fêmea, descendentes. O macho caça, ou pesca, ou coleta, ou define o abrigo contra perigos visíveis e invisíveis, ou constrói seu habitat. Lidera, agrega, coopera nessas ações de sobrevivência. A fêmea gera, amamenta, alimenta a prole, prepara alimentos, transmite o idioma, fundamento da cultura.

A caminhada humana atravessou o paleolítico, os glaciais do pleistoceno e inaugurou o antropoceno. Passaram-se três milhões de anos. Da pedra lascada ao computador, o homem sábio, em seus diferentes estágios de aperfeiçoamento, usou e explorou os elementos necessários para a sobrevivência oferecidos pelo planeta. Tempo suficiente para atravessar todas as fases da maturação biológica, para marcar o tempo, observar o ciclo das estações e as mudanças climáticas, mapear o firmamento e aplicar a matemática para medir distâncias, peso e a velocidade da luz.

Na era atual do antropoceno, o homem sábio domina sozinho o plane-

ta de forma perigosa e alarmante, como ditador, autoritário, legislador, sem oposição de outra espécie inteligente capaz de controlar ou deter sua extraordinária capacidade de se reinventar e de se destruir. A solidão do poder da espécie humana totalitária, autocrática, acrítica, autônoma, sem oposição, nem contestação exterior, corporativa, autossuficiente, legisla em causa própria. Inculpa-se e absolve-se presumidamente inocente. A ausência de oposição reforça o corporativismo da espécie humana a desafiar as leis da natureza e o sentido escatológico do próprio desaparecimento: tudo o que nasce, morre. Os Neandertais são nossos mais próximos desaparecidos.

O que está oculto na origem e na evolução da história cultural da espécie humana? Que traços estruturais da cultura, construídos na preservação da vida, permanecem ao longo da história durante milênios? Como nasceu, como se distingue, como se interpenetra e reproduz, como persiste e evolui a cultura de cada povo? Como dialogam as diferentes culturas ao longo do tempo e em diferentes espaços? Como se impõem as culturas e como se eternizam no cemitério do passado?

Ao tomar consciência da sobrevivência e da reprodução, o cérebro humano passou a responder aos questionamentos da realidade das coisas. O mistério da origem e o enigma da morte, no passar dos milênios, despertaram a consciência existencial para o invisível indefinido, para o desconhecido ameaçador. Os fenômenos físicos incontrolláveis, o medo de forças superiores, os ritos para aplacar as iras imaginárias, alucinações, doenças letais ocupam espaço na cons-



Foto: Eugênio Giovanardi. Réplica de sepultamento de mulher pelo chefe do clã ou marido. Grutas de Atapuerca, Espanha (03 de agosto de 2019)

ciência coletiva. Para sobreviver e se reproduzir havia de afrontar um mundo desconhecido, oculto sob o véu da natureza e por traz do manto de estrelas.

A memória de uma cultura não se extingue, mesmo tendo desaparecido seus construtores. Podem desaparecer e até extinguir-se os povos que transformaram elementos de seu espaço existencial em cultura, ou modo de vida. Porém, agregaram a eles sua percepção consciente ou inconsciente da matemática referente à origem da vida, ao imprevisível fim, ao incalculável infinito, à eternidade das coisas. A origem da cultura humana é parte intrínseca e imanente do funcionamento cerebral e será sempre reconhecida como própria da espécie humana independentemente de tempo ou de espaço. É marca indelével da passagem do homínido pelo planeta.

Os fundamentos originais permanecem. As manifestações temporais tomam formas diferentes, mas guardam o princípio da continuidade, da adaptação, da invenção, das características de uma época. Os traços culturais físicos estão envoltos numa placenta simbólica interpretativa do tempo passado, adequados ao presente e disponíveis aos descendentes no futuro.

O progresso cerebral do homem sapiente se reflete na contínua evolução técnica, no manejo inventivo dos instrumentos que facilitam o uso dos bens da natureza. Os habitats, as moradias melhoram. As ferramentas para despedaçar pedras e madeiras, a faca, a furadeira, o machado, a roda e as armas de caça (a funda, a flecha, a pólvora) se multiplicam e aperfeiçoam. Das pinturas rupestres aos nossos dias (gruta de

Roucadour, França, Altamira, Atapuerca, Espanha), deixadas pelo *homo habilis*, pelo *homo ergaster*, à dominação do pincel e do escalpelo pelo *homo sapiens*, medeiam 2.500.000 anos de evolução tecnológica.

A reprodução lenta, gradual e constante da espécie humana, em distintos pontos do planeta, graças às simplíssimas técnicas, mas eficazes, do *homo ergaster*, migrando da África para o hemisfério norte, há mais de cem mil anos, pressionou a ocupação de espaços. Proporcionou contato mais intenso com a biodiversidade dos diferentes biomas e dos ecossistemas na busca de água e comida. Dos confins da Eurásia aos continentes ocidentais, o planeta se viu explorado por fora e por dentro. A pele e as entranhas do planeta, as florestas, as águas e o óleo das pedras profundas entraram no radar das tecnologias do homem sapiente.

O que dá sentido à cultura e aos truques da sobrevivência é a vida, a conservação da vida, a reprodução, a adaptação ao meio, a convivência do grupo, a idiosincrasia de cada grupo, a miscigenação, a territorialização dos grupos. A cultura implica um sentido de liberdade do grupo frente ao relacionamento com a natureza. Os erros e os acertos fazem parte da liberdade vigiada pelas leis naturais. A instrumentação para vencer as dificuldades e obstáculos do ambiente, ocupar o espaço e conviver com seres materiais e animados, sustentados pelas leis físicas da natureza, garante a continuidade da herança cultural.

A cultura da caverna, as cenas rupestres são o relato pictórico dos feitos, a imagem, o arquivo, o museu, a men-





Foto: Eugênio Giovenardi. Murais retratam uma tecnologia de pintura com tintas tiradas de pó seco de folhas. Grutas de Atapuerca, Espanha (03 de agosto de 2019)

sagem ao futuro, aos descendentes. O esconderijo, o medo, o desconhecido permanecem, mesmo na construção do agrupamento para defender a sobrevivência cultural ancestral do grupo e da invasão cultural de outros grupos. O cansaço do nomadismo em busca do alimento, os agrupamentos fixos em áreas de abundante oferta natural — água, vegetais, caça, pesca — originaram a domesticação de sementes e de animais (cavalo, camelo, elefante, cão, gato, galináceos).

As esculturas e pinturas, séculos mais tarde, substituíram as pinturas rupestres das cavernas e ornaram palácios e igrejas como indicadores de futuro, ainda que incerto. A pintura e a escultura são produtos da arte para os que vêm depois. É a memória preservada dos que entraram definitivamente no passado.

A cultura da pedra, o martelo, o machado, a faca, a casa de pedra, os palácios de mármore, as torres, os templos (para cultuar o invisível, o desconhecido, o infinito, o imaginário), esculturas de barro

ou de madeira se tornaram duradouras, elaboradas com tecnologias avançadas, descobertas há um milhão de anos.

Presente em quase todas as regiões do planeta, pratica-se a cultura do barro, potes para coletar e guardar água e grandes vasilhas funerárias nas quais se juntavam peças utilizadas em memória de seu passado. A cultura da madeira, colheres, casas, canoas, barcos ocasionou a onda de desflorestamentos.

A cultura das armas, a funda, a flecha, a preparação de um exército para defesa do grupo, rechaço de invasores, proteção dos anciãos, chefes ou governantes. O fogo, a fundição de metais, o aço, a espada, o vidro. A cultura da roda, o carrinho, a carroça, atrelamento de animais domésticos, o transporte de bens, a mobilidade espacial entre grupos.

A cultura utilitária dos conglomerados e usos simultâneos de materiais diversos: pedra, barro, madeira, aço, vidro, plástico na construção de palácios e templos ganhou espaço nos últimos dez milênios. A cultura do pensamento, da memória, dos ditos populares, da especulação filosófica, da escrita, das bibliotecas, universidades floresceu com as escolas: gregas, persas, chinesas, indianas, africanas.

A cultura eletrônica, as comunicações, os armamentos teleguiados, a transmissão ao vivo dos acontecimentos, a invasão da moda, a falsa notícia, a degeneração das intimidades, a banalização dos atos anti-humanos faz parte da cultura universal. A cultura industrial, a eletrônica, a aviação, a aventura sideral, a busca de segredos cósmicos, a inventiva, a criatividade, o uso intensivo de matéria prima do planeta, sem possi-

bilidade de reposição, resumem os termos tecnologia digital, cérebro eletrônico, robotização.

O esvaziamento do planeta. A poluição do ar, das águas e o lixo não reciclável fazem parte da cultura globalizada. A cultura do desperdício e do consumismo compulsivo, perda da biodiversidade, a degradação dos sistemas, a economia da destruição, o complexo do extermínio compulsivo, os lixões a céu aberto ou no fundo dos oceanos, mais e mais entram na conta universal de todos os povos.

A cultura da saúde, as receitas alimentares, a inclusão ou exclusão de itens alimentícios, os remédios da natureza, os laboratórios, os concentrados químicos, as vacinas, as cirurgias, os transplantes, a clonagem, o desejo da cura e do milagre, a intercessão do poder sobrenatural, a religião, a superstição ocupam todas as categorias e classes sociais ao redor do planeta.

A cultura das leis escritas não atinge todas as culturas, nem todos os grupos de uma nação. Os crimes, a ética, a moral, os princípios, os códigos, os tribunais, as sentenças condenatórias, a tortura, a prisão perpétua, a pena de morte, as guerras, os armistícios se enquadram em códigos extraídos de concepções políticas e religiosas de cada povo. A Organização das Nações Unidas oferece diretrizes para universalizar as leis, nem sempre observadas no âmbito das nações.

Nem sempre são observáveis os elementos que se entrelaçam para tecer o vestuário cultural de um povo. O necessário, o útil, o possível, o prazeroso frente ao deslocamento ou extinção de outros seres ocupantes do mesmo am-

biente comum, sejam pessoas, florestas, animais, são perceptíveis só depois de concretizados os traços culturais. A indagação subliminar e inconsciente das origens dos seres vivos, dos fenômenos incontroláveis, do dia, da noite, das estações, de astros no firmamento, do universo se revela ao longo de séculos.

Entram em cena a matemática do infinito e a indagação sobre a origem e o fim do universo e da vida, sobre as mutações e a morte, sobre a eternidade do passado, a incerteza do futuro, a continuidade imaginária do além, os limites intransponíveis da existência, o desconhecido, o invisível, o misterioso, o religioso, o milagre.

À revelia ou de forma explícita, registram-se, ao longo da história, a universalização dos hábitos, das culturas, dos idiomas, das migrações, das guerras intestinas e as de âmbito global. Modernamente, com peso específico, promove-se o passeio dos alimentos, o intercâmbio comercial, a mudança de hábitos alimentares, a diversidade de produtos, segundo a maior ou menor fertilidade do solo em diferentes regiões do planeta. A expansão da população, em solos menos férteis, provoca a dependência externa e a mudança de hábitos alimentares para sobreviver.

As cidades, os ajuntamentos, a fusão de culturas, idiomas, música, arte são o cenário da interpenetração de técnicas e idiomas. É nas cidades que o vasto conjunto de expressões culturais se manifesta: o sorriso, o aperto de mãos, o beijo, o abraço, o penteado, o vestuário masculino e feminino, os enfeites, os colares, a gravata, as saudações, as reverências, o tratamento respeitoso, ou frio, ou sole-

ne, ou estrepitoso, o grito de alegria, as competições esportivas, as festas nacionais e religiosas, os ritos, as cerimônias de datas festivas, os carnavais, os funerais, o namoro, o casamento, a parada militar, a exibição de força e de armas de guerra, e uma infinidade de outras expressões, especialmente o idioma identificam cada povo. As cidades são, pela sua força da agregação, um conduto de difusão de todos os sentimentos e emoções os mais diversos que vão do amor à agressão, e também da disseminação das mais diferentes anomalias físicas e orgânicas geradas em seus corpos ou copiadas de milhares de seres vivos, com os quais intercambia, compartilhando o mesmo ecossistema.

A adaptação ao meio, ao ecossistema, ao uso alternativo de elementos físicos disponíveis, a inventividade, a necessidade, a criatividade, a imitação, a construção lenta dos hábitos e costumes, a transmissão das práticas e técnicas, a descoberta do conhecimento, a automatização de práticas, a tecnologia invasiva, a identidade não revelada do mercado ou do chamado sistema invisível tendem a se modificar e adaptar no curso dos séculos.

O represamento e a canalização das águas para os agrupamentos rurais, as cidades, a produção de alimentos, já praticada pelo povo Zenú, na América do Sul (Colômbia, há mais de três mil anos), ou pelos Chineses e Romanos, culminaram em nossas megarrepresas para produção de energia, irrigação, balneários. Modificaram-se as técnicas. Preservou-se o princípio da adaptação e do pragmatismo.

Regeneração e reciclagem são dois artigos pétreos da Constituição perene da natureza. As árvores e os animais observam estas leis mesmo quando o grande predador interfere dolosa e desastrosamente nos ecossistemas. As árvores reciclam as próprias folhas que caem no desnudamento outonal ou em períodos de longa estiagem, os galhos e os troncos caídos e os transformam em alimento. O solo se transforma em armazém de comida. No reino animal, há um sistema de limpeza de cadáveres ou aproveitamento de carcaças e, ao mesmo tempo, controlam a superpopulação de muitas espécies.

A espécie humana ainda está longe de integrar-se no espírito destas leis pétreas: reciclagem e regeneração de biomas e ecossistemas dos quais faz parte. O uso irracional dos elementos da natureza, constitutivos da cultura humana, produz efeitos desastrosos para a convivência e sobrevivência dos seres vivos pelo empobrecimento dos ecossistemas. A reação da natureza e a reação da espécie humana sobre esses impactos de subtração de elementos finitos ou de difícil reposição se manifestam com escassez de alimentos e com uma resposta biológica de múltiplos patógenos, bactérias e vírus letais.

A robotização em substituição à espécie humana é um dos possíveis destruidores da cultura histórica, substituindo as relações culturais por decisões aéreas, amorais, dirigidas anonimamente aos receptores através de sistemas eletrônicos de comunicação sem assinatura. Por exemplo, substituir a apreciação presencial da estátua de mármore — Davi — de Michelangelo, por uma fotografia em museus virtuais. As imagens

presenciais da visão natural são substituídas pela visão artificial e, por vezes, imaginária da realidade concreta.

Características comuns da miscigenação da espécie humana universalizada e o intercâmbio genético arrastam consigo traços culturais que podem conviver ou gerar conflitos culturais. A ocupação de todas as áreas habitáveis do planeta, a mobilidade facilitada por meios de transporte, a comunicação telefônica e a internet miscigenaram as culturas. A globalização econômica pasteurizou ideias, ideologias, desejos, ambições, mas não eliminou a discriminação racial, religiosa e de gênero.

As grandes populações requerem sistemas avançados de controle sanitário, de administração dos espaços habitados, de produção de alimentos, de proteção dos ecossistemas, especialmente da água. A população humana, há mais de 50 anos, ultrapassou os limites de sua capacidade de organização, pondo em risco permanente a paz universal, a repartição igualitária dos bens comuns e essenciais do planeta, a identidade dos povos em sua terra de origem, o desfrute contemplativo das belezas e das vozes da natureza.

A exaustão do planeta pede clemência à espécie humana. O ponto de não retorno ao equilíbrio natural da natureza ficou a quase cem anos de distância. Três quartos do solo e da água são, neste momento, permanentemente degradados pelo uso intenso e pela poluição generalizada, contaminando terra, mar e ar. A destruição implacável das florestas para produção de alimentos, sem deixar tempo para a reciclagem e a regeneração dos biomas, a urbanização galopante em todos os continentes, a compul-



siva industrialização de itens supérfluos e obsolescência programada de bens utilitários influem fortemente sobre as identidades culturais dos povos. Será importante mencionar dois fatores preponderantes que influenciam e, em certa medida, dominam as expressões culturais dos povos nos últimos 200 anos. Ei-los:

A exploração econômica dos bens disponíveis e limitados do planeta dominam a forma, a quantidade e a rapidez do consumo de bens essenciais e supérfluos. As categorias, economia dominante e economia dominada — produção e consumo — congregam todas as manifestações culturais na inumerável diversidade de seus aspectos: sociais, artísticos, educacionais, lazer, esportes, turismo, mobilidade por terra, mar e ar. A economia dominante e universalizada é um dos fatores a comprometer as identidades e a biocultura dos povos.

A exploração no campo religioso na tentativa de religar o humano e o sobre-humano é uma forma sutil e, ao mesmo tempo, ameaçadora de dominação cultural. A inventividade subjetiva, a exploração inconclusiva do desconhecido, do poder invisível, a crença religiosa institucionalizada, dirigida e propagada, são produtos elaborados por cérebros que especulam sobre as possíveis e diferentes manifestações de divindades.

A produção de formas divinas imaginárias e incontrolláveis é concebida e apresentada para alcançar a paz cerebral, afastar a culpa inconsciente, receber benefícios pela submissão a poderes justiceiros capazes de operar milagres ou dar punições severas. O paraíso das divindades benéficas ou maléficas está no cérebro que dá a elas o poder de ligar

e desligar, operado por seus promotores.

As religiões, igrejas e seitas podem ser e, muitas vezes, são formas sutis ou explícitas de dominação cultural para fins políticos ou econômicos. São elucubrações que afetam o cerne do cérebro forçando-o a transformar as divindades em sentimentos de paz, de felicidade, de aceitação das inescapáveis realidades da vida. O cristianismo, desde o século primeiro de nossa era, foi a bandeira para extinguir todas as demais concepções religiosas conhecidas e praticadas há milênios. As informações do campo religioso não nascem dos sentidos. São produzidas por reações neurológicas associadas ao medo, a perdas indefinidas e ao desejo de felicidade, cujas fontes são o amor e o ódio.

A espécie humana tem no (quase infinito) âmbito da natureza e, especialmente, na observação e imitação da vida das árvores, um exemplo de paciência, tranquilidade, tolerância e consumo ideal dos bens necessários à felicidade existencial na imprevisível e surpreendente convivência entre seres inteligentes. A cultura é a história da criatividade manual, técnica, artística, social, filosófica e metafísica da espécie humana repartida nos quatro cantos do planeta. As diferentes manifestações culturais de povos e grupos distintos, ao longo de milênios, representam um contínuo originado da estrutura cerebral da espécie humana cuja característica fundamental é a liberdade de se expressar pela palavra. A riqueza cultural da espécie humana está na manifestação plural dos povos no convívio de suas comunidades e na respeitosa harmonia com a biodiversidade dos diferentes ecossistemas que os abrigam. ■

## A GEOGRAFIA DE BRASÍLIA E A EVOLUÇÃO URBANA COM MUDANÇAS NO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL

Aldo Paviani | Geógrafo. Professor Emérito da Universidade de Brasília, membro do NEUR/CEAM/UnB e do Núcleo do Futuro/CEAM/UnB

Volta e meia, é sugerida alguma alteração no território do Distrito Federal (DF), como é o caso da Proposta de Emenda à Constituição, de nº 56, que trata de “nova configuração dos limites do Distrito Federal”. Em primeiro lugar, uma gestão regional do território requer que se pense globalmente o espaço nacional para que uma possível reconfiguração, como a pretendida, não se faça açodadamente, mas com base econômica que torne o novo estado sustentável. Por isso, território, base econômica e sustentabilidade socioespacial são essenciais para a viabilização da nova unidade federativa. Sem isso, estará fadada ao fracasso.

Alguns, mais afoitos, dirão que um novo estado dará margem a “grandes transformações”. Sabe-se que transformações socioespaciais acontecem ao longo de algumas gerações. Por isso, as alegadas transformações, como tantas outras, são paliativas, mudanças ou reformas pontuais (ou emergenciais), apenas. Ao se ampliar uma autoestrada ou se construir um aeroporto se está apenas mudando a configuração de um pequeno território em volta dessas obras;

não se está introduzindo nada que transforme o espaço em outra coisa. Nos dias correntes, nota-se febril opção por reformas, algumas descabidas como a reconfiguração do território do DF — que se pretende fazer isoladamente — ao criar-se o Estado do Planalto. Anote-se o acontecido nos últimos 50 anos, com um parcelamento municipal catastrófico: de menos de dois mil municípios passamos a mais de 5 mil. Nesse movimento, pequenas comunidades obtiveram emancipação e hoje se defrontam com penúria financeira por falta de base econômica e mesmo falência de municípios em diversas partes do país, sendo que se noticia o fechamento de prefeituras por falta de recursos.

No caso de parcelamento estadual, pergunta-se: há territórios imensos na Amazônia (o Pará e o Amazonas, por exemplo) e ninguém está pensando em parcelar seus territórios em diversos novos estados federativos. Chamo a atenção para o fato de que a região Amazônica é alvo da cobiça internacional e merecedora de uma cuidadosa vigilância geopolítica. Pergunta-se, também, se novos estados na Amazônia trariam

vantagens sócio-políticas e econômicas para melhor gestão do respectivo território sem um planejamento estratégico de base, envolvendo todas as forças econômicas e políticas?

No que toca ao pretendido Estado do Planalto, pergunta-se: seria sustentável o novo estado, a partir de desmembramento de porções de outros territórios estaduais que, penso, não foram chamados a opinar. Minas Gerais, Goiás e outros estados foram consultados e, se consultados, concordariam a ceder parte de seus territórios? Minas, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí e outros estados concordariam em ser desmembrados? Seriam suas respectivas capitais transformadas em “municípios neutros”, a exemplo do que se quer fazer com o município de Brasília?

Uma outra questão geopolítica: como ficariam os municípios no interior do novo estado? Gama, Planaltina, Samambaia, Ceilândia e as outras localidades, bem como os demais municípios, fora do DF — Novo Gama, Cidade Ocidental, Valparaíso e outros — teriam arrecadação suficiente para arcar com uma pesada organização administrativa estadual? Vale afirmar que todas as unidades urbanas citadas dependem fortemente dos empregos gerados no Plano Piloto de Brasília e que, mesmo uma nova organização administrativa, não reduziria os laços dessa dependência econômica e funcional.

Então, qual a proposta? E a quem ela interessa? Já se pensou numa Região Econômica, a RIDE, com mais de duas dezenas de municípios, mas desde sua concepção pouco avançou porquanto

não houve dotação de recursos e uma agenda de desenvolvimento regional mais ampla. Desejando contribuir, sugeri em diversos trabalhos publicados a criação de um ente metropolitano (a Área Metropolitana de Brasília, a AMB), mais leve em termos geopolíticos e que englobaria apenas doze municípios limítrofes.

Para o município ser incluído na AMB, suas características seriam socioeconômicas e espaciais, como contiguidade e relacionamento em relação ao DF. Os recursos necessários para que essa metrópole se consolidasse, seriam fornecidos pelo governo federal. Para os estados de Goiás e de Minas, a compensação seria o alívio da carga que atualmente suportam nos limites do DF, porquanto pouco investem na área, sempre atribuindo ser esse território “verdadeiro quintal de Brasília”.

A AMB substituiria perfeitamente o Estado do Planalto, com menores investimentos e maior agilidade, enfrentando menores obstáculos geopolíticos para sua efetivação, bastando um convênio entre as atuais unidades federativas (Goiás, DF e Minas). Esse assunto, como se vê, requer análise mais aprofundada, sopesando-se os impactos socioambientais, territoriais e políticos, não necessariamente nessa ordem. Cabe também avaliar a quem interessa o Estado do Planalto e porque ele surgiu em meio a um quadro com outras prioridades e depois de ter sido arquivado. Para aclarar esse assunto, é interessante analisar a geografia local e sua estrutura interna e com Goiás.

## Geografia urbana do Distrito Federal e Entorno

Para tratar desta questão, apresento aqui uma adaptação do artigo “Brasília: Que futuro?”, publicado no *Correio Brasileiro*, Caderno Especial de Aniversário, edição de 21 de abril de 2004, p. 12.

A escala sub-regional que compõe Brasília é o DF urbano, hoje um dos aglomerados de expressão nacional e a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), nos limites interestaduais. A PMB foi classificada com diversos municípios, no estado de Goiás. Os municípios goianos são: Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Alexânia, Cristalina e Formosa. A cidade de Brasília, assim definida para os fins de exame da evolução urbana, tem sua lógica nas ligações funcionais intensas que refizeram a geografia da Cidade escapar do que havia sido imaginado pelos fundadores da nova Capital.

No DF há espaços agrários somando com Brasília a totalidade do território. Esses espaços agrários, paulatinamente açambarcados para fins urbanos devem ser considerados em eventuais projetos ou programas de urbanização. No processo de urbanização, Brasília acabou se transformando no conjunto atual de núcleos disseminados no território, ou uma constelação urbana, induzida pelo que se considerou “planejamento urbano”. Nesse território polinucleado, não se percebe a mesma perspectiva futura para o Plano Piloto e adjacências em relação aos espaços que foram recebendo população excedente, o operariado, os funcionários de baixo escalão dos governos federal e distrital,

os habitantes de favelas “erradicadas”, enfim, os desvalidos. Daí ser o DF espaço da exclusão social, propício a todas a se constar a existência de desigualdade socioespacial.

Em pormenor, o centro da cidade, sede dos governos distrital e federal, e seus anexos, Lago Sul, Lago Norte, Setor Octogonal e Setor Sudoeste têm a marca de espaços privilegiados por abrigar a classe dirigente, setores abastados do comércio, indústria, serviços e setores bem postos do funcionalismo de ambas as esferas governamentais. Trata-se de território bem dotado de infraestrutura e qualidade ambiental, que demanda policiamento ostensivo em razão do incremento da violência, assaltos a residências, sequestros relâmpagos e crescentes agressões entre jovens. O fato de o Plano Piloto ser tombado como patrimônio da humanidade não o isenta de ser palco de violências de diversos tipos como as listadas. Aqui e ali, pressionasse por melhoria nas vias públicas, como pontes e viadutos aí construídos, os quais deram ao Plano Piloto de Brasília a qualidade de vida urbana de primeiro mundo.

Nas demais localidades, as Regiões Administrativas (RAs), outrora denominadas “cidades-satélites”, a perspectiva é menos promissora, pois, apesar de terem se constituído a partir de projetos urbanísticos, longe estão de incorporar o “planejamento urbano” do Plano Piloto de Brasília. As pesquisas entre os moradores das RAs revelam de maneira clara um sentimento de segregação. Sentem-se excluídos da cidade de Brasília por apresentarem carências múltiplas em termos de qualidade de vida, possibilidades de emprego nas localidades de residência, infraestruturas como esgota-



mento pluvial, asfalto e iluminação pública, equipamento de lazer, hospitais e escolas locais com recursos humanos e tecnológicos, segurança pública para o combate à violência constante e ao tráfico de drogas, transporte público eficiente etc. A percepção de exclusão é observada até mesmo nas RAs dotadas de melhorias públicas como ruas asfaltadas e de transporte por metrô.

Por mais que se queira ver, no futuro, uma cidade igualitária, uma formada pelo centro, o Plano Piloto de Brasília e pelos demais assentamentos periféricos, não se pode ignorar a apartação/exclusão e a fragmentação socioespacial do aglomerado urbano. E mais: a perspectiva é de que o quadro vá se agravar à medida que as terras para loteamentos oficiais se esgotarem. Exemplo típico de agravamento da mancha urbana são os anunciados assentamentos do Catetinho e do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Em ambos ocorrerá degradação ambiental, no primeiro pela proximidade do santuário ecológico do Catetinho; o segundo, um conjunto habitacional em terras do INMET, no coração do Plano Piloto, aumentará a superfície impermeabilizada por cimento e asfalto. Além disso, aumentará o congestionamento do tráfego, pois não há transporte público com linhas de ônibus implantado para essas novas localidades, obrigando seus moradores a utilizar automóveis particulares em número cada vez maior no centro da cidade.

Em vista desse esboço geográfico, qual a perspectiva para Brasília e seus habitantes? Numa avaliação pessimista, teríamos o agravamento da violência, da apartação, com exclusão socioeconômica, com o aumento da desigualdade social na distribuição de bens e serviços

urbanos, comparando-se centro e periferia. Numa perspectiva otimista, passaríamos por uma mudança em direção à distribuição da qualidade de vida em todo o território, com um padrão mais igualitário de apropriação da cidade por toda a escala de construtores urbanos, resultantes de um esforço para a inclusão, como definido por Cristovam Buarque: “[...] inclusão social é o processo pelo qual um indivíduo excluído dá o salto social que lhe proporciona acesso, no mínimo, aos bens essenciais [...]” (*Admirável Mundo Atual* – Dicionário Pessoal dos Horrores e Esperanças do Mundo Globalizado. São Paulo: Geração Editorial, 2001, p. 189).

Para que essa mudança ocorra, há necessidade de se descentralizar todas as novas estruturas urbanas que criam novos postos de trabalho. Com essa descentralização virá a valorização dos espaços que serviram para abrigar antigos moradores de comunidades pobres, inquilinos de fundo de lotes e todos os que migraram sem condições de evoluir socialmente. Numa distribuição mais igualitária das riquezas, bens e equipamentos, serão pavimentadas as vias para uma cidade mais justa, com menores taxas de criminalidade e violência, próxima do que imaginaram inicialmente os fundadores da Capital.

O plano piloto de Lucio Costa delineia de modo sumariado o pensamento de uma cidade mais justa. Foi elaborado como um projeto de esperança, encaminhado na direção da justiça social e da equidade. Atualmente, a capital evoluiu para cidade grande, constituindo uma das grandes metrópoles nacionais, tal como definiu o IBGE (*Regiões de Influências das Cidades* – 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 11).



Espaço residencial e espaço a construir na Asa Norte Residencial do Plano Piloto de Brasília

Alguns autores já tentaram teorizar sobre a possível relação entre crescimento populacional, desemprego e violência. Trata-se de tarefa que exige esforço redobrado. Embora tenhamos excelentes diagnósticos do incremento populacional, bem como de sua distribuição no espaço brasileiro, são lacunosas as estatísticas sobre desemprego e violência, pois tecnicamente o aparato policial não está devidamente preparado para, ao levantar estatísticas a partir da ocorrência de delitos, definir o *status* do agente delituoso, quanto a estar empregado ou não.

É importante considerar que a violência do e pelo desemprego tem crescido em quase todas as faixas etárias, sobretudo entre os jovens “sem experiência de trabalho anterior” e os que, pelos critérios do “mercado”, são considerados velhos. Ademais, as “lacunas de trabalho” (postos não criados e/ou eliminados) têm se mostrado a mais pesada das violências, pois atingem camadas cada vez mais amplas de “pacientes do desemprego”. Geralmente resultam da volúpia do lucro a qualquer preço por parte de instituições e empresas. Por isso, a temática nos leva a considerar as

seguintes questões para a reflexão: 1- Como detectar ou tornar mais evidente a violência do desemprego/lacuna de trabalho? 2- De que forma a sociedade e os atingidos por essa violência a assumem como tal? 3- Há propostas para atenuar/eliminar essa problemática do cenário socioeconômica da atualidade? O desafio de procurar respostas/soluções nunca esteve tão em evidência entre os “militantes de ideias”, como propôs o geógrafo e mestre Milton Santos.

A violência gerada pelo desemprego necessita ser definida e conceituada. Também é necessário delimitar o ambiente geográfico em que ela acontece, sobretudo em termos espaciais-urbanos. Para que se entenda a geografia dessa violência em Brasília, deve-se analisar como a cidade, que seria uma e igualitária, a partir do Plano Piloto, passou a ser uma cidade polinucleada, uma constelação urbana, com exclusão socioespacial. Vejamos, a seguir, o quadro territorial urbano, cenário desta abordagem.

## **Brasília, metrópole incompleta**

O fato de ser metrópole incompleta não é desdouro para a Capital federal. Segundo o saudoso geógrafo Milton Santos, metrópoles completas são as que possuem equipamentos e estrutura complexa, inclusive parque industrial, capazes de organizar o espaço nacional. As metrópoles incompletas, ao contrário, apenas polarizam o espaço regional à sua volta. Por sua vez, em fins da década

de 60, o IBGE estabeleceu as características demográficas e socioeconômicas para definir as nove metrópoles brasileiras. Na época, Brasília, preenchia as características demográficas, mas não detinha grandes indústrias para a Capital ser incluída nas metrópoles então delimitadas.

Hoje, com a constituição de 1988, a competência para delimitar espaços metropolitanos passou para as unidades federativas e o DF poderia considerar que já possui volume populacional e complexidade de funções para estabelecer uma gestão metropolitana. Suas atividades terciárias e quaternárias (serviços de alto padrão, Congresso Nacional, universidades, centros tecnológicos etc.) possibilitam razoável capacidade de integração de grandes espaços geográficos (Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste).

Dessas regiões, aliás, provêm as correntes migratórias mais significativas para o DF. Assim, Brasília seria uma metrópole terciária/quaternária, incompleta por não apresentar produção industrial de importância econômica em âmbito nacional. São Paulo e Rio de Janeiro são as metrópoles completas do Brasil, pois, além de ter pujança econômica, suas indústrias abastecem os mais distantes rincões nacionais, exportando para os países vizinhos em volume significativo.

O estatuto do Plano Piloto de Brasília estipulou para a Capital funções políticas e administrativas e coibiu a instalação de indústrias pesadas ou as que

gerassem poluição ambiental. Apesar da restrição, Brasília cresceu e, hoje, é uma grande cidade. Escapou das restrições para que tivesse, no fim do século XX, algo como 500.000 habitantes — ou 600.000 como sugeriu Sir William Holford, presidente do júri internacional formado para a escolha do projeto urbanístico da Capital — (Holford, W. Impresões sobre o Projeto Lucio Costa para Brasília. IBAM. *Leituras de Planejamento e Urbanismo*. Rio de Janeiro: IBAM, p. 355/361). Hoje, Brasília apresenta população superior a três milhões, ou 4,3 milhões se incorporados os núcleos contíguos, como os do Estado de Goiás (a PMB) e que possuem estreita integração com a Capital. Por este aspecto, ela é incontestavelmente uma das grandes cidades brasileiras.

Nesse ponto, é importante ressaltar que Brasília organizou-se espacialmente aglomerando o Plano Piloto de Brasília, ou o centro da cidade, com os demais assentamentos urbanos, as cidades-satélites (RAs). Essas, pela legislação federal, não podem ainda ser consideradas sedes municipais, pois o município é Brasília, do qual fazem parte. O DF é a unidade federativa que engloba o território (cidade e campo), equivalendo-se aos demais estados federados. Possui, todavia, o duplo *status* de estado e município e não há por que polemizar a respeito.

O fato de o Governo do Distrito Federal (GDF) ter, por decreto, alterado a denominação para *cidades*, não eleva as antigas satélites à condição de sedes municipais. Ser sede de município, pela

Carta Magna, é requisito básico para um núcleo receber a denominação de cidade. Aliás, a polêmica em torno do assunto deveria se ater não à denominação de cidades-satélites ou cidades (*tout court*), mas às funções e capacidade de gerar empregos por parte desses núcleos, bem como aos níveis de conforto urbano que oferecem aos seus habitantes. Como e onde geram empregos ou estes dependem do forte equipamento do Plano Piloto de Brasília? Qual é o padrão das habitações? As vias de acesso e de capilaridade da malha urbana são pavimentadas nestes núcleos? Como está estruturado o sistema de transportes para os que não possuem automóvel? Qual a estrutura da renda nesses núcleos? Vê-se que a questão da denominação se reduz, fica menor e de pequena importância a cada questionamento.

Brasília expandiu-se de forma polinucleada no interior do DF e para além de seus limites, em Goiás. Os municípios goianos próximos possuem fortes laços funcionais com a Capital e interagem fortemente com ela, como referido. Esse fato chama à responsabilidade (federal e do DF) para que se implante a Área Metropolitana de Brasília (AMB), capaz de dar coesão à gestão do território que se formou ao longo destes 60 anos de existência oficial ou de 63, se considerarmos os primeiros assentamentos implantados a partir de 1957 — canteiros de obras no Plano Piloto e na antiga “Cidade Livre”, o Núcleo Bandeirante.

Ao defendermos a AMB para esse aglomerado urbano o fazemos na consi-





Setor Hoteleiro Norte visto do alto da Torre de TV do Plano Piloto de Brasília

deração da importância de Brasília no cenário nacional. Em quatro décadas atraiu migrantes de todos os recantos do país, trabalhadores e detentores de capitais; pessoas que não tinham onde morar e empresários empreendedores; pequenos agricultores expulsos do campo; filiais de multinacionais, agências bancárias e incorporadores imobiliários que mudaram a face do Plano Piloto. Por isto, em sua curta história, Brasília ensejou uma expansão urbana de grande expressão populacional e funcional. Obrigou a implantação de novos assentamentos ainda destituídos de infraestrutura e capacidade de gerar novos postos de trabalho. Isso favorece a visão de uma cidade excludente, com “guetos” em que se alojam os empobrecidos. Mas, com isso, e por causa disso, a cidade requer que se mude seu perfil de empregos, sua estrutura, funcionalidade, localização e o modelo de gestão urbana vigente.

Passada a comemoração de seus 60 anos, Brasília clama por uma melhor distribuição dos benefícios e da renda. Por que os novos assentamentos não previram espaços para a implantação de atividades? Por que há timidez em proporcionar trabalho nas proximidades de moradia dos “periferizados”? Porque os gestores urbanos insistem no padrão “um terreno, uma família; uma família, um terreno”, que, em breve, esgotará o estoque de terras para fins urbanos. Com isto, já se avança sobre territórios que, até por lei, possuem proteção ambiental,

exclui o uso habitacional. Por que tanto desrespeito às leis ambientais, com assentamentos urbanos em áreas de proteção ambiental (APAs)? Por que não há um programa continuado de habitações populares verticalizadas (com pequenos edifícios) no estilo do Conjunto Lucio Costa (Guará)?

Como estas questões, com maior propriedade ainda, podem ser levantadas para as cidades goianas limítrofes, voltamos a insistir na criação de um ente metropolitano capaz de ensejar uma estreita colaboração de Brasília e estas cidades, de tal forma que da integração se maximizem os equipamentos, se afastem duplicidades de gestão urbana de serviços que entrosados poderão reduzir os desperdícios. A gestão integrada dará força para a boa administração da educação e da saúde pública; serão maximizados os grandes eixos de transporte público; será gerada riqueza para a implantação de tratamento de água, esgoto e do lixo urbano (o que promoverá a elevação da qualidade ambiental, bastante desgastada, nesses municípios). A metrópole formada com o aglomerado urbano em questão dará guarida para a efetiva implantação da RIDE, a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico e a possibilidade de atrair recursos para mudar o cenário de um futuro de ingovernabilidade para a Capital. A questão da RIDE, todavia, merece ser abordada em outro artigo, em razão de sua importância. ■

# KOKOTO A FORÇA ANCESTRAL NA CERIMÔNIA FÚNEBRE DE LÍDERES TRADICIONAIS EM ANGOLA

Marisol Kadiegi | Jornalista, Pesquisadora e Documentarista

De todos os rituais presentes na sociedade angolana, o funeral é a cerimônia mais intensa e marcante em que a virtude da solidariedade mais se manifesta de modo a configurar um tempo presente de reorganização social dos que ficam. Quando a morte é de uma autoridade tradicional, a solenidade toma uma dimensão extracorporal e até espiritual.

Essas autoridades, chefes de aldeias, são chamadas de sobas ou regedores, elo entre a comunidade e as autoridades políticas de governo. Não se entra numa localidade angolana sem que exista a autorização prévia do soba, não se entra num rio para tomar banho sem que o soba dê licença ao visitante, é a essa autoridade a quem a comunidade segue e respeita.

Quando ocorre o funeral de uma dessas lideranças, as exéquias chegam a demorar dias e são cercadas de mistério. A morte nas sociedades africanas tradicionais é tratada como uma viagem em que o corpo se foi, mas o espírito ou alma permanece neste plano sendo muitas vezes digno de rituais de agrados e consultas para o bom caminhar da

comunidade terrena. Segundo Américo Kunonoka (entrevista sobre Xinguilamento, transcrição da entrevista concedida para o documentário de minha autoria cujo nome é "Xinguilamento, a força dos ancestrais", em 2008), entre a comunidade viva e o mundo espiritual, os antepassados são considerados intermediários entre eles.

O ritual, registrado por mim via fotografias, foi presenciado na comuna da Cela, Município do Sumbe, Província do Kwanza Sul. O processo de inserção em campo de pesquisa foi parte de um trabalho realizado pela equipe de Televisão Pública de Angola. Embora a temática abordada fosse meio ambiente, a participação do diretor local de cultura condicionou a abordagem sobre a tradição regional. Ao questionarmos sobre a possibilidade de maiores informações quanto às práticas culturais, fomos levados até um local distante da aldeia, por um caminho que era aberto durante o nosso trajeto por uma pessoa que cortava a mata com *catana* (facão), tornando a cerimônia cercada dos mistérios que se mantêm até hoje.

Desse modo, busco — levando em consideração Frantz Fanon, Bell Hooks, Ângela Davis, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins, Suely Carneiro, entre outras que têm priorizado as discussões a partir de perspectivas pós-coloniais, decoloniais, anticoloniais e diaspóricas — uma perspectiva do conhecimento "desde dentro". Conforme pontua a antropóloga Sheila Walker, os africanos devem falar de suas histórias para seu povo, falar de si para os seus.

O colono, não mais terá a oportunidade de dizer: "Eu não te enxergo", como aponta Frantz Fanon em uma passagem de seu livro *Condenados da Terra* (1961, p.173), eles enxergam, querem falar, escrever, cantar, sorrir e sonhar, construir arte, histórias e memórias, marcar territorialidade, reconstruir patrimônios material e imaterial, enraizar seus *akokotos*, celebrar ancestralidade e assentar vidas. De pronto, Grada Kilomba em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019, p. 51), assegura que

*Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se 'especialistas' em nossa cultura, e mesmo em nós.*

Esses vieses da sociedade eurocentrada assumem as formas de um racismo perpetuado durante séculos e responsável pelo que Cheikh Anta Diop (1954, 1964, 1974) chamou de

moderna falsificação da história. Por isso, nossos escritos são também formas de deixar registrado nossos clãs, nossos rituais, formas de reavivar a memória e os pilares da cultura africana/angolana.

Foi na possibilidade de reter no tempo aquelas imagens que jamais poderiam se repetir, tímida e assustada por nunca ter presenciado uma cerimônia de tamanha importância, que diante dos mais velhos comecei a clicar incessantemente o botão da câmera para poder ter algum fragmento daquele mundo de modo que fizesse parte de nossas memórias daquele momento que, talvez, nunca mais se apresentaria e ter ali um documento histórico de algo que sempre ouvira falar, mas, nunca pensei em presenciar a validação de um fato.

A escrita com a luz se fez testemunha ao acompanhar o ritual do grupo étnico *ovimbundu*. Fotografei o que talvez não conseguiria expressar por palavras. Estava, pois, ali um momento único. As fotografias, datadas do ano de 2015, pertencem ao meu acervo pessoal. E, agora, as revelo aos leitores da *IDentidades*. E digo: atentei-me para a relevância da ancestralidade delas para a permanência tanto das identidades de meu povo africano/angolano quanto à nossa biocultura entrelaçada de significados ímpares que deixam a ver essências, memórias, tradições...

A fotografia pode ser tomada como ferramenta de conhecimento, de pesquisa e possibilidade mágica de preservar a fisionomia ou, até mesmo, um pouquinho da alma de alguém como se refere Cláudio Kubrusly (*O que é Fotografia*, 2006). Partindo dos registros realizados, recorro à etnografia



como o instrumento que chancela a recolha como evidência de um registro imagético de um fato étnico e cultural, patrimônio imaterial de um povo ou um determinado grupo social que vive em sociedades diversas, traçando um quadro de práticas, crenças e valores culturais que nos podem ser estranhos, o que me cabe citar o trabalho *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*, de Robinson Eduardo Luiz Achutti, datado de 2004. Portanto, é possível compreender um ritual pela etnográfica, apreendida pelo pesquisador junto ao grupo observado, isso pode significar dar voz ao grupo étnico diferente na perspectiva do “outro” com formas de agir antagônicas sob os olhos de Mariza Peirano em *Rituais ontem e hoje* (2003).

Como evidência de autenticidade, a fotografia é usada há muito tempo por jornais como documento que prova o fato e, por isso mesmo, é chamado de “efeito de realidade” por Peter Burke no livro *Testemunha Ocular* (2004, p. 36). As fotografias, também, são narrativas de mundo. E, quanto a isto, Roland Barthes *et al.* afirmam, em *Introdução à análise estrutural da narrativa* (2013), que narrativas podem ser sustentadas pela linguagem, articulada, oral, escrita, imagem fixa ou móvel.

No caso das imagens aqui usadas, representam o mundo dos *Ovimbundos* testemunhando um ato cultural, um sentido existencial, o passar adiante valores civilizatórios, uma afirmação de um grupo, o que contribui significativamente para a preservação cultural e o não apagamento da memória dessa comunidade em que os mais velhos, como visto, repassam seus conhecimentos e

suas lições de vida para os mais novos, dando assim continuidade de seu povo e a preservação de suas raízes, tradições existentes desde todos os tempos dentro dos povos africanos.

É importante que eu me refira aos *Ovimbundu* — trajetória de um povo. E, para tanto, peço licença aos ancestrais para falar/escrever sobre um dos povos Bantu de África e render aqui, num breve relato, nossa homenagem à dignidade soberana dos povos primários ou originários do planeta. Ao passo que os reverencio: *Npapadula, Ngansadila* — gratidão pela permissão de termos chegado até aqui.

Os *ovimbundu* encontram-se em Angola, oficialmente República de Angola, país da costa ocidental da África, independente desde 1975, com cerca de um milhão e cinquenta mil quilômetros quadrados de superfície, composto por vários grupos étnicos, com estruturas e organização social muito próprias de acordo com Ana Maria de Oliveira, em livro intitulado *Angola e a expressão da sua cultura material* (1991).

O país é dividido em dezoito Províncias e com cerca de vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil e vinte quatro habitantes. Angola é constituída por sete grupos étnicos, distinguidos pelas suas particularidades sociolinguísticas e culturais, e, por sua vez, dão origem a outros cem subgrupos vindos dos *bakongo, ambundu, cokwe, ovingangela, ociwambo, koisan*, conforme a autora logo acima citada, e os *ovimbundu* (aqui referenciado com destaque).

Os *ovimbundu* falam a língua *umbundu* e ocupam a região do planalto central, constituído pelas Províncias de

Benguela, Bié e Huambo, fazendo fronteira até a faixa nordeste com Malange e, ao sul, com a Huíla, compondo a totalidade de cinco milhões e quinhentos mil habitantes. Trata-se de um povo expansivo que encara as adversidades como a água segue seus caminhos, contornando os obstáculos encontrados durante o percurso.

Os *Ovimbundu* — herdeiros do reino do *Bailundo*, de soberanos como *Ndunduma e Ekuikui*, heróis da historiografia angolana — foram governados por 35 soberanos, atualmente, quem ocupa o trono é Augusto Katchitopololo (Ekuikui IV). Embora a escrita também seja uma realidade africana, alguns povos tradicionais preservaram sua cultura através de registros escritos conforme sistemas gráficos de signos e símbolos e outros preservam e mantêm sua cultura por meio da tradição oral, responsável pela transmissão de vários mitos, contos, história, cantos e contos sobre suas origens, migrações e constituição das suas unidades políticas que se foi processando ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Os *Ovimbundu* continuam resistindo resignificando, recriando suas crenças nos seus diversos costumes e podemos nos referir ao ritual da chuva, da veneração da maternidade, ao culto aos antepassados, aos nascimentos de gêmeos, todos tendo como principais elementos a dança, a música e a alimentação como nos diz Ana Maria de Oliveira, mas é na morte onde está sua maior veneração quando praticam o *akokoto*: lugar sagrado de seus antepassados ou *va sekulo*. Como afirma Muniz Sodré (2002): “A Terra guarda os segredos da vida e da morte”.

Devo mencionar que o *akokoto* (caixa dos ancestrais) pertence ao ritual. Não importa o tempo ou lugar, a vida social de um grupo tradicional africano é sempre marcada por rituais; são essenciais na resolução de problemas, transmissão de valores, conhecimentos e fortalecimento das relações sociais como diz Mariza Peirano.

*Akokoto*, termo linguístico *umbundu*, pode ter o significado de “crânio” nas palavras do historiador Mário Kagibanga (2020). Mas em sua extensão pode ser considerado como a evocação de uma instituição espiritual cuja essência é o local onde são guardados os crânios dos soberanos de acordo com a monografia de Venceslau Casese “Os Ovimbundo”, escrita em 2012, e por mim acessada *online* em 20.08.2020.

Em sua recolha oral, Casese nos indica que o vocábulo sugere a existência de dois vocábulos: *akokoto*, plural de *ekokoto*, que significa geadada, mais o sufixo predicativo, ou atributivo, com valor de advérbio de quantidade “to”, que vem a significar abundância de gelo ou geadada. Daí o termo *Akoko* — ou ainda local cheio de geadada, ou *akokoto*, nas encostas ou montanhas, é ali que no geral, em grutas, furnas ou mesmo em pequenas casotas são depositados os crânios.

A escolha para a localização desses cemitérios se deve às baixas temperaturas ali existentes que colaboram para a conversação das caveiras, bem como prioriza-se um local distante para evitar a profanação ou violação ao local sagrado. É a estes locais a quem os *ovimbundu* recorrem em momentos de alegria, de tristeza, de calamidades naturais e



de qualquer infortúnio na vida. É papel de cada autoridade ir todos os anos ao local, conduzido por uma comitiva, onde deve se fazer constar da presença do Kimbanda que tem a função sacerdotal de fazer uma cerimônia de entronização.

Até o século XX, quando um soberano morria, seja qual fosse a causa da morte, o fato não era comunicado à comunidade, a ela era dito que o líder estava doente, assim, seu corpo era suspenso por uma corda forte amarrada ao pescoço que ao longo dos dias era girado para que a corda agisse como uma lâmina, por ação da putrefação ajudava a cabeça a desprender-se do corpo como descreve Mário Kagibanga. Em entrevista sobre os *Akokotos*, este historiador expõe que

apenas depois desse processo é que a morte do soberano era anunciada e as cerimônias fúnebres então acontecem. O corpo é enterrado, mas, as pompas são reservadas para o dia do encaminhamento da cabeça aos *akokotos*.

Desde 1900, o hábito mudou. Agora, a separação da cabeça do corpo acontece cinco anos após o sepultamento. Enquanto aguarda-se esse tempo, é colocado simbolicamente no santuário um crânio de macaco. Para este grupo étnico, o cérebro é considerado fonte de todas as atividades cognitivas do corpo, por isso, acredita-se que é responsável por todas as ações mesmo quando um homem célebre por suas qualidades desaparece.



Oferenda



Permissão

Nas palavras de Kagibanga,

*Pode-se enterrar o corpo, mas nunca se deve enterrar a cabeça, pois, enterrar a cabeça de um rei que se notabilizou, seria enterrar todo o seu juízo e conhecimento.*

A visita aos locais sagrados, geralmente, é permeada por outro ritual que consiste na unção dos pulsos e tornozelos dos visitantes com azeite de palma/dendê; depósito de uma quantia em dinheiro num balaio; oferta de uma bebida, normalmente vinho. As oferendas são entregues à autoridade tradicional viva, que junto com o *kimbanda* (sacerdote), conduz o ritual com orações para depois adentrar a *casota*, gruta ou fenda para trazer, então, a caixa onde estão os crânios. Nessa região, têm permissão para ali estarem autoridades tradicio-

nais, pesquisadores e mulheres com idades avançadas. É válido salientar que a cerimônia sofre alterações e varia conforme o local.

O ritual do *akokoto*, dentro da cultura *umbundu*, é uma crença ritualística, que se religa com seus antepassados ou mesmo com *Nzambi* (Deus), o ser superior para o qual a comunidade deposita todas as suas aspirações. É dentro dessa dimensão sociocultural que o povo resiste em suas multiplicidades temáticas para a manutenção de suas tradições e na qual reside a essência dos *Akokotos* como grandes bibliotecas, perpetuando os grandes sábios (que tinham seus crânios enterrados) que seriam enterrados com toda a enciclopédia. Digo, aliás, reforçando o provérbio africano, que “Quando morre um griô, morre com ele toda uma biblioteca”.



Tive amparo na fotografia como método de pesquisa antropológica que, desde sua invenção, possibilitou, a partir do século XXI, o uso da imagem como processo de investigação, coleta, ordenação e interpretação de dado capaz de evidenciar a diversidade social de um grupo em seu contexto histórico e cultural.

Com as fotografias é possível observar o gesto em ação em momentos significativos do cotidiano. Aspectos de comportamento que dificilmente poderiam ser documentados de outro modo a não ser pelo visual. Neste caso, imagem e escrita tomam-se complementares diante do binômio descrever/mostrar, consoante Sandra Maria C. T. Lacerda Campos, em texto nomeado "A Imagem Como Método de Pesquisa Antropológica: um ensaio de antropologia visual" (disponí-

vel em PDF, acessado em 02.10.2020).

Essa é, também, a forma de perpetuar a expressão cultural imaterial de uma sociedade ao revelar nuances de sua maneira de viver representando toda uma memória coletiva nos contextos políticos, econômicos, sociais e religiosos. É isto que nos diz Ana Maria de Oliveira já citada anteriormente. Aliás, reforça em seu livro ao qual já nos referimos, que é dessa Angola, terra onde habitam os seres humanos mais antigos do planeta, os *khoi-san*, um dos países mais diversos na sua riqueza cultural, terra da soberana rainha *Nzinga Mbandi Ngola Kiluanji*, líder, militar e política que durante quarenta anos impediu a continuidade da invasão dos portugueses ao continente africano que queremos dar a conhecer tendo como suporte a Antropologia Visual.



Pode Entrar



Caixa dos Ancestrais, Sarcófago



Caixa dos Ancestrais





Sarcófago



O Sagrado

Registrar o ritual e poder dividir esse saber com aqueles que nos leem, faz de nós portadores da cultura do povo africano, um povo que ainda sofre as consequências de uma desvalorização cultural, étnica e intelectual. Somos *Mwana África* (filha de África) e, por isso, não teria sentido nossa existência se não buscássemos nosso levante, nossa história e ancestralidade. Assim como a rainha *Nzinga* é referência e perpetuada na história angolana, os *akokotos* com seus rituais transmitidos de geração para geração são um patrimônio sociocultural religioso. ■



O Retorno



# O DESAPARECIMENTO DE NOSSAS ANCESTRAIS CULTURAS

Iêda Vilas-Bôas | Escritora e Ambientalista

A história oficial nos conta do contato entre brancos e povos originários. Entretanto esconde dos alunos e até mesmo de professores obsoletos e oblíquos em seu fadado cargo de lecionar a “verdade” sobre o descobrimento e colonização. A história suprime o que realmente de fato aconteceu e como se deu o contato entre os conquistadores e os povos originários.

O primeiro erro está no nome: por que índios? Por acaso seriam obrigatoriamente descendentes de Colombo ou Américo Vespúcio que, em sua busca vã, deu à terra a possibilidade de ser outra parte da Índia, ou quiçá, outro caminho. Aos habitantes, de pele avermelhada, sem roupas e corpo enfeitados de penas, urucum e jenipapo chamaram índios. Ledo engano e covarde colonialismo. Dupla ofensa: índios/ameríndios.

Cerca de 3,5 milhões de índios habitavam o Brasil na época do Descobrimento. Esses seres humanos, cheios de curiosidade ao ver pessoas de peles tão claras, ingênuos quanto à maldade do colonizador, com seus olhos brilhantes e desconfiados, se esconderam na mata. Depois foram chegando, porque os povos originários

são cordiais, amorosos e receptivos de praxe.

Nomes errados: nem índios, nem indígenas, nem ameríndios. Cada um era pertencente a um povo, com costumes, comida, culto ao sagrado, vestuário, pinturas corporais e identidade social — estes eram *Krenak* — o povo que pensa; aqueles outros eram os *Karib*, que habitavam a região dos estados do Amapá e Roraima, que entendiam muito das técnicas de pesca. Uns mais violentos e antropofágicos eram os *Atroari* e *Vaimiri*. Pecado?! — Não. Cultura. Comer o inimigo derrotado dava ao guerreiro vencedor mais poder e força, era um rito de absorção das qualidades do morto, normalmente um nobre guerreiro também. Os que viviam no litoral eram os *Tupi*, exímios caçadores e habilidosos agricultores sobretudo de tubérculos, como a mandioca, e, também, eram excelentes horticultores. E assim viviam, nesta terra, várias outras tribos e povos que foram divididos (pelos brancos) em quatro grupos linguístico-culturais. Os povos originários que tratassem de encontrar um dos grupos para se encaixar: *Tupi*, *Jê*, *Aruaque* e *Caraíba*.

Sabemos que aos povos originários não importavam nem ouro, nem prata.

A conquista era pelo espaço da floresta. Pois, desta maneira, a comida seria mais farta. Assim, os Tupis foram expulsando as tribos de outras línguas para o interior do país, eles — os Tupis — conquistaram toda a faixa litorânea brasileira. Entre eles não havia disputa pelo poder, nem desigualdade e tampouco a visão colonialista de tirar da terra tudo o que pudesse ser transformado em dinheiro.

Os povos originários tinham um respeito imenso pela natureza, pela lua, pelo sol, pela chuva, pelo clima e, desse modo, foram desenvolvendo maneiras muito próprias de manejo dos recursos naturais. O que importava era a permanente produção de alimentos e a preservação cíclica da caça e da pesca. A natureza, a mãe terra, *Gaya*, *Hai* era sagrada e amada. Também, eram importantes todos os fenômenos que simbolizavam a ligação entre o homem/mulher originários com o natural, com o sagrado e com a solidariedade entre aquele povo.

Podemos dizer que o desaparecimento das ancestrais culturas começou no exato momento da aproximação com o homem branco. Este contato e falsa amizade, no início, foram cerceando o direito, a liberdade e o modo de ser de cada povo. A grande maioria foi enganada e morta. Os sórdidos colonizadores, em demonstração de domínio, estupra-ram as mulheres, estripavam homens, exterminavam os idosos e escravizavam os poucos que sobravam (alguma semelhança com o século XXI não é mera coincidência). As flechas e zarabatanas

não podiam competir com o tubo que cuspiam fogo, abria buracos nos *pasiá* (peito) dos povos originários que ou morriam ali na hora ou se esvaíam em sangue, expostos aos bichos carniceiros que vinham se banquetear com os mortos ou semimortos.

No mundo de hoje, destes sombrios tempos, os povos originários e suas culturas são também exterminadas. A força dominadora não só usa de grileiros, pistoleiros e jagunços com armas de poderosos calibres para roubar a terra desses que lutam há 520 anos pela sobrevivência física e cultural, mas também, estabeleceu uma política de morte: nega água potável, enfraquece o respeito às tribos, ignora acordos e, como dito, em palanque: “Nenhum centímetro de terra a mais para índios e quilombolas.”

Com a pandemia do Covid-19 as aldeias ficaram mais vulneráveis e perdemos importantes lideranças: pajés, caciques, guerreiros... Gente que preservava a tradição e sua cultura. Pessoas que sequer puderam receber o funeral estabelecido por sua etnia. Com esses mortos também se foram bibliotecas inteiras de medicina natural, de costumes e tradições, de memórias e religião e filosofia ancestrais. A respeito dessa morte pré-encomendada podemos citar Marconi Lima Burum (2021), em um de seus artigos em que cunha o termo “Necrodireito” para explicar as aberrações sociais pelas quais estamos passando: “Vi, vemos a grotesca e assustadora tendência do “novo” Direito em território pátrio: o

Necrodireito". São políticas de Governo, votadas e sancionadas e com o aval da Lei que desfavorecem as minorias. Prossegue o autor:

*Na prática, o Necrodireito este presente em decisões judiciais (que produzem jurisprudências) complexas, confusas e/ou conflitantes com a técnica, portanto, contra a própria Lei que alicerça a tese (devido processo legal). Julgamentos enviados e de caráter persecutório que dispõem o réu de um lado do ringue e do outro não mais o Estado Positivado protetor das garantias legais, todavia, no enfrentamento de dois 'inimigos': o Promotor de 'Justiça' e o Juiz do caso — que deveriam, pela prerrogativa ética e fundada do cargo, ocupar o lugar da imparcialidade e não da competição. O Promotor acusa, em nome da Lei e não em nome de si mesmo, de seus valores pessoais. Os axiomas são estatais numa Democracia de Direito. O Juiz sequer deveria olhar para o réu. Juízes deveriam usar vendas, não togas. Togas lhes dão sensação de superpoder, aquele de 'super-heróis'; vendas lhes dão a dependência à bengala — para não cair. A bengala é a Lei, nada além disso. O Juiz tornou-se inimigo do réu. E o escudo (Direito) está sufocando — matando — o réu e não oferecendo a este o devido processo legal. A essa modelagem do Necrodireito chamamos na teoria de Lawfare.*

A morte espreita os povos originários através da Reforma Ecológica. São impostas Regras infralegais (portarias, decretos e outros atos) que permitem que "a boiada passe" e paste sossegadamente. A floresta Amazônica, o Cerrado, o Pantanal, as Terras Indígenas, os Recursos Hídricos, tudo à venda, em um leilão tresloucado. E para onde está indo esse dinheiro dessas absurdas vendas? Onde está o dinheiro? O gato comeu e o gato sumiu.

As sementes para plantação são híbridas e o alimento que, antes foi puro, presente da *Pachamama*, agora é veneno puro, extrato de agrotóxicos autorizados pelo Governo. O Agro não é pop: é o resultado de uma política extremamente capitalista, ecocídio, genocida e de mortandade. Sofremos e morremos todos, porém, os povos originários, que viviam em suas matas que hoje viraram capim, não possuem a mesma resistência para estes elementos mortíferos criados em laboratórios em nome do lucro.

Tupã, Nhanderu, Nhamandu, Monã, Anhangá, Sumé, Jaci, Guaraci, Ticê e tantas outras divindades do Sagrado Indígena estão silenciadas pelo deus MERCADO, uma entidade que não gosta dos humanos, tritura e macera, transforma em pó os sonhos dos povos originários. Esse deus tem seus ajudantes que são também cruéis. A manutenção do lucro, o consumo, o acúmulo do Capital, a Sociedade de castas, a estratificação humana, a massificação de homens e mulheres, a supressão da educação de crianças, o inacessível acesso ao Ensino

Superior... Todos eles envoltos no objetivo de nos fazer e também aos povos originários seres cativos, submissos para a eternidade.

O antropólogo social, filósofo e escritor Daniel Iberê Guarani M'Byá nos ajuda a entender esse silêncio das divindades ancestrais (em minuta de sua Tese de Doutorado-UnB):

*Conhecendo o valor das palavras, cultivamos o silêncio... Nossos ancestrais nos ensinaram que a terra está sempre nos falando, e que devemos ficar em silêncio para escutá-la. Existem muitas vozes além das nossas. Muitas vozes. Só vamos escutá-las em silêncio.*

Talvez, após esse silêncio forçado, mandado e imposto (mesmo que no silêncio existam milhões de vozes que gritam e clamam por justiça, socorro e humanidade) haja uma soltura das palavras e os povos originários possam recuperar sua cultura ancestral e também sua dignidade. Neste sentido, ainda nos diz Iberê:

*Nosso mundo não necessitaria ser traduzido para os outros, segundo as preocupações levantadas pelos outros sobre nós.[...]. Daí, poderíamos nos demorar no tempo, no que nos passa, enfim, no que acomete nossa experiência. Falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar*

*aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.*

[...]

*Quando a vida humilha a vida, a vida resiste e se rebela.*

[...] *as palavras também carregam consigo resquícios de dominação, negação, apagamento... poderoso contrabando que ameaça a instância do Um, do "nada mudar", do "estático", do discurso que define o mundo como "as coisas assim são". Assim, tentamos tomar muito cuidado com os usos e sentidos que as palavras podem assumir.*

[...] *Algumas palavras servem para negar nossas culturas, para assinalar o imperativo de uma estrutura de pensamento que é antes de tudo, colonial. Os textos escritos estão cheios de exemplos, de transplantes mecânicos de conceitos e teorias utilizados em outros tempos, outros continentes [...].*

[...] *Quando são verdadeiras, quando nascem da vontade de dizer, as ideias, como as palavras, não podem ser emudecidas. Somos muito mais que vestígios e fragmentos de um ser caricatural, que cresceu nas neblinas de uma noite esquecida. Falamos com as palavras, com os passos, com os poros e com os silêncios.*



Podemos dizer que o povo originário perdeu o espaço de fala, mas que seus pensamentos estão cada vez mais claros quanto ao que eles vêm sofrendo. Já não temos uma Tuíra Kaiapó para, em voz aguda e quase cantada, amedrontar deputado com facão.

Jovens indígenas cometem suicídio em grande escala. Sentem-se excluídos, têm baixa autoestima. Apresentam depressão aguda instigada pelo preconceito e pela instabilidade em ser indígena no mundo moderno. Essa também é uma forma de perdermos a cultura ancestral dos povos originários e um desafio a ser superado.

Esse enfraquecimento da força dos povos originários foi sendo construído paulatinamente ao longo de décadas de colonização. Agora, é tempo, e todos juntos, trilhamos o caminho inverso: o da descolonização. A começar pela não aceitação dessa eugenia europeia que vem sendo empurrada por nossas goelas. Passando pela assunção de que todos e todas nós temos sangue indígena em nossas veias e que somos, agora, de uma só tribo: a nação dos que querem sobreviver — com nossa cultura, nossos direitos, nossas festas, nossos sepultamentos, nossa dieta, entre tantas outras minúcias.

Uma das últimas atrocidades do (des)Governo é em razão do que se quer impetrar e entender sobre INDIANIDADE. Ora, quem se define povos originários e deve se definir são eles próprios. Não existem indígenas aldeados ou moradores de cidades. O raciocínio é lógico

e simples: os brancos, os mestiços e os pretos vindos como escravos é que invadiram a terra dos povos que, aqui, já existiam, moravam e viviam. De certa forma, todos nós somos usurpadores de espaços, inclusive sagrados, que já tiveram donos.

Pouco se ouve contar, mas a Ditadura Militar foi inóspita e demasiadamente cruel com os povos originários. Houve prisões, desterritorializações, deslocamentos e massacres de tribos inteiras. Nos anos 70, foram quase totalmente dizimados os povos como os *Krenak*, *Pataxó hã hã hãe*, *Panará*, *Nambiquara*, *Guarani* e, conforme apuração da Comissão da Verdade, foram assassinados mais de oito mil indígenas. E, uma vez mais, em 2021, o (des)Governo quer, através de um documento regulamentário, decidir quem é ou quem não é indígena.

Para completar a dizimação dos povos originários, o Governo quer retirar a responsabilidade legal do Estado aos indígenas, sob o bonito e enganoso nome de emancipação. Pautando-se por critérios que ressignificam ser ou não indígena. Por exemplo, vestir roupa análoga aos dos brancos, usar um relógio, frequentar uma Universidade, falar bem a língua portuguesa demonstraria (erradamente) a emancipação desse indígena e, assim, acabaria a responsabilidade do Governo para com eles.

Convém reafirmar e lembrar que a indianidade se faz pelo autorreconhecimento e pelo reconhecimento identitário da comunidade a que se diz pertencer o ser. Estabelecer parâmetros

que tenham por interesse regulamentar essa identidade de pertencimento é autoritária e equivocada. A existência e os direitos dos indivíduos indígenas são baseados na identidade pessoal e no pertencimento de sua comunidade. Este conceito está presente na Constituição de 1988, na Convenção 169 da OIT, 1989, e nas Declarações de Direitos Indígenas da ONU, 2007, e da OEA, 2016. Ainda está claro na Lei e na teoria antropológica, histórica, jurídica, sociológica dos povos originários. Para ilustrar, trago um episódio da história panamenha, contado por Eduardo Galeano (falecido em 2015), registrado no livro *O Filhos dos Dias* (2012). O Governo do Panamá cismou em mudar os costumes do povo *Kuna*.

*O governo do Panamá havia ordenado, por lei, a redução à vida civilizada das tribos bárbaras, semibárbaras e selvagens que existem no país.*

*E seu porta-voz havia anunciado: — As índias kuna nunca mais pintarão o nariz, mas sim as faces, e já não usarão argolas no nariz, mas sim nas orelhas. E já não vestirão molas, mas sim vestidos civilizados.*

*E elas e eles foram proibidos de sua religião e de suas cerimônias, que ofendiam a Deus, e de sua tradicional mania de se governar ao seu modo e maneira.*

*Em 1925, na noite do dia 25 do mês das iguanas, os kuna passaram à faca todos os*

*policiais que os proibiam de viver sua vida.*

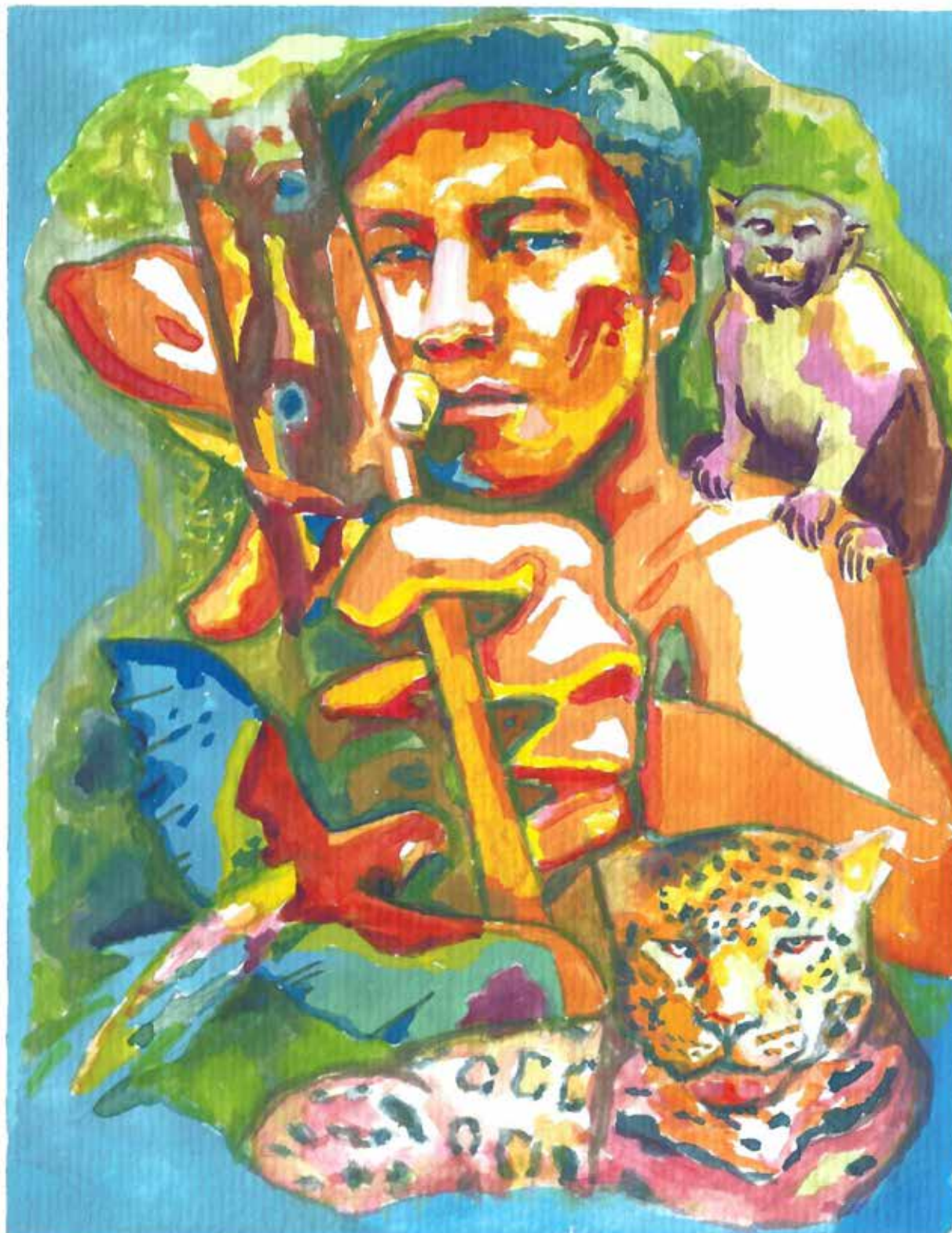
*Desde então, as mulheres kuna continuam usando argolas nos narizes pintados e continuam vestindo suas molas, esplêndida arte de uma pintura que usa agulha e linha em vez de pincel. E elas e eles continuam celebrando suas cerimônias e suas assembleias, nas duas mil ilhas onde defendem, por bem ou por mal, seu reino compartilhado.*

A noite *Kuna* ensina que ninguém pode impor ao outro cultura e valores. Aos *Kuna* o governo panamenho impingiu regras que foram respondidas à moda da degola.

Nessa questão, o Estado, a FUNAI, os órgãos aplicadores de políticas públicas para povos originários devem dialogar com os povos e as pessoas identificadas pelos povos para que disfarçadas formas de extermínio institucionalizado não ameacem o que sobrou dos povos originários e de suas ancestrais culturas.

E o que pode e deve ser feito para que os direitos, a memória, a cultura e história desses povos se perpetuem? Muitas seriam as respostas, mas deixo o aprendizado vindo dos *Guarani M'Byá*: Respeito; Demarcação de Terras; Proteção Estatal; Apoio; Valorização das Diferenças. Para a realidade atual, também, nos ensina esse valoroso povo — existem palavras que não precisam e não devem ser ditas. ■





Artista Plástica Amanda Olbel. Coração do Hemisfério Sul (Técnica guache sobre canson 300g, junho de 2020, Rio de Janeiro)

## DJARMAI, NHA TCHON VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE E DO PATRIMÔNIO BIOCULTURAL DA ILHA DO MAIO DE CABO VERDE

Luisa Janeirinho | Socióloga, Museóloga, Doutorada em Educação/Patrimônio

Ana Margarida Mestre | Antropóloga especializada em Migrações e Etnicidades

**DJARMAI di meu:** Título da morna do compositor Adalberto Silva (Betú) interpretada por Cesária Évora, entre outros.

A experiência que trazemos aqui e queremos partilhar convosco é a participação do MUSEU do MUNDO/SPHAERA MUNDI em várias atividades no âmbito do projeto “Educação patrimonial empreendedorismo cultural e turismo de conhecimento”, revelando, pois, junto à proposta temática da IDentidades uma aproximação ao assunto pela perspectiva positiva: a da preservação e da dinamização da identidade e da biocultura.

Resgatamos o conceito de Patrimônio Biocultural e de Recurso Biocultural Imaterial expresso na tese de doutorado de Edson Junior, intitulada “A Proteção Internacional do Patrimônio Biocultural Imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável”, defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 2009, para a reflexão das várias ações desenvolvidas no âmbito do projeto de “Dinamização e Requalificação Turística na Ilha do Maio, em Cabo Verde, a saber: projetos culturais apoiados pela União Europeia, com a Câmara

Municipal do Maio, o Instituto Marquês de Valle Flôr, a Câmara Municipal de Loures, o Camões I.P., agência de cooperação portuguesa, a Fundação Maio Biodiversidade, a Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente, Sociedade de Desenvolvimento de Turismo de Boavista e Maio, entre outros.

O título do projeto, que indica o objetivo final, conduz-se por um propósito, conforme Edson Júnior, de

*[...] melhoria das condições de vida da população da Ilha do Maio, assim como pela promoção do empreendedorismo local e da requalificação urbana como fatores de desenvolvimento socioeconómico, turístico e cultural sustentável na ilha do Maio, a par da preservação e revitalização do Património cultural, ambiental e turístico local.*

Edson Júnior esclarece, no seu trabalho, as premissas da definição de Patrimônio Biocultural, incluindo nele



(1) o património cultural (tangível e intangível), o folclore, o conhecimento e a inovação; (2) o património biológico, a diversidade das espécies, as paisagens humanas e naturais; (3) o património artístico, com o conhecimento, os elementos e as técnicas.

Tal como o autor, compartilhamos de uma posição relativa à preservação, inventariação e dinamização do património em que este não pode ser dissociado das fontes humanas e sociais que lhe estão subjacentes, da base da vida física e social, da ação contínua e perseverante das comunidades na sua relação equilibrada com a natureza, na utilização

respeitosa dos seus recursos através de processos criativos para assegurar a exploração, utilização e conservação dos ecossistemas naturais e comunitários. A presença das questões mencionadas anteriormente nem sempre é visível quando se trata de propostas de intervenção, de cooperação, principalmente quando o móbil é o turismo e a produção de riqueza. No entanto, este projeto é um exemplo paradigmático da cumplicidade nos processos longos, da audácia nos processos participados, do afeto no respeito pelas singularidades identitárias que revelam o belo e o diferente — a que damos o nome de Amor.



Foto: Entrada do Centro Interpretativo das Salinas de Porto Inglês, Ilha do Maio

**NHÃ TCHON:** No crioulo cabo-verdiano *nhã tchon* significa nosso chão, mas a expressão transcende o lugar físico, expressando tudo o que ele significa.

Djarmai é o nominho (nome carinhoso e afetivo) pelo qual é conhecida a Ilha do Maio, do arquipélago de Cabo Verde. Nesta pequena ilha (que se localiza bem perto da Ilha Santiago, onde se situa a capital: Cidade da Praia) a diversidade da beleza é uma constante: mar turquesa e outras tonalidades de azul, recortes abruptos, praias de areia branca, cintilante, de areia escura, montes escarpados, secura, vegetação e um extenso “lençol branco e reluzente” — o sal. Tudo isto em pouco mais de 269 Km<sup>2</sup> a ser inspiração de mornas belas e consagradas!

A diversidade do belo encontra-se associado a paisagens protegidas (Convenção de Ramsar, 1971), a uma Reserva da Biosfera (UNESCO, 2020) — sendo um importante ecossistema com uma notável biodiversidade (é habitat para espécies variadas e protegidas: tartarugas marinhas, golfinhos, peixes variados, galinha do mato, aves, “acácia americana”, purgueira, entre outras) — assim como uma identidade cultural que encerra um conjunto de conhecimentos tradicionais e de expressões do património imaterial que se sintetizam, por exemplo, no saber fazer tradicional das comunidades — e que são neste artigo o foco da nossa atenção.

O facto de ser uma Ilha pequena pode conduzir, erradamente, a uma percepção de facilidade de ação, pelo controlo dos elementos (de contexto,

nacionais e internacionais). No entanto, é por demais conhecido o preço e o peso da insularidade (as distâncias e as acessibilidades, os custos de transportes e serviços, as entropias económicas e sociais), associado a um percurso histórico de colonialismo e expropriação de recursos, que facilitam, num tempo de “economias desenfreadas” e de circulação/mundialização de informação, ao processo de esquecimento do lugar, do conhecimento e das comunidades, que como um todo e de forma sistemática, garantiram a continuidade desse património para todos. Aqui, sem dúvida, a opção das políticas nacionais na valorização dos vários sectores, das políticas locais na consciência do seu valor, dos parceiros no respeito pelas comunidades que com orgulho emotivo dizem: NHÃ TCHON.

Nhã Tchon é o melhor sinónimo ancestral de Património Biocultural: é o seu “mar bendito”, a sua abundância, as suas armadilhas e a “hora di bai”, é “dia C’chuva bem”, são as mornas e as coladeiras, os rituais religiosos e a tabanca, “tocatinas” (encontro de amizade, confraternização entre música e petiscos) e “sabura” (qualquer coisa gostosa). E tudo o mais que faz parte de encontros de várias culturas que se juntaram num percurso histórico de adversidades, resistências e glórias: o *ethos* de um paradigma cultural crioulo.

A intervenção no projeto contou com colaborações e parceiros vários de forma a abarcar todo o território e a revitalizar potencialidades naturais existentes, a reanimar o saber fazer tradicional, a encorajar a introdução de novas lógicas, mais consentâneas com as exigências



atuais. A centralidade dada às artes e ofícios tradicionais conduz à valorização do papel dos saberes tradicionais, do valor simbólico dos mestres e artesãos que refletem no seu *saber-fazer, saber-estar e saber-ser* ("Pilares de Educação para o Século XXI", Jacques Delors, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI) um conhecimento cosmológico, estético, ético, ecológico, um projeto de sustentabilidade e de proteção da comunidade que é necessário preservar, valorizar e resgatar para o mundo contemporâneo.

A opção de trabalho passou pela valorização do conhecimento na concepção de produtos segundo processos de fabrico tradicionais (produção de queijo, derivados do sal, do pescado, conservas, grogue, carvão, cal, artesanato local, nomeadamente em fibras naturais, olaria, entre outros), (1) acrescentando-lhes

valor de forma inovadora, competitiva e orientada para o mercado nacional e internacional; (2) adotando conhecimentos e competências práticas para a preservação e valorização do património cultural e natural, identificando oportunidades de negócio e criação de rendimento com o potencial endógeno e o saber-fazer local; (3) concebendo produtos com qualidade e garantia de um selo de origem, integrados nas redes de comércio justo ao nível nacional e internacional; (4) adquirindo ferramentas para a organização de projetos auto-sustentáveis com a criação do próprio emprego, integração empresarial ou formação de associações/cooperativas.

A título de exemplo deixamos algumas artes e ofícios tradicionais da Ilha do Maio que são o "discurso desta terra" sobre a atividade coletiva e criativa das suas comunidades.



## A arte de extração do sal

*As Salinas do Porto Inglês representam um local emblemático da história da Ilha do Maio, lembrando a prosperidade que caracterizou em tempos a exploração do sal, chegando a justificar conflitos entre nações, aqui mesmo, nesta Ilha de Djarmai. À beleza única da paisagem das Salinas, que sofre mutações ao longo do ano, ao sabor das marés, alia-se a riqueza da sua biodiversidade,*

*particularmente ao nível da avifauna. Para mais, o trabalho da Cooperativa do Sal, representativa da força das mulheres da ilha do Maio, continua a garantir o papel das salinas enquanto meio de subsistência de várias famílias. (Centro Interpretativo das Salinas do Porto Inglês, IMVF, in CENTRO INTERPRETATIVO DAS SALINAS DE PORTO INGLÊS Conceito, Conteúdos e Práticas, Edição IMVF, 2019)*





O trabalho cooperativo de produção de sal ganhou novo folgo com formação especializada para a produção da flor de sal, subprodutos do sal, conservas, embalagens apelativas para novos produtos e a sua comercialização.





### A arte da pesca tradicional: Projeto de Turismo Solidário e Comunitário da Ilha do Maio

A pesca artesanal feita pela população do Maio, aprendida muitas vezes desde criança com os familiares, permanece muito fiel à forma tradicional, considerada sustentável, ecologicamente correta e seletiva. Esta atividade constitui uma das mais tradicionais e responsáveis pela subsistência de grande parte da população. O apoio a esta atividade

permite que os pescadores locais perpetuem e valorizem o seu saber fazer, sem perda substantiva do seu rendimento e sustento, na continuidade de respeito e preservação dos ecossistemas naturais, em oposição à competição desenfreada pelas "águas", com recurso à pesca não sustentável. O apoio passou por vários eixos de intervenção sendo de salientar: conservação e transformação de pescado, construção de embarcações para mergulho e pesca desportiva e formação de segurança no mar.

### Artesanato



Na localidade da Calheta recuperou-se a *memória do lugar* e de matérias primas locais e apoiou-se a formação da Associação de Artesãos da Calheta que tem a sua origem na tradição familiar da transformação da lã de carneiro e do algodão, assim como tecelagem, cerâmica e cestaria, acrescentando-se a produção artesanal de outras áreas do saber fazer tradicional, como é o caso da *calabidotxi* e do trabalho em pedra e chapa. O grupo de artesãos que formam a Associação encontram neste espaço uma forma de trabalho colaborativo e de rentabilização de recursos e de saberes.



## A arte de produção de queijo di terra

Associação dos Produtores de Queijos e Derivados da Ribeira de Don João-Maio é uma unidade de produção de queijos e derivados de qualidade, através da compra e transformação do leite aos seus associados e de outros criadores, respeitando as regras de higiene na produção de leite de qualidade, aplicando processos técnicos de produção, condicionamento e embalagem que respeitam as normas de higiene, a qualidade e a segurança dos produtos; assim como contribuindo para a melhoria de processos de manejo, alimentação e saúde dos animais dos associados, no sentido do aumento da produtividade e da qualidade do leite.

Tomando como base o saber fazer tradicional e artesanal na produção do famoso queijo di terra, o apoio permitiu alavancar a produção, produzir uma imagem de marca e criar uma queijaria consentânea com as exigências do mercado (para além do consumo familiar).



## Educação Patrimonial, formação e capacitação

Todo o trabalho realizado teve um suporte na formação, capacitação e educação patrimonial, transformando *a Ilha* (e todos os intervenientes no processo) numa comunidade patrimonial (cujo conceito é cunhado na Convenção de Faro, 2008, relativa ao valor do património cultural) de aprendizagem e/ou aprendente.

O referencial do trabalho pautou-se pelo reconhecimento das economias frágeis e da sua interação, permanente, com os ecossistemas naturais e comunitários. Pautou-se, também, pelo reconhecimento dos sentidos biunívocos da partilha do conhecimento das múltiplas aprendizagens e, ainda, por um trabalho de reconhecimento do poder e do valor do património cultural (com os mais novos e com a comunidade em geral), a par da recolha dos traços singulares da identidade local.

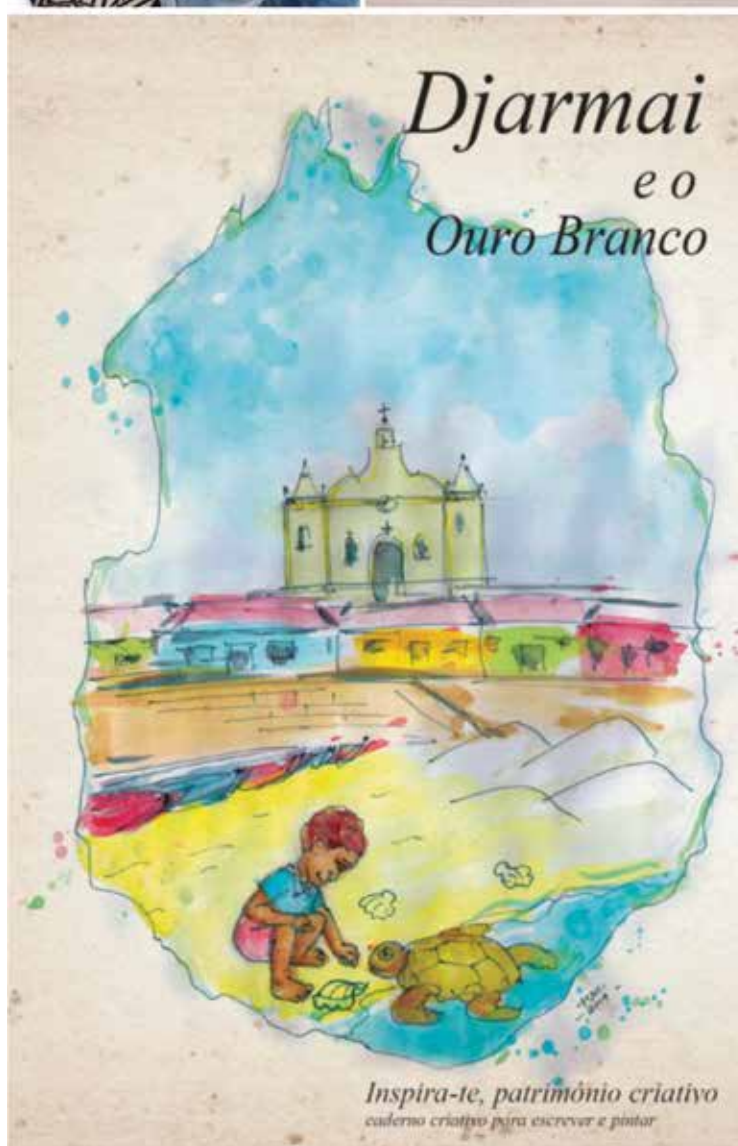




A finalizar, um convite ao conhecimento da Ilha do Maio, do seu rico Património Biocultural e dos traços distintivos da identidade desta comunidade singular. O percurso permite o conhecimento *in locu* da História e da realidade local, dos ofícios tradicionais enquanto processo criativo associado ao património material, imaterial e natural, como fator de desenvolvimento socioeconómico sustentável.

O conhecimento passa ainda por provar e/ou conhecer os produtos criados localmente, agora confeccionados com práticas e técnicas contemporâneas mas sem prejuízo do respetivo traço tradicional — uma ação que procura dar resposta à procura e consumo de vários segmentos de mercado — tendencialmente crescente e associado ao turismo — rentabilizando os ofícios tradicionais locais de forma responsável e com soluções sustentáveis e continuadas, enquanto oportunidades de negócio e autoemprego, associadas a noções de culturas criativas e *marketing* cultural.

Para um conhecimento geral das potencialidades da Ilha do Maio, inicie a visita pelo Centro Interpretativo das Salinas de Porto Inglês, cujas imagens presentes neste artigo foram recolhidas no âmbito do projeto (IMVF), local onde se reconhece a fonte dos recursos utilizados nos processos criativos, a utilização e exploração respeitosa da conservação dos ecossistemas naturais e comunitários da Identidade e do Património Biocultural Local conforme Edson Júnior nos sugere. ■



Desenho de Helder Cardoso





# PORTUGAL E A LUSITANIDADE NO MUNDO

## — um exemplo para a sociedade do Futuro

Jorge Paulino-Pereira | Doutor em Engenharia Civil (Universidade de Lisboa, Portugal)  
Professor Universitário e Consultor Internacional

No contexto dos países do Mundo, Portugal teve um “império”, mas sem ter um imperador e sem ocupar um espaço geográfico contínuo como é habitual haver num império (por exemplo, império romano; ou impérios austro-húngaro, turco, ou russo; ou mesmo o império chinês ou mongol).

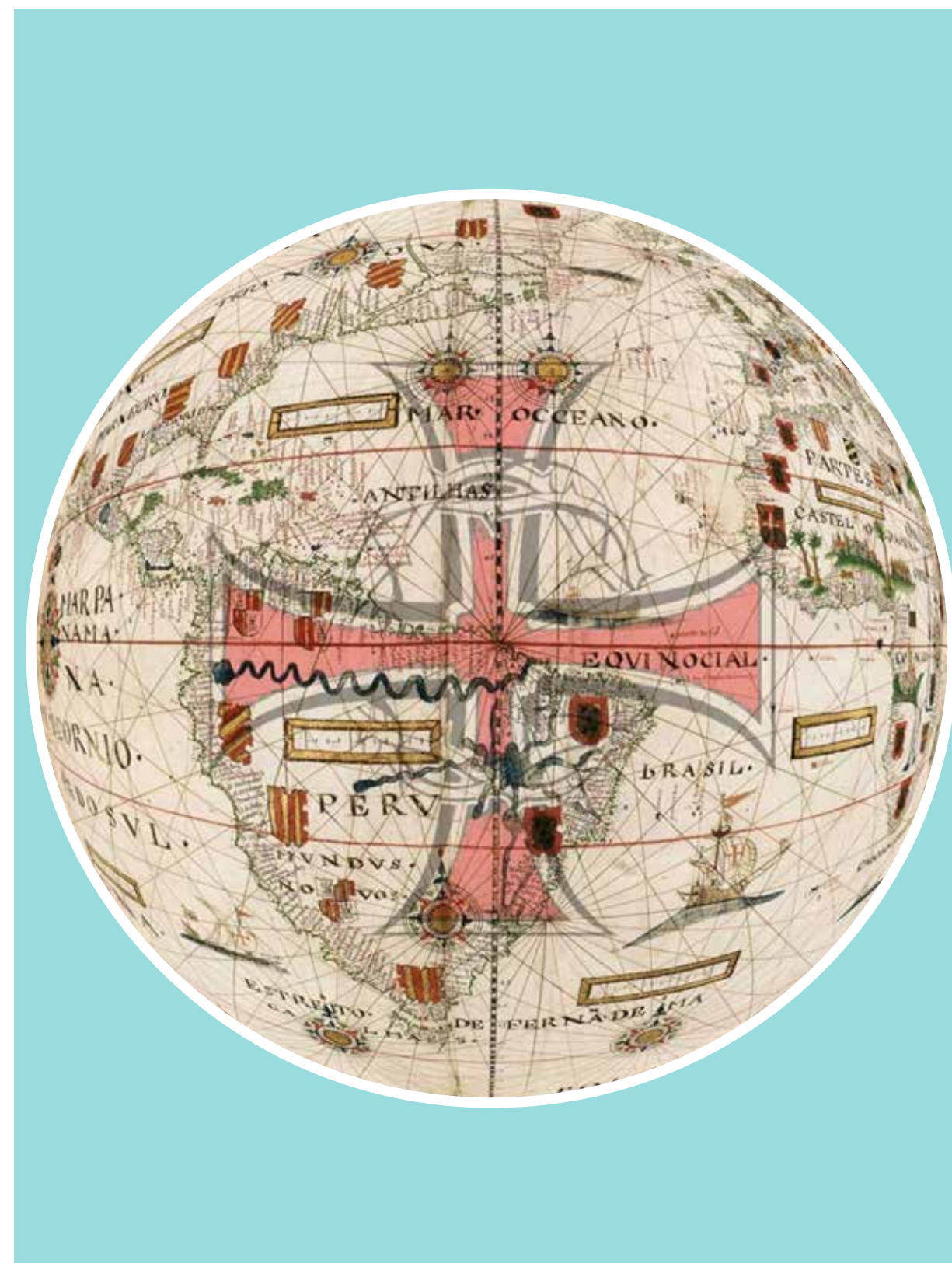
Contudo, Portugal foi de facto um império desde o século 15, e marcou populações e povos que viviam em regiões geográficas, muito diferentes entre si e espalhadas pelos vários continentes. Nesses locais, criou-se uma cultura original, simultaneamente indígena e exógena, porque era uma mistura da cultura europeia e da cultura e tradições locais. E assim se constituíram zonas marcadas pelo saber e pelo viver português, em simbiose com o saber e o viver dos povos com quem os portugueses se integraram e com quem viveram em conjunto.

No contexto da globalização selectiva, repressiva e imperial, que se vive actualmente, com a eclosão sistemática de movimentos racistas e xenófobos, a que está associada a destruição da Cultura, do Passado e da História, talvez o exemplo do passado “império português” pudesse servir de modelo e de paradigma,

primeiro como forma de assegurar um certo poder integrado das comunidades e dos países de expressão oficial portuguesa; e segundo, como forma de construir uma sociedade do futuro, miscigenada e cultural e demograficamente interligada.

As origens e a evolução histórica de Portugal permitem compreender a dinâmica do processo de criação desse “império português ao nível do Globo” ou dessa “imperialização ao estilo português”. Portugal é talvez o único país da Europa que conservou as suas fronteiras na Europa de um modo quase intacto desde a Idade Média. Para perceber a razão para isso, tem de se ter presente a sua evolução e estruturação histórica. Começou por ser um condado do pequeno reino de Leão — o condado Portucalense ou de Portucale. A partir de 1096, o seu senhor foi o conde D. Henrique (1066?-1112) que pertencia à linhagem dos reis francos e dos Duques de Borgonha e, como tal, era um descendente do imperador Carlos Magno (742-814).

Em 1143, o filho do conde D. Henrique, D. Afonso I (ou D. Afonso Henriques) (1111?-1185), declarou a independência do condado em relação ao





seu suserano de Leão. Proclamou-se “rex” (*Rex Portugalensium*) e fundou de facto o Reino de Portugal, tornando-se no seu primeiro rei. Quer, ele, quer o filho, neto e bisnetos que ocuparam o Trono, fizeram crescer o pequeno reino, em guerras sucessivas, conquistando, para Sul, os territórios ocupados pelo infiel islâmico (que, na Península Ibérica, eram então chamados de “mouros”).

Em 1249, o bisneto do fundador, D. Afonso III (1210-1279), haveria de completar a conquista dos Reinos dos Algarves e proclamou-se “Rei de Portugal e do Algarve (ou dos Algarves) (*Rex Portugaliae & Algarbii*)”. Desde essa data até à actualidade, Portugal manteve quase imutáveis as suas fronteiras europeias. E foi a partir de então que se estabeleceram as bases para o surgimento de um “império português” fora da Europa.

Durante toda a Idade Média, ainda houve alguns conflitos graves no interior e no exterior do Reino, geralmente por concorrência e hostilidade com o seu vizinho leonês e depois castelhano. Contudo, de um modo gradual, houve uma interacção e aceitação de todas as culturas dos povos que viviam no território português e que eram algo variadas, de Norte para Sul e de Leste para Oeste. E esta globalização interna de Portugal, representou, ao nível de um país, um dos primeiros modelos de integração demográfica e cultural, na Europa.

Apertado entre o Oceano Atlântico (a Oeste) e os reinos cristãos da

Reconquista (a Norte e Leste), Portugal não pôde crescer mais para a Europa e avançou primeiro para o Norte de África, conquistando aos mouros as cidades e praças-fortes de Ceuta (1415), Alcácer Ceguer (1458), Arzila e Tânger (ambas em 1471), todas localizadas no Norte de Marrocos. O rei D. Afonso V (1432-1481) que conquistara várias destas cidades mouras do Norte de África, viria a receber o cognome de “o Africano”. E, em 1471, já se intitulava “Rei de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além mar em África”.

Em 1471-1472, as possessões da Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo (Ordem de Cristo ou Ordem dos Cavaleiros de Cristo) que já eram fartas no continente africano, foram integradas no Reino. Esta tomada de posição permitiu que todas as possessões ultramarinas descobertas e ocupadas desde o tempo do Infante D. Henrique (1394-1460), passassem a ser portuguesas e sempre tendo por base a religião cristã. A primeira igreja cristã que terá existido em terras africanas (abaixo do Cabo Bojador) foi erigida, em 1460, no reinado de D. Afonso V, na ilha de S. Tiago, em Cabo Verde, na Ribeira Grande, a povoação mais importante que existia no Arquipélago. O filho de D. Afonso V, o rei D. João II (1455-1495) mandou edificar o primeiro forte português no Golfo da Guiné, na terra das minas de ouro, em S. Jorge da Mina (actual Gana). Por isso, acrescentou ao título do pai, o de “Senhor da Guiné”.



Fig. 1- Fortaleza Portuguesa de S. Jorge da Mina e mapa do golfo da Guiné (actual Gana)





Fig. 2 - Forte e Cidade portuguesa de Diu, Índia Muçulmana, actual Índia (in Didot, *Histoire Générale des Voyages*, 1750)

Em 1498, no reinado de D. Manuel I (1469-1521), foi descoberto o caminho marítimo para a Índia e para a Ásia das Especiarias, contornando de Oeste para Leste, o Cabo da Boa Esperança que está situado na zona mais meridional de África (actual África do Sul). Este feito conseguido por Vasco da Gama (1469-1529) permitiu que a costa ocidental e a oriental de África e as zonas litorais de toda a Ásia passassem a ser dominadas por Portugal. Em 1499, o rei encimava os seus documentos oficiais com o seguinte título: "D. Manuel, pela Graça de Deus,

Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia". Todos os reis que lhe sucederam viriam a utilizar este título, até à implantação da República, em 1910.

Repare-se que D. Manuel I e os seus descendentes que foram reis de Portugal não se intitulavam de "Imperadores". Mas eram os "Senhores" que dominavam de modo efectivo toda a costa Leste da América do Sul (Brasil e Uruguai) e da América do Norte (Terra Nova), toda a costa da África Ocidental

e Oriental, as costas oriental e ocidental da Península Arábica (Golfo Pérsico), incluindo o Império da Etiópia, as costas da Ásia desde a Pérsia até ao Japão, incluindo os territórios da actual Índia, Birmânia e Tailândia, China, Indonésia (Ilhas do Maluco ou Molucas, ou ilhas das especiarias), Filipinas.

Com D. Manuel I começaram-se a construir fortalezas portuguesas em todos os pontos estratégicos da costa africana e na Ásia e que funcionavam de postos militares e de locais de comércio, ou feitorias. Seu filho D. João III (1502-1557) haveria de consolidar essa política de construir fortificações. Muitas vezes, eram simples paliçadas, com fossos no seu perímetro exterior e, mais tarde, passaram a ser fortes de pedra, com torres, alguns deles bastante imponentes.

Em redor dessas fortalezas já havia povoados, ou houve povoações que se formaram a partir dos fortes que foram sendo construídos. E, nestes locais, vivia uma população que era constituída por portugueses e depois por luso-descendentes, ou seja, por gente que tinha antepassados portugueses (oriundos de Portugal na Europa) mas que depois teve filhos de mulheres locais ou indígenas. E surgiram os mestiços. Esses descendentes foram-se cruzando entre si, formando comunidades que se entendiam por terem uma língua comum que era um português, bem ou mal falado (o crioulo), e que tinham hábitos que eram simultaneamente os da cultura portuguesa e os das culturas

locais, tudo muito aglutinado por uma religião cristã e católica, hegemónica e sempre presente.

Em muitos outros pontos nevrálgicos e estratégicos do Globo, espalhados pelas rotas comerciais controladas por Portugal, muitos portugueses instalaram-se, de uma forma quase avulsa, e constituíram vendas ou locais de controlo comercial, idênticos aos que se tinham criado em volta das referidas fortalezas mandadas construir pelo Rei de Portugal. Nestes casos, não havia presença efectiva de militares lusos. Deste modo, ilhas, penínsulas ou promontórios, estuários de rio, passaram a fixar uma mistura de gente luso-indígena quer em termos de ocupação humana quer em termos de cultura.

E foi assim que se criou o "Império Português" que era um império do mestiço (resultado do cruzamento entre portugueses e habitantes locais) e um império do crioulo (ou língua criada a partir do português com termos e palavras nativas) e que assumia como sua a religião cristã e católica, cujo chefe espiritual era o Papa de Roma. Por isso, havia crioulo diferente nas várias partes do Mundo, mas a base era sempre a Língua Portuguesa. Ora estas comunidades luso-indígenas tiveram peso efectivo, ao nível local, regional e até continental, desde o distante século 16 que viu as caravelas portuguesas a dominar os vários continentes do Mundo. Foi esse o "Mundo Português", tão celebrado por poetas, historiadores e políticos portugueses e até estrangeiros.



<p><i>Avé Maria, cheia de graça, o senhor é convosco. Bendita sois vós entre as mulheres, e Bendito é o fruto de vosso ventre, Jesus! Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora da nossa morte. Amen</i></p> <p>Português</p>	<p><i>Ni ta coeminda bo, Maria jen di gracia, Senjor ta coe bo, bo ta bendicioná den toer muher, i fruta di bo barrica, Hesus, ta bendicioná. Santa Maria, mama di Dios, pidi pa nos, pecador, awor i na ora di nos morto. Amen</i></p> <p>Papiamento (Caraíbas)</p>	<p><i>Ave Maria tchei di graça, Nhor é cu bo, bendit bo é entre mulhers e bendit é fruto di bos ventre Jesus. Santa Maria mãe di Deus, bo rogá pa nhos pecadors cma e na hora di nos morti. Amém</i></p> <p>Crioulo português (Guiné)</p>
--	--	---

Quadro 1- Oração "Ave Maria" em português, em Papiamento (crioulo das Caraíbas) e em crioulo português (Guiné)

Insiste-se neste aspecto que se julga ser importante realçar: na maioria dos territórios e dos locais espalhados pelo Mundo, não havia geralmente militares portugueses, e, por isso não existia um domínio imperial como era habitual caracterizar os impérios dominados por um imperador. Contudo, a cultura era a do português (ou do mestiço português) e a língua era a portuguesa (ou do crioulo português). A religião dessas comunidades, essa, era sempre a cristã e a católica e servia de aglutinador das massas humanas entre si, independentemente da cor da pele.

A partir do século 16, a cidade de Goa (Índia) tornou-se na cidade mais importante da Ásia Portuguesa, admitindo-se que possa ter tido mais de 200.000 habitantes e tão farta de igrejas que era apelidada de "Roma do Oriente". Ali estava a capital comercial e religiosa do "Vice-Reino da Índia" ou do "Império das Índias". A política dos viceréis portugueses passou por privilegiar o casamento entre os portugueses e os locais e esse aspecto ficou bem marcado, conseguindo-se criar uma sociedade de

lusos-descendentes que esteve muito activa quer na Índia hindu, quer na Índia muçulmana. Muitas dessas famílias haveriam de se instalar em Moçambique e na costa leste africana, onde geriam, com sucesso, as rotas comerciais entre a Índia (e a restante Ásia) e a África Oriental e daqui para Portugal e para a Europa.

Os séculos 15 e 16 foram Portugueses na África Ocidental e Oriental. Apenas em 1600, os lusos perderam o controlo dos mares de África e da Ásia para outros europeus do Norte da Europa. Primeiro surgiram os holandeses, e finalmente os ingleses e os franceses. E o domínio oficial do Reino de Portugal foi-se paulatinamente apagando até se reduzir a meia dúzia de territórios espalhados pelos continentes africanos e asiáticos e na América do Sul. Contudo, as famílias de mestiços portugueses que falavam o crioulo português e que viviam nas rotas comerciais dominadas pelos portugueses, mantiveram-se activas, estando presentes pelo Mundo inteiro. Era ali que os navios de outras nações vinham para fazer trocas comerciais ou para se

abastecer em géneros e víveres. E era esse o "Império Português" que sobreviveu durante séculos.

Em 1807, a saída da família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, para fugir aos invasores franceses de Napoleão que queriam conquistar Portugal e o seu império, permitiu a implantação da capital do Reino, no Brasil. O Rei de Portugal e o seu poder de decisão, e a Corte Portuguesa, instalaram-se no Rio de Janeiro que se tornou de facto na capital desse "Império Português" multifacetado e multi-

cultural. Com esta estadia real por terras brasileiras, as possessões portuguesas na América Latina cresceram imenso, havendo uma ocupação militar e populacional e um domínio efectivo de muitas zonas costeiras e interiores do continente sul-americano, muito para além dos tradicionais estabelecimentos litorais que antes havia, desde o século 16. Paralelamente, em vários pontos da costa e do interior da América (Norte, Central e Sul), também se tornou notória a constituição de redes locais, associadas aos

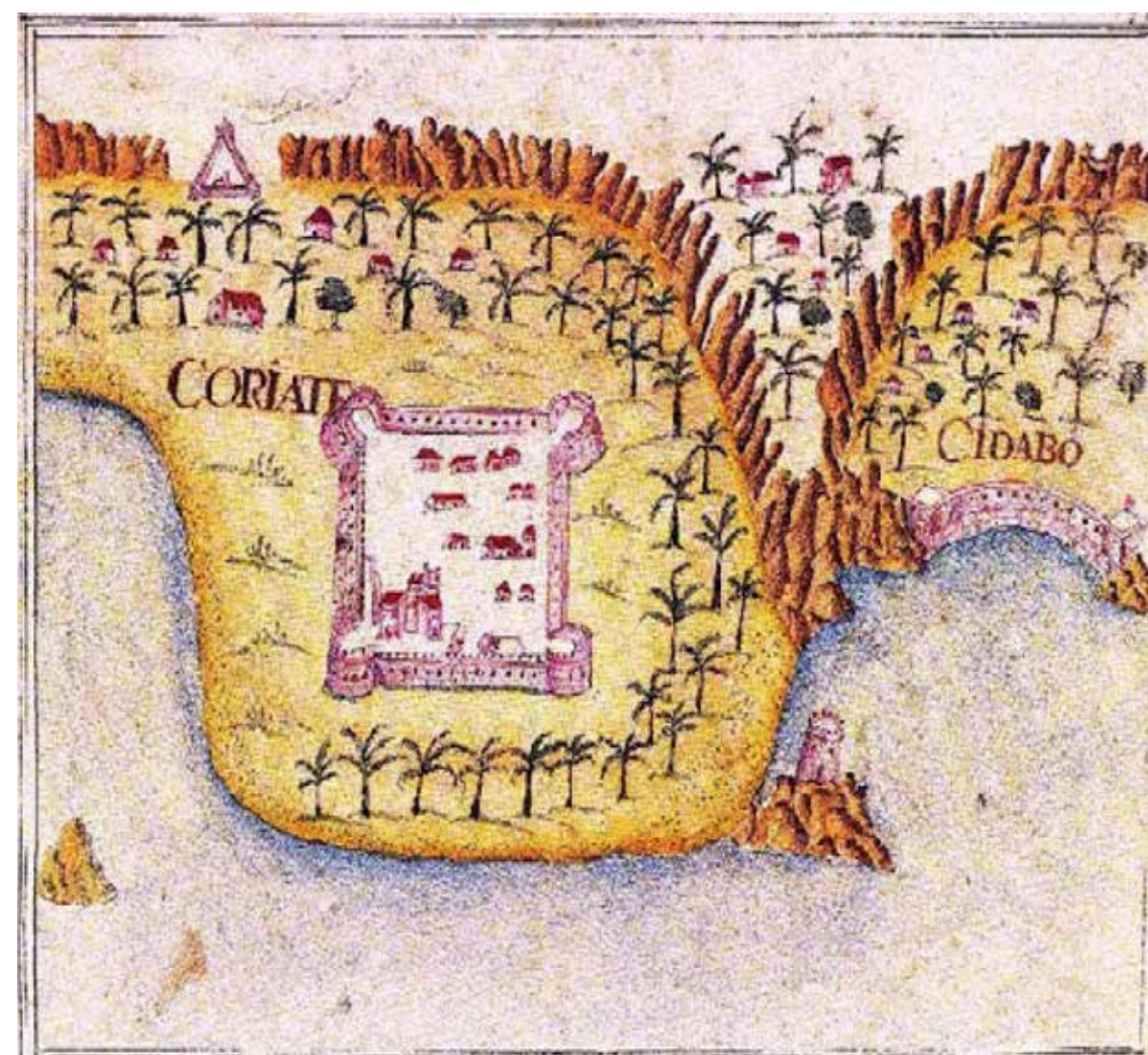


Fig. 3 - Forte Português de Coriate, em Ormuz, Império da Pérsia, actual Irão (in Manuel Godinho de Eredia, *O Livro de Plataforma das Fortalezas da Índia*, cerca de 1620)



interesses portugueses e que se estruturaram em associações de cariz secreto e que tinham como elemento integrador os valores e os princípios da antiga Ordem de Cristo (associações que utilizavam geralmente 3 cruces como seu elemento de identificação).

A presença do Rei no Brasil trouxe alterações na mentalidade dos portugueses que viviam na Europa, com muitos a criticarem a estadia do monarca no continente americano. Aliás, de um modo natural, o Brasil passou a ser um grande estado autónomo integrado no Reino de Portugal (mas muito maior do que o Portugal da Europa). E, por isso, também passou a ser muito cobiçado pelas potências coloniais que disputavam a primazia comercial e militar de Portugal no Mundo e no continente americano (nomeadamente Espanha, Inglaterra, França etc).

Entre 1816 e 1822, D. João VI (1767-1826) intitulava-se "Dom João, por Graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarves, d'aquém, e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia".

Em 1822, este Reino Unido lusitano cindiu-se em dois, com a independência e constituição do Império do Brasil pelo Príncipe herdeiro de Portugal, D. Pedro (1798-1834), que viria a ser o rei D. Pedro IV de Portugal e o Imperador D. Pedro I do Brasil.

Entre 1961 e 1976, sobretudo depois da Revolução Portuguesa de 1974-1975, o que tinha sido oficialmente Portugal, com as suas possessões espalhadas pelo Mundo, desapareceu quase por completo, quer por integração

dos territórios lusitanos em países que com elas faziam fronteira (Goa, Damão, Dio, Daomé Português), quer porque se constituíram países independentes com os limites das regiões que até então tinham sido administradas por Portugal (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, S. Tomé e Príncipe, Timor Leste). E Portugal, como país independente, ficou apenas na Europa, tal como o era no final da Idade Média, e antes das Grandes Descobertas Portuguesas dos séculos 15 e 16.

O "império português" nunca teve continuidade geográfica, sendo constituído por muitos povos, espalhados em muitos locais do Mundo. E, também como já se referiu, estes "povos" eram essencialmente mestiços, falando um crioulo de origem portuguesa e que seguiam a religião cristã e católica. Para se perceber como ele funcionava e como foi possível ter, durante tanto tempo, um "estado" não contínuo, com uma dimensão enorme porque interessava os vários continentes do Mundo, é necessário compreender como se processou esta ocupação histórica das "gentes de Portugal".

Quando os portugueses partiram para fazer os Descobrimentos, iam em simples barcos de madeira e de vela. Nos inícios dos séculos 15 e 16, Portugal tinha o efectivo saber da arte de construir navios, da arte de artilharia a bordo dos navios e da arte de navegação. Qualquer barco que navegasse, sem autorização, nas "nossas águas" era afundado ou aprisionado e a sua tripulação morta ou vendida como escrava nos mercados africanos e asiáticos. Contudo, nesses barcos dos portugueses só iam homens,

não havendo mulheres. E quando surgia a oportunidade de encontrar populações indígenas, havia uma confraternização que gerava filhos entre os mareantes portugueses e os habitantes locais. E assim surgiram as raças cruzadas. Não eram brancas, nem negras, nem indianas, nem chinesas, nem malaias. Eram "mestiços" gerados por miscigenação dos europeus com os habitantes locais, e depois destes entre si. E foi assim que o império português se tornou de facto no "Império do mestiço".

Por essa razão, a cultura desse "Império dos mestiços" era não só a portuguesa como também a dos locais onde as "gentes" estavam inseridas e a viver o dia-a-dia, juntando tradições dos descendentes lusos e europeus e a dos antepassados com quem os portugueses se cruzaram localmente. E essas comunidades permitiram a estruturação e o domínio do tal "Império Português", pluricontinental e plurirracial, que tinha peso efectivo no comércio e na economia das várias regiões. Ainda no século 19, os grandes escritores falavam desse controlo português em termos comerciais e culturais. Havia sempre um descendente português, predominante ou com acção relevante, em zonas de colonização francesa, britânica ou holandesa. E que melhor exemplo para o testemunhar do que a leitura dos livros de aventuras de Júlio Verne (1828-1905) e de Emílio Salgari (1862-1911) e até mais recentemente dos livros de banda desenhada do Tintin do belga Hergé (Georges Prosper Remi, 1907-1983).

O Congresso de Berlim (1878) marcou o fim desse domínio português no Mundo. Os britânicos e os franceses

não queriam ter de dialogar com gente lusodescendente nos vários locais onde eles se tinham estabelecido, pela África e pela Ásia e pela América Latina. Os países europeus, que eram mais poderosos, dividiram os mapas de África e da Ásia, entre si. E, depois, ocuparam militarmente essas regiões, e assim tomaram conta dos tais locais de antigas feitorias portuguesas que tinham constituído o "Império Português", desde o distante século 16.

Agora, só se sabe a origem dessas reminiscências do tal "Mundo Português" pelos apelidos das famílias indígenas que continuam a ser portugueses, pelos nomes das terras que ainda hoje são nomes portugueses, por palavras portuguesas perdidas na língua local. Mas também e, sobretudo, sobrou a religião cristã e católica que para ali foi levada pelos portugueses e que ainda hoje existe em quase todos os países da costa africana e da asiática (por exemplo, Índia, Sri Lanka, Indonésia, Coreia, para além dos antigos territórios ultramarinos portugueses tornados independentes). Contudo, nem todos os Papas de Roma sabem o porquê da existência dessa religião cristã e católica pelos vários países do Mundo que vão visitando e nos recantos e sítios mais diversos.

Paralelamente, é preciso perceber como esta cultura dos mestiços portugueses e do Império de Portugal foi distinta da dos outros povos coloniais europeus. Isso é notório em relação aos holandeses e aos ingleses que ocupavam os territórios, mas não se misturavam com os habitantes locais. Nas várias regiões do Globo, esses



colonizadores criavam sociedades brancas perfeitamente isoladas e estanques, no meio de um território onde existiam os povos indígenas. Deste modo, nessas colônias, havia dois mundos quase completamente distintos, embora vivendo lado a lado: o europeu e o indígena. Ambos estavam completamente separados entre si, quer em termos de habitação, quer de transportes, quer de controlo político e comercial, quer de tratamento pessoal e humano. A título de exemplo, veja-se o caso do "apartheid" da África do Sul.

De facto, as possessões ultramarinas desses outros países europeus reproduziam a vida, a cultura e a sociedade que existiam nos respectivos países na Europa. Os europeus tinham os seus clubes, os seus bairros, o seu tipo de vida que era o do país de origem que para ali tinha sido levado. Os empregados eram locais, eram os indígenas, eram os "boys", eram os novos escravos (que às vezes não se chamavam de escravos) a quem não se reconheciam quaisquer direitos políticos, jurídicos ou sociais, e que representavam uma subcamada da sociedade colonial, de categoria secundária, e submetidas a tratamento inferior e rebaixante. E o melhor exemplo para ilustrar este tipo de impérios ultramarinos, com um poder forte ditado pela capital do Império e pelo poder da Metrópole colonizadora, é o representado pelo império britânico que teve o seu apogeu no século 19 e que só findou após a 2ª Guerra Mundial, na primeira metade do século 20. O paradigma britânico gerou o ódio e o caciquismo, e levou as pessoas a defenderem valores que

separaram as gentes, as raças e que não uniram os povos entre si. O contrário do que existiu no tal "Mundo Português". Para se perceber esta abrangência do "Império Português", exemplifica-se o caso das ilhas das Caraíbas, na América Central, onde os mestiços portugueses representaram um papel importante na estruturação da economia local, embora Portugal nunca tivesse o domínio oficial do território.

Desde possivelmente a pré-história mas sendo ainda bem patente na Idade Média, havia dois produtos naturais por excelência, ambos apelidados de "ouro branco"; o primeiro ouro branco era o sal, e o segundo ouro branco era o açúcar. Estes produtos revelavam-se como fundamentais para a conservação de alimentos de toda a espécie. O sal podia ser obtido a partir de minérios explorados em minas a céu aberto ou em galerias subterrâneas (sal-gema) ou por evaporação de água salgada em salinas. O açúcar era produzido por meio da produção de produtos agrícolas potencialmente ricos em sacarose (cana de açúcar, beterraba etc). Os países, as cidades ou localidades que produziam estes produtos eram detentores de uma riqueza invejável.

Ora, nas suas origens, o império português foi também um império comercial que produzia e comercializava quer o sal quer o açúcar. Foram eles que permitiram e financiaram a expansão ultramarina portuguesa. Em termos estratégicos e comerciais, foram talvez tão importantes como a comercialização do ouro, do marfim, das especiarias, dos escravos etc.

A ilha da Madeira, terra da Ordem de Cristo, foi a primeira a produzir açúcar em quantidades interessantes, por plantação intensiva de cana-de-açúcar. Mas depois sucederam-se outras possessões portuguesas onde se recorreu à produção intensiva, quase industrializada, de cana-de-açúcar para produção do produto branco tão apetecido, tão necessário e tão caro.

Paralelamente, na África portuguesa do Norte de África e depois em S. Jorge da Mina no Gana, os portugueses produziam sal, também de forma intensiva, recorrendo a salinas exploradas de modo idêntico às que existiam nos vales dos grandes rios de Portugal Continental (Tejo, Guadiana, Vouga etc). E foram estes produtos que permitiam localmente comprar as especiarias, o ouro, o marfim

e as demais riquezas que eram transportadas para Lisboa e para outros portos portugueses e que depois eram vendidos nas cidades da Europa.

Entre 1580 e 1640, durante 60 anos, a Coroa de Portugal esteve associada com a de Espanha (de um modo muito funesto para os interesses portugueses, diga-se). Contudo, nesse período, o Mundo espanhol ficou também aberto aos comerciantes portugueses. E foi assim que a ocupação das ilhas das Caraíbas se fez por gentes luso-descendentes. Ainda hoje, ali se conservam os nomes portugueses em muitos casos (por exemplo, Curaçao ou Coração, Bonaire ou Bom ar etc). Essa ocupação estratégica foi feita essencialmente por judeus portugueses, de cor branca (os detentores do capital)

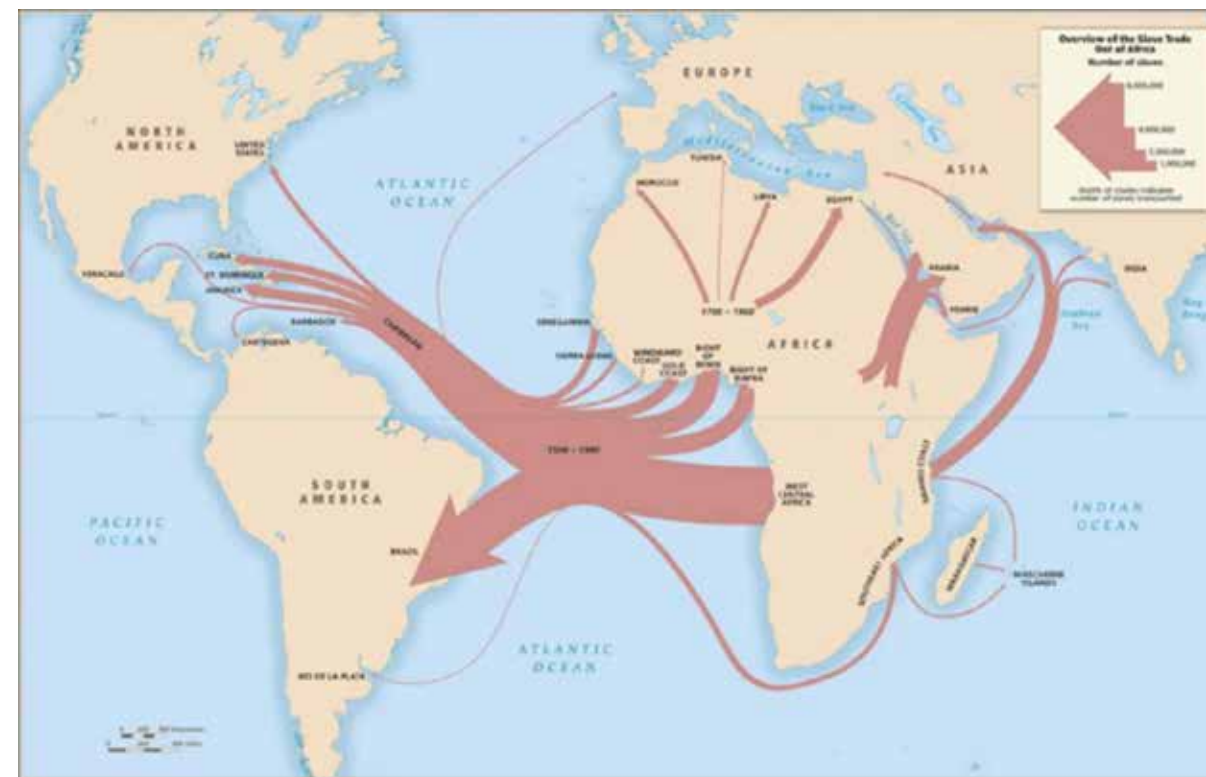


Fig. 4 – Comércio de escravos de África para a América Central e do Sul (in David Eltis and David Richardson, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*, Yale University Press)



e por escravos portugueses, de cor negra (a mão de obra proletarizada).

Durante quase todo o período de escravatura (ou seja, até aos meados do século 19), os escravos vendidos nas Caraíbas (e também no Brasil) eram essencialmente comprados aos sobas locais da região do Gofu da Guiné, desde a Guiné ex-Portuguesa (ou Guiné Bissau) a Oeste, até aos confins dos Camarões, a Leste. A região mais produtiva era representada pelas zonas de Porto Novo (actual Benim) e de Lagos (actual Nigéria), cujos nomes ainda hoje são os dos portugueses. Ali instalaram-se verdadeiros potentados de judeus portugueses que misturavam a religião cristã e a dos seus antepassados judaicos, e bem assim a cultura portuguesa com a das tradições africanas.

Desses locais de compra e de venda de escravos, no Golfo da Guiné, partiam barcos que levavam essa gente (então quase assemelhada a bichos), para as ilhas de Cabo Verde. E era aqui que se formaram “entrepósitos” comerciais de recepção e de distribuição dessa mão-de-obra escrava e negra. Em Cabo Verde, os pretos africanos do Golfo da Guiné aprendiam o crioulo português e era ali que lhes ministravam os correspondentes ensinamentos de cultura portuguesa e de religião cristã. E depois eles eram “exportados” para as ilhas das Caraíbas, geralmente a mando de judeus portugueses que asseguraram a exploração territorial daquelas ilhas, pagando tributos aos senhores da Corte de Espanha a quem aqueles territórios tinham sido atribuídos.

E, também é por isso, que, ainda hoje, vamos encontrar o crioulo português (de Cabo Verde) nas ilhas das Caraíbas, que depois foram dominadas por franceses, por ingleses, por holandeses e por espanhóis. Mais tarde, ali viriam a surgir novos “crioulos” que integraram palavras de francês, de inglês e de holandês, consoante a ilha em questão e o ocupante colonizador. Mas a base de todos os crioulos das Caraíbas era o crioulo português, o cabo-verdiano, que se falava nas ilhas de Cabo Verde e na costa do Golfo da Guiné controlada originalmente apenas por Portugal.

A evolução das sociedades não se processa sempre de uma forma calma e ininterrupta. Muitas vezes, os valores e os princípios que levam ao Progresso são postos em causa, por actuações irreflectidas, ou por comportamentos deliberados de grupos políticos e religiosos, de grupos sociais e culturais, que se instalam nos vários países e que afirmam deter a verdade e que se julgam sabedores do que deveria ser a sociedade do Futuro. Geralmente, à escala global, estes movimentos são movidos por forças com objectivos algo contraditórios que questionam a ordem existente e defendem alternativas próprias para benefício de interesses pessoais, locais ou internacionais. Deste modo, vão-se criando soluções de continuidade nas sociedades que são roturas, mais ou menos dolorosas e que geralmente envolvem custos sociais e culturais muito traumatizantes. São afinal os conflitos e as guerras que

marcam a marcha da Humanidade e que provocam avanços e retrocessos localmente, ao longo dessa caminhada.

Esses grupos que querem “mudar o Mundo” e criar um “Novo Futuro” podem-se assumir, ou afirmar, como sendo de gente nacionalista ou xenófoba, de supremacistas de certa raça ou anti-racistas, de defensores fanáticos desta ou daquela religião ou anti-religiosos, de defesa dos interesses de uma franja da população ou de globalistas. Por exemplo, na Europa, no princípio do século 20, os movimentos nacionalistas eram considerados como o motor do progresso, como forma de destruir os impérios austro-húngaro e otomano, o que viria a acontecer após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) (foi assim que se constituiu uma miríade de estados no Leste Europeu e no Próximo Oriente). Entre as duas guerras mundiais, foi o contrário que aconteceu e constituiu-se uma grande associação que agrupava e federava estados muito distintos entre si e que haveriam de formar a União Soviética (1922). Também na Ásia e em África, após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), esses movimentos surgiram com uma componente mais anti-colonialista e nacionalista. Contudo, as suas actuações são quase sempre drásticas e fracturantes, e provocam as tais soluções de descontinuidade que avançam ou atrasam o evoluir da Humanidade, em várias regiões e entre várias populações.

Subjacente a quase todos estes movimentos políticos, observa-se uma tentativa de associar ou dissociar quer

gentes, quer raças, quer pessoas de nível educacional mais alto ou mais baixo. Cria-se assim uma cartilha que uma grande fatia da população toma como sua, e que vai sendo apregoada em altos brados e com grandes parangonas. E esses princípios e valores da cartilha tornam-se hegemónicos nessa sociedade e são considerados como sendo os que conduzem e asseguram o Progresso e o Futuro (e geralmente até não o são). Temos designado esta situação social de “política das massas ululantes” porque grandes franjas da sociedade vão a berrar “slogans”, de modo inocente e inconsciente, atrás de um qualquer agitador que lidera o rebanho para o objectivo que ele pretende. E geralmente esse *leader* apenas usa as massas que arrasta atrás de si, para servir interesses pessoais ou porque está a mando de forças exógenas às próprias gentes que diz defender, forças essas que se servem das “massas ululantes” para benefício próprio.

Ora, no futuro a atingir (mas nunca atingível), pretende-se criar uma utópica Civilização que possa unir todos os povos do Mundo, numa fraternidade universal onde todos estivessem integrados e se vivesse a liberdade e a igualdade, e se praticassem os princípios e os valores da Verdade, da Justiça, da Tolerância, da Honestidade, e da defesa do mais fraco. Há quem chame a este Nirvana Social, a esta Idade do Ouro do Futuro, de Idade do Espírito Santo. Aqui entendeu-se não o chamar por qualquer nome, porque se entende que cada um deve cumprir o seu destino, de acordo com os valores



de tolerância, de verdade e de progresso que se defenderam.

Mas aqui surge a noção de Quinto Império que se julga ser interessante registrar e preservar para o futuro. O Padre António Vieira (1608-1697) profetizou o quinto império, quando escreveu *História do futuro*. Fernando Pessoa (1888-1935) seguiu o mesmo trilho filosófico e de comportamento, como está bem patente na sua obra "Mensagem", onde até apelida o Padre António Vieira de Profeta do Quinto Império. Actualmente não se pode falar num Quinto Império, no sentido apresentado pelo Padre António Vieira. Mas poderia haver interesse em criar uma dinâmica política e cultural que integrasse os vários países que falam português e que estão espalhados pelos vários continentes. Todas essas comunidades poderiam ter um papel relevante na estruturação de uma comunidade (um Império) de cultura miscigenada que misturasse descendentes e culturas, independentemente da cor da pele, da origem geográfica ou da sua origem social.

Aliás, esta noção do Quinto Império poderia não ficar restringida às comunidades lusófonas ou às que utilizam a língua portuguesa ou afim, como forma de comunicação entre si. De facto, só a fraternidade entre os povos pode levar à eventual abolição de classes sociais e à mistura de raças de muitas cores (branca, negra, castanha, amarela, vermelha). Claro que tudo deveria

estar ligado por um credo comum que permitisse unir gentes de todo o Globo e que servisse de base aglutinadora e de integração cultural e social. Mas neste caso, o elemento cimentador não seria uma religião, mas uma série de valores e princípios comuns e de boa prática social. E esse bom exemplo do Império Português, que aqui se apresentou em oposição ao modelo britânico e colonial europeu, poderia servir de modelo para a sociedade do Futuro.

Esta globalização não deveria ser imposta por um desses grupos que se julgam detentores da verdade. A sociedade e a cultura miscigenadas têm de estar na cabeça e no espírito de cada um. Todos devem ser tolerantes para poderem aceitar o próximo. Não é preciso que as pessoas tenham obrigatoriamente de viver com outra pessoa de outra raça, ou de outra religião, ou de outra origem social ou cultural. Antes pelo contrário. Cada qual deveria ser livre de pensar pela sua própria cabeça, aceitando culturas diferentes. O que todos deveriam estar unidos era pela observância do princípio da Tolerância, sempre aceitando maneiras de pensar diferentes, e respeitando a vertente cultural de cada um, para assim ser possível preservar a História e as tradições de todos, e sobretudo para todos poderem ser respeitados, sem fanatismos ou imposição de opiniões. Só assim haverá um Quinto Império sob o lema "Todos por um, e um por todos".

## SERÁ A CPLP? ONGD CORAÇÃO EM MALACA

Luísa Timóteo | Presidente da Assembleia Geral

Zélia Torres | Presidente da Direção

Toda a diversidade étnica e populacional baseia-se nas várias descendências étnicas europeias, que compartilham uma biocultura/bio-história tradicionalmente conhecida por Civilização Ocidental. Esta civilização é sustentável para a conservação da biodiversidade. Os povos e comunidades tradicionais do mundo encontram nas tradições culturais o seu meio de valo-

rização. Além disso, desenvolvem desse modo de vida conhecimentos tradicionais que contribuem para a conservação do bioma e, assim, para a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Essas populações desenvolveram diversas atividades da região o que reforça o potencial dessa atividade para o desenvolvimento sustentável de cada país e de cada cultura, como é o caso de Malaca.



Foto: Arquivo ONGD Coração em Malaca. Porto. Pesca em Malaca (2019)



A garantia e proteção dos diferentes povos e territórios tradicionais é fundamental para a manutenção das funções ecológicas do bioma e toda sua biodiversidade e para o desenvolvimento justo e sustentável dos povos, dos seus direitos e identidade. As práticas dos povos e comunidades possuem tradicionalmente uma lógica de manejo para a sustentabilidade, muitas vezes renegada pela sociedade, mas que se vem revelando a alternativa mais viável para a continuidade da identidade das comunidades e dos seus direitos enquanto cidadãos do mundo.

Todo grupo etno-racial tem o direito de estabelecer qualquer que seja o grau de homogeneidade biológica e cultural nas terras onde vive, incluindo o direito a estabelecer Estados-nações completamente homogêneos, excluindo outros grupos etno-raciais. O grupo etno-racial é um grupo de parentesco extenso, uma família extensa. Do mesmo modo que uma pessoa tem o direito de promover os interesses de sua família, também, deve ter o direito de promover os direitos de seu grupo etno-racial.

Não deve haver leis que impeçam a promoção ampla dos interesses etno-raciais das pessoas. Deve haver liberdade completa de expressão e de reunião para formar partidos políticos, para promover homogeneidade etno-racial e separatismo e para se opor à globalização e à imigração do tipo etno-racial.

Aos grupos etno-raciais deve ser permitido seguir quaisquer tipos de es-

tratégias reprodutivas que desejem, incluindo endogamia, eugenia e clonagem humana. A busca dos interesses etno-raciais deve receber a mais alta prioridade e dignidade. A todos deve ser permitido promover o melhor para seus respectivos povos, a ponto de não infringir de maneira injusta os direitos etno-raciais de outros grupos. Algo que está delineado em artigo intitulado "Antropologia, raça e os dilemas das identidades na era da genômica", R. V. Santos e de M. C. Maio (in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. V.12no.2Rio de JaneiroMay/Aug.2005).

Procuramos reforçar o significado das diferenças raciais e sociais, a sua própria essência e existência que estão sendo fragilizadas pela evolução e alguma discriminação das sociedades atuais. Numa era de evolução comunicacional, tecnológica e científica, refletimos se esses novos conhecimentos e tecnologias alteram o panorama de maneira radical ou, pelo contrário, reinstalam e reforçam percepções sobre diferenças entre povos. Na prática, o que percebemos é que as relações entre conhecimento e tecnologias biológicas e as diferenças sociais podem assumir múltiplas formas a depender do contexto sociopolítico no qual se instauram.

Consideramos necessário reavaliar e reforçar o processo de mudança da sociedade até mesmo com os seus suportes no plano das políticas de identidade que não ameçam as tradições culturais e suas origens, mantendo viva a memória e a ancestralidade de cada povo em diferentes rincões.



Foto: Arquivo ONGD Coração em Malaca. Festa de San Pedro (2019). Barco de San Pedro



Será a CPLP, no que nos diz respeito, a forma que esse fenómeno virá a tomar? Para nós e para todos os países lusófonos, ainda que não nos pareça, pensando com todo o rigor, que a língua esgote o sentimento de identificação com a pátria? Descodificada a sigla, vemos que nela se esconde uma dificuldade que até agora não pôde ser resolvida: a dificuldade do “P”.

É o “P” de Países, não, é o “P” de Povos. Países são Estados: outra dificuldade iludida. E, na verdade, os Estados, mais do que os Países, representam ou aglutinam os Povos. Era melhor que a CPLP se assumisse como uma Comunidade de Povos. Portanto, como um meta-Estado. Talvez, o destino do Estado-Nação seja o Estado-Comunidade. Coisa diferente do Estado Federal a nosso ver que, a propósito, está em consonância com M. F. Patrício, em *A Identidade num Mundo Intercultural* (2019).

Exemplos empíricos das populações tradicionais são as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos etc. que representam grande parte da população no mundo, em diversos países através da sua comunidade que tentam prevalecer e defender a sua cultura e herança de acordo com a sua origem.

Por um lado, estamos crentes, ainda assim, das limitações de identidade, de tal definição, já que, a rigor, todas as culturas e sociedades têm uma “tradição”. Por outro lado, definições tipológicas como esta baseada num conjunto de “traços culturais” empíricos tendem a apresentar alguma limitação que não permite visualizar as sociedades e culturas como fluxos socioculturais dinâmicos em permanente estado de mudança, de direitos e identidade nas suas comunidades. De fato, algo a considerar é a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, da Organização das Nações Unidas (1948), em cuja redação de seu comitê destaca que:

*Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.* ■

## LUSO-TROPICALISMO E LUSOFONIA

Renato Epifânio | Presidente do Movimento Internacional Lusófono

É absolutamente extraordinária a cadeia de reacções espoletada pela morte do norte-americano George Floyd, no final de Maio de 2020. Decerto, a escala dessa cadeia deve-se também ao particular contexto pandémico em que vivemos. Com tanta gente desempregada e/ou saturada de confinamentos, aquela morte escancarou a porta para a explosão de uma raiva recalcada por muito tempo. Para mais, sabe-se que a comunidade afro-americana tem sido a mais afectada por esta pandemia.

Dada a magnitude dessa erupção, não foram surpreendentes as réplicas que se têm sentido em todo o mundo ocidental, desde logo na Europa. Em Portugal, o episódio de vandalização da estátua do Padre António Vieira, na primeira quinzena de Junho, foi o “clique” definitivo para que todo o debate sobre o colonialismo, o esclavagismo e o racismo também irrompesse, pujantemente, entre nós.

De entre os muitos textos entretanto publicados, permitam-nos que destaque um, pela positiva: “O fim do lusotropicalismo?”, de José Pedro Zúquete

(*Público*, 24.06.2020). Isto apesar de algumas reservas, de forma e de fundo, a algumas das suas teses, que iremos aqui enunciar, sobretudo pela equivalência conceptual, a nosso ver equívoca, que o autor estabelece entre “lusotropicalismo” e “lusofonia”:

*Antes falava-se em lusotropicalismo, agora fala-se em lusofonia. Mas a matriz dos dois é a mesma: são nomes diferentes para o mesmo nacionalismo cultural que, ainda hoje, é a ideologia oficial do Estado português.*

Mas comecemos pelo princípio — nas palavras de JPZ:

*A primeira geração de políticos do pós-25 de Abril dedicou-se de alma e coração a exaltar o ‘destino’ europeu de Portugal. E fê-lo como nunca tinha sido feito ao longo da história. Em 1976, num discurso no Conselho da Europa, José Medeiros Ferreira foi lapidar: com o 25 de Abril ‘Portugal*



*volta por fim oficialmente à convivência com a Europa'. Esse era 'um acto' que exprimia 'a consciência do nosso destino histórico'. Era, nas palavras do então ministro dos Negócios Estrangeiros, 'o regresso de Portugal às suas raízes continentais'.*

Ou seja, dando aqui razão a JPZ: a Revolução de Abril pretendeu estabelecer um corte conceptual, mas não apenas — esse é o ponto — relativamente à concepção de Portugal do Estado Novo. O diferendo não é de todo esse, ou, mais exactamente, é muito mais amplo do que esse. É por isso que, ainda hoje, existem pessoas (algumas das quais conhecemos bem) que, tendo sido opositores ao Estado Novo, por, entre outras razões, não ter antecipado a descolonização, nem por isso consideram que a concepção exclusivamente europeia de Portugal seja a melhor. Sem que isso signifique, desde já se esclareça esse outro equívoco recorrente, que a “aposta lusófona” seja incompatível com a “aposta europeia”. Bem pelo contrário: a nosso ver, são perfeitamente complementares.

Foi também por isso que algumas posições mais extremadas do PREC (Processo Revolucionário em Curso), no pós 25 de Abril, não tiveram desenvolvimento real entre nós. Apesar de ter havido quem clamasse que “Camões também era colonialista”, não houve de facto (como ainda hoje não

há), nenhuma maioria que sancionasse esse rompimento com a nossa história que agora alguns, aproveitando esta aparente oportunidade, pretendem de novo promover. Os portugueses, em geral, não têm nenhum mal-estar com a nossa história. Reconhecem, decerto, que os Descobrimentos tiveram, à luz dos valores de hoje, aspectos censuráveis. Mas não estão dispostos, e bem, a fazer tábua rasa de todo o nosso passado.

Porque, em última instância, é disso mesmo que se trata. E por isso não espanta que, nos Estados Unidos da América, as estátuas de Cristóvão Colombo tenham sido também visadas. A mensagem é óbvia: “Toda a história dos EUA é um erro”. Ainda que seja igualmente uma mensagem inconsequente — pois, como se poderia realmente remendar esse erro? Devolvendo toda a população “branca” à Europa? E toda a população “negra” a África? Obviamente, não é possível esse “recomeço” da história. Não é possível nos EUA nem em nenhum outro país do mundo. Em Portugal, isso significaria o quê? Querer recuar aos tempos prévios à “invasão dos romanos”?!... Mas deixemo-nos de perguntas ociosas e regressemos à tese principal de JPZ: a da equivalência conceptual que o autor estabelece entre “luso-tropicalismo” e “lusofonia”.

A nosso ver, com efeito, há aqui um equívoco de base: é que “luso-tropicalismo” foi afirmado para perpetuar o *sta-*

*tus quo* colonial. Ou seja, corresponde a um paradigma definitivamente ultrapassado pela história (chamemos-lhe aqui o “paradigma do 24 de Abril”). Sobre isso, qualquer discussão é igualmente ociosa: mesmo entre aqueles que consideram que o processo de descolonização foi “exemplar” (leia-se: “exemplarmente mau”), não há ninguém que seriamente acredite que seja possível qualquer espécie de regresso ao passado. Independentemente dos méritos ou deméritos da teoria luso-tropicalista e, sobretudo, da distância que sempre houve entre a teoria e prática — por mais que, apesar de tudo, nunca tenhamos construído um regime como o do “Apartheid” sul-africano —, a descolonização ocorreu e é irreversível.

Tendo sido esse o “paradigma do 24 de Abril” e tendo nós já aqui visto o “paradigma do 25 de Abril” — a concepção exclusivamente europeia de Portugal —, resta então falar sobre o conceito de Lusofonia, que aqui iremos considerar como o “paradigma do 26 de Abril”. Ainda que, naturalmente, com diversas nuances, este tem-se afirmado progressivamente nas últimas décadas à luz de algumas premissas — no essencial, três: mal ou bem, a descolonização ocorreu e é irreversível; não obstante, os países independentes que partilham essa mesma língua, cultura e história (entretanto agregados na CPLP: Comunidades dos Países de Língua Portuguesa) podem

e devem cooperar (muito mais), em benefício próprio; essa cooperação não é exclusivista, ou seja, não se faz necessariamente por exclusão de outras: no caso de Portugal, conforme o já aqui referido, em relação à União Europeia; no caso do Brasil, em relação ao MERCOSUL; no caso de Timor-Leste, em relação à ASEAN; no caso dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), em relação a outras plataformas regionais.

Dito isto, há uma observação de JPZ que me parece muito certa e lúcida. Há, de facto, “novas gerações — da Esquerda e da Direita” que não se reconhecem, de todo, neste horizonte. À Esquerda, porque consideram que todo o processo de expansão marítima foi um erro absoluto — pelo que, ainda que não defendam (em público) a destruição do Padrão dos Descobrimentos, renegam e estigmatizam a Lusofonia, vista como o resultado de uma história em que não se reconhecem, como o fruto (ainda que longínquo) de um “pecado original”. À Direita, porque, como muito bem escreve JPZ,

*sentem que o imaginário da lusofonia impede Portugal — num contexto de transformação multicultural e multiétnica, tal como noutros países da Europa Ocidental — de defender a sua identidade primária, continental, e europeia.*





Arte Gráfica: Aletho Alves (2013)

Aqui, realmente, há uma grande coincidência entre os extremos (esquerdo e direito): ainda que por razões muito diversas, ambos se afirmam contra a Lusofonia.

Reconhecendo que esses extremos, tanto à Esquerda como à Direita, estão em progressão, não somos, porém, tão pessimistas quanto JPZ. Desde logo porque se esses extremos estão particularmente em progressão nas novas gerações, estão ainda muito longe de representar, por inteiro, as novas gerações. Há ainda, a nosso ver, mesmo entre as novas gerações, uma maioria substancial para quem a relação mais próxima com as outras “gentes lusófonas” não é traumática ou problemática.

Essa maioria substancial continua a preocupar-se genuinamente (e não por uma qualquer consciência de culpa) com as “gentes lusófonas” (apenas um exemplo: quem, no plano internacional, continua a preocupar-se genuinamente com a situação presente na Guiné-Bissau, como, outrora, aconteceu com Timor-Leste?). Mais: essa maioria substancial sabe perfeitamente que a Lusofonia a consolidar-se neste novo século terá múltiplas raízes — decerto, uma raiz também portuguesa, mas a par de outras. Não quer, pois, impor externamente, já fora de prazo, uma qualquer “portugalidade”. Neste novo século, o paradigma só pode ser outro: realmente pós-colonial. ■

## OBSCURANTISMOS

José Esteves | Professor de Filosofia do Liceu Camões em Lisboa

O obscurantismo que nos interessa é o que se pode definir como a atitude poderosa de restringir e manipular conhecimento, no sentido de criar uma elite, uma minoria, dominadora e uma maioria dominada, submetida a uma camisa de forças de ignorância e superstições, sempre úteis ao rastilho do medo, como estratégia de submissão. Dito por outras palavras, o obscurantismo, a elitização, a reserva e a limitação dos conhecimentos, é sempre um projecto totalitário de manipulação e domínio, ao qual se opõe uma visão democrática do conhecimento, enquanto universalização do mesmo e consequente libertação dessas algemas.

Nesse sentido, e sem qualquer sombra de dúvida, o obscurantismo é um processo de restrição e interdição, assente numa estratégia de manipulação e inferiorização, que legitimou e legitima muitas das organizações sociais hiper-hierarquizadas que sempre foram bastiões de um poder que teme, e mais raramente treme, a liberdade crítica que o acesso ao conhecimento gera, pondo ou podendo pôr em pé de igualdade os poderosos, aqueles que estão no topo da hierarquia, e os que se encontram sob o seu jugo.

O facto de este texto ter no plural a palavra obscurantismo, advém justamente de, na actualidade, e por certo em quase todas as épocas, ele se manifestar em diversas dimensões da sociedade, do conhe-

cimento e da acção, pelo que não se pode falar de um único tipo de obscurantismo quer no que diz respeito às áreas onde se verifica quer no que diz respeito aos métodos e processos utilizados.

Claro que quando se fala de obscurantismo, e por uma linhagem histórica inegável, a maioria das pessoas pensa logo no obscurantismo religioso, obscurantismo esse que teorias bem diferentes, o positivismo, pelo conhecimento científico, e o marxismo, pela prática política, se propuseram e pensaram erradicar, embora, e num erro teórico e político assinalável, menosprezando de certo modo o adversário, acabaram por fracassar e sofrer as consequências desse fracasso.

Como seria ciclópico tratar de todos os tipos de obscurantismos actuais, este texto vai centrar-se única e exclusivamente em três deles (muitos mais poderiam ser acrescentados), considerando-os como ameaças fundamentais à liberdade das sociedades e do ser humano, utilizados por um poder político e económico que, sob o disfarce de uma nuvem de Juno democrática, fomenta cada vez mais uma clivagem, um fosso de desigualdades, propícias à emergência de um discurso e prática com nítidas ambições totalitárias.

Assim são eles: os obscurantismos religiosos; os obscurantismos científico/tecnológico; e, como se costuma dizer,



*the last but not the least*, os obscurantismos políticos, sempre às cavalitas dos anteriores. Para cada um deles far-se-á o levantamento não exaustivo de alguns dos aspectos fundamentais, procurando divisar neles os sintomas cada vez mais às claras e cada vez menos ocultos e obscuros de um poder, disfarçado de democrático, que os usa a seu bom proveito, no sentido de uma abertura dos portões a perspectivas e sistemas políticos que sempre viveram e se alimentaram do obscurantismo.

É conhecida a frase que uma religião é uma seita com sucesso e uma seita uma religião fracassada. Esta distinção, se nos mostra por um lado uma distinção de estatuto histórico, ainda assim de fundamentação problemática, evidencia, isso sim, uma mesma fonte que tem a ver com o sectarismo.

A palavra seita, embora não pareça, tem a mesma raiz latina que as palavras sexo e secante, tendo a ver com um verbo que significa dividir, cortar, na verdade, o pano de fundo, de todo o sectarismo. Entre fundamentalismos, fanatismos, intolerâncias, as religiões desenvolveram-se a maioria das vezes na sua história, nas águas turvas da exaltação de dogmas, facilmente utilizados como armas de exclusão e de organização de identidades, criando por isso uma postura bélica e de controle, que é o apanágio de todo o poder que recusa o mais elementar direito à diferença e, fundamentalmente, à máxima diferença protagonizada por uma postura de ateísmo. A separação legal entre estado, leis civis e igrejas e leis religiosas foi e é um processo difícil e doloroso, marcado por um exército de vítimas, que nos mortos em nome das religiões são canonizados como mártires e santos, e nos que por elas foram mortos e dizimados, são

a maioria das vezes seres demoníacos ou criminosos, muitas vezes perdidos na vala comum da história.

A verdade é que quando se pensaria estar construída uma cultura de tolerância, a nossa época assiste desarmada a uma emergência de atitudes dos mais diversos quadrantes religiosos de fundamentalismos e fanatismos, hoje apoiados e invocando um direito consagrado não só pelo direito sagrado, mas pelo direito democrático. Claro que quando se faz o retrato-robô destas atitudes fanáticas, e num discurso que tem muito de unilateral e serve interesses obscuros, o que imediatamente salta para a ribalta é o fundamentalismo islâmico, com todo o seu cortejo de intolerâncias violentas, que vão desde o estatuto das mulheres até a comportamentos sexuais e apoiados por legislações de Estados que, em nome de valores religiosos, violam grosseira e criminosamente direitos humanos, sem que haja, bem pelo contrário, reacções tão poderosas e de críticas, como se verificam e verificaram em relação-estados e sociedades que de algum modo põem ou puseram em causa as religiões e o seu papel.

Um olhar, mesmo o mais simples, cedo nos revela e mostra que as religiões são formas de poder e domínio e que à sua volta criam côrtes, cortejos e exércitos de controle tão eficientes como os mais poderosos exércitos do mundo. Apontar todos os problemas religiosos somente para o fundamentalismo islâmico é tapar o sol com uma peneira e encobrir os fundamentalismos passados e actuais das religiões, entre elas do cristianismo. Na verdade, o fundamentalismo islâmico ultrapassa o problema religioso e tem também a ver com dimensões políticas e de guerras, onde a religião serve e serviu de camuflado para outros objecti-

vos, designadamente, interesses de petróleo e supremacias regionais e mundiais do poder político.

Monopolizar os problemas fundamentalistas e obscurantistas das religiões numa só delas, é esquecer as múltiplas seitas e religiões cristãs que hoje proliferam e disseminam evangelicamente toda uma mentalidade pouco tolerante, promovendo teorias e práticas absolutamente inaceitáveis à luz do que deve ser a função social de um estado, e que vão desde a recusa de transfusões sanguíneas ou de vacinações, como na Holanda, ou o que foi a não aceitação do uso preservativo que transformou a África subsahariana, onde há influência católica, numa sociedade fértil à propagação da *sida*, com a sua factura humana de vítimas.

Se fizermos um elenco das práticas que, em nome das religiões, são barbaramente aplicadas e, contra todos os conhecimentos científicos e direitos humanos, proliferam no mundo, assistimos a um filme de terror, filme que desde os tempos mais recuados se tem vindo a desenrolar e que, no grau actual das civilizações, é manifestamente assustador. Se a esse filme, juntarmos as incontáveis guerras de origem religiosa, de religiões que invocam a paz como seu credo, então temos não só vários filmes de terror como vários filmes de guerra, com a única diferença de que se baseiam efectivamente em casos reais.

Toda esta realidade exige cada vez mais uma reflexão profunda, livre e corajosa sobre o papel das religiões no mundo actual, não se vislumbrando neste momento movimentos signficativos que o façam, sobre essa fronteira de separação entre o mundo civil e o mundo religioso que tantos sacrifícios custou a estabelecer e que, como se vê em sociedades que querem manter essa

separação, cada vez mais é criticada, ameaçada e destruída.

Invoca-se muitas vezes que há de distinguir entre os extremismos religiosos e a religião em geral. Sem pôr em causa tal visão nem invocar qualquer cruzada violenta ou uma guerra profana contra as religiões, a verdade é que nos últimos tempos se têm disseminado movimentos religiosos que apregoam justamente um discurso de intolerância e que apoiam directa ou indirectamente partidos e políticos, (algumas eleições recentes são exemplo rematado disso), misturando política e religião, num *cocktail* altamente incendiário, sobretudo apadrinhando e fomentando movimentos de direita com tentações extremistas, já que foi e é quase sempre no espectro político da direita e da extrema-direita, que encontramos esse conúbio entre religião/igrejas e política, e que em nome das suas identidades religiosas pretendem sobrepôr-se a uma visão profana e livre que deve ser o fundamento filosófico e jurídico de todas as constituições dos estados, sob pena de estes se tornarem ainda mais instrumentos de um poder que perigosamente resvala para o totalitarismo.

Os estados dependentes de uma concepção religiosa ou imersos em projectos messiânicos, mesmo quando têm as ditas estruturas democráticas de eleições, são manifestamente ensaios de uma visão que tem crescido a coberto e a soldo de uma comunhão de interesses políticos, económicos que põem cada vez mais em risco um ideal e uma realidade de pensamento e acção livres e de respeito humano.

Os poderes económicos, sociais e políticos que as igrejas têm atingido, aproveitando as novas tecnologias que vão desde o uso da televisão até à internet, permitem



uma propaganda cada vez mais acutilante e alienante, capaz de criar estados de espírito gerais que servem de “genocídios” de ideias e roçam uma visão de apelo a cruzadas. Essa utilização da televisão, da internet e de outros meios tem vindo a crescer, sendo transversais a quase todas as religiões, cristãs, islâmicas ou outras, embora com as diferenças próprias de cada movimento. No meio dessa enxurrada de proselitismo e prédica, assiste-se muitas das vezes a um cilindrar e trucidar de ideias, a começar logo pela da tolerância, e de ideias científicas e filosóficas, que mostram que a violência das palavras é uma fogueira de ódio que, haja as condições, imediatamente se transforma numa violência de perseguição e destruição.

Talvez possa parecer, a alguns, excessivo falar desta situação, mas a verdade é que a história das religiões nos ensina que a violência e as guerras religiosas, quer entre religiões, quer de cruzadas contra infieis e contra filósofos, cientistas, artistas, etc. foram um dos epicentros dos sismos destrutivos que elas provocaram, com litígios e feridas difíceis de resolver, como, só para citar um caso emblemático, ainda é o caso da Irlanda do Norte.

A defesa de um estado secular e independente desses poderes tornou-se outra vez, em algumas sociedades, uma prioridade urgente, embora se perceba que vivemos hoje rodeados de movimentos políticos aos quais não interessa de todo esse tipo de estado. Cabe a todos nós, os que defendemos esse tipo de estado, voltar a pôr a questão na primeira linha, lutar por ela e promover mecanismos legais e educacionais, capazes de sustentar e dar às pessoas uma capacidade crítica de olhar para as religiões de uma forma exigente, construindo uma efectiva

mentalidade livre, de tolerância mas que não aceite que, em nome dessa mesma tolerância, prolifere a intolerância, embora os tempos recentes e correntes, mostrem um crescendo alarmante do contrário.

Ao pactuarmos com situações em que se admite que igrejas interditem o exercício de funções eclesiais, que hoje são tributadas, na sua hierarquia, a mulheres, o que viola o princípio consagrado de igualdade no trabalho, ou impeçam a entrada a mulheres em territórios que fazem parte integrante da União Europeia, por motivos religiosos, o que viola princípios fundamentais das leis europeias, ou que práticas como a ablação do clitóris se verifiquem, estamos claramente a afastarmo-nos rapidamente de uma liberdade e dignidade que pretendemos consagrada na sociedade em que vivemos e que exige medidas firmes, coesas e urgentes.

O muito invocado respeito pelas religiões não pode encobrir e impedir uma reflexão crítica e livre sobre elas, hoje e em muitos sítios, impedida, perseguida, ameaçada e condicionada, numa atitude que torna as religiões em redutos e estufas de fanatismos inaceitáveis e claramente perigosos e destruidores e instrumentos perigosos para projectos políticos que à boleia do fanatismo religioso promovem uma coerção das liberdades e dos direitos fundamentais humanos.

Talvez ainda não haja uma consciência clara disto para algumas pessoas, mas hoje o mundo e, sobretudo o mundo da internet, entendida como a universidade actual substituta de todas as outras, está inundado por teorias anti-científicas, na dupla acepção da palavra: intencionalmente contra a ciência e que não têm nada e nenhum fundamen-

to de científico, muitas vezes propagando verdades e conhecimentos perigosos, até para a saúde das pessoas.

Ainda recentemente a BBC fez uma investigação dos movimentos anti-vacina, em particular no Brasil e Estados Unidos, e a verdade é que esses movimentos crescem a uma velocidade vertiginosa e estão a colidir à mesma velocidade vertiginosa com a ciência, com as universidades, com as escolas.

Invocando a minha experiência pessoal como professor do Ensino Noturno, cada vez mais me deparo, e enfrento, com alunos que são discípulos e apóstolos dessas teorias, entre elas, por exemplo, de que a terra é plana e que o universo é geocêntrico, fazendo eco de um movimento que prospera na internet e que até envolve prémios de um rapper, no valor de 100.000 dólares, para quem apresentar provas para tal teoria, prémio esse que faz inveja a muitas das verbas com as quais os cientistas se deparam para fazerem investigação, sobretudo, em Portugal.

Espero bem que a comunidade científica mantenha a lucidez e não enlouqueça e não vá a correr atrás do prémio e passem a dirigir todas as suas investigações para esse objectivo, provocando por certo o delírio dos que defendem a planitude e planitude deste pequeno apartamento T0, que é a Terra. Embora apeteça rir, a verdade é que estas teorias são acompanhadas por um militantismo bruto contra a ciência, falando mesmo de *complots* de cientistas que nos andam a enganar concertadamente há séculos, em nome de um saber que, justamente, propiciou o aparecimento da internet que permite a propagação de atoardas semelhantes.

Nos diálogos, por vezes duros com esses alunos, pelo seu dogmatismo e primarismo que os torna surdos a qualquer outra perspectiva, tento fazer-lhes compreender que justamente a ciência, embora possa sofrer de muitos defeitos e erros, vive sobretudo de um espírito crítico e que seria e será a primeira a colocar em causa as teorias científicas actuais, e no caso remoto de uma nova concepção geocêntrica, a fundamentar tal teoria. Por vezes, ainda caio na ingenuidade de explicar que a relatividade de Einstein, de certo modo, reabilitou o geocentrismo, mas não é desse geocentrismo que eles querem ouvir falar e todas as minhas palavras esbarram contra uma parede de betão, armado do dogmatismo mais assustador que se pode imaginar.

Toda esta proliferação de teorias pseudo-científicas ou anti-científicas, muitas vezes encobertas por palavras e nomes que invocam a palavra ciência, são hoje um fenómeno que constitui uma doença grave para um pensamento crítico e livre, que constitui o solo fértil do conhecimento como evolução e libertação do ser humano, embora não na visão demasiado simplista apregoadada por Comte no célebre catecismo positivista e aparecem disseminadas numa cultura que mistura e é uma mistela de ignorância cultural, política e científica, mas que se reveste de um discurso e de um vocabulário que lembram o dos médicos em que Molière tanto zurziu.

No entanto, o que é inegável é que todos estes movimentos têm um suporte financeiro elevado e recebem cada vez mais um acolhimento acrítico e são, basicamente, instrumentos da promoção de um obscurantismo que serve interesses de vária natureza, desde religiosa à política, e exploram de modo sofisticado as tecnologias existen-



tes, usando toda uma *mise-en-scène* primorosa, extraída da própria ciência e da tecnologia. Também é certo que muitos órgãos de comunicação, mesmo televisões públicas (recordo que ainda não há muito tempo havia na RTP a presença diária de uma astróloga e nenhum programa sobre astronomia), acedem mais facilmente a criar rubricas e programas de divulgação destas pseudo-ciências do que programas de divulgação científica.

Na verdade, a comunidade científica vive hoje um pouco enclausurada nos seus institutos e tem descurado uma das missões nobres que a ciência sempre teve, com grandes figuras capazes de incentivar um espírito científico, a saber, a divulgação científica. No entanto, cabe aos sistemas de ensino, hoje eles próprios muito vocacionados e dependentes de um outro tipo de obscurantismo, o pedagógico, onde programas e escolas são meramente instrumentos de um êxito medido por exames que pouco fomentam atitudes e pensamentos críticos e que servem interesses políticos e económicos, trabalharem cada vez mais uma atitude crítica e de reflexão profunda sobre os diversos saberes e, ao mesmo tempo, preparar uma visão segura capaz de fazer frente a este assalto à ciência. Os bastidores deste assalto têm contornos um pouco indefinidos, até porque exploram uma certa ideia sedutora de secretismo e iniciação, mas que servem também para encobrir quem está na origem dos mesmos e quais as verbas que movimentam.

Os sistemas educativos, os órgãos de comunicação e os poderes nas suas políticas educativas e culturais têm hoje obrigações acrescidas em contrariar estes movimentos, mas é verdade que nos códigos de

conduta das redes sociais é mais punível e perigoso a exibição de um mamilo feminino — não o masculino! — que a propagação de ideias e pseudo-teorias que, pelas suas consequências, pela dificuldade da sua reeducação, são bem mais lesivas e perigosas que todos os mamilos juntos do mundo. Na história dos controles que todos os poderes exercem, é sempre mais perigoso um corpo nu que uma teoria pseudo-científica que põe em causa esse corpo. Questões de tipos de nudez...

Vivemos hoje o ressurgimento de movimentos políticos que nos aproximam perigosamente de novas épocas de barbaridades e obscurantismos. Os poderes políticos actuais, conscientes dos limites críticos do sistema que defendem, o capitalismo, advogam e promovem uma fuga a toda a velocidade em frente, consumo e mais consumo, logo seguida de uma curva apertada à direita e uma derapagem controlada por diversos modos de travagem, com sustos e crises à mistura, mas, sobretudo, de travões a fundo em relação a liberdades e direitos que são tão fundamentais que até estão consignados em declarações universais e em declarações constitucionais.

Há muito que o sistema capitalista, tal como ele está desenhado obscuramente nas sociedades e na mentalidade das pessoas, compreendeu que a promessa de um crescimento constante, permanente e universal é um logro, e que a riqueza, no eldorado que apregoa, será sempre só para alguns, aqueles que justamente invocam uma espécie de quase de direito divino dado pelo dinheiro. E o grande calcanhar de Aquiles dessa promessa, também já foi compreendido pelo poder político e económico há muito tempo: que não há recursos naturais

ilimitados para esse modelo e que as consequências destruidoras desse modelo, ameaçam não só o quintal de cada um mas, do pouco que ainda não foi destruído, o quintal de todos. É por isso que as lutas ecológicas e os alertas das alterações climáticas são, mais do que as ideologias políticas antagónicas, hoje uma das ameaças mais perigosas, no ponto de vista de quem vê o mundo da sua poltrona de poder, ao beatífico discurso sobre que vivemos no melhor dos mundos possíveis.

Não é portanto de admirar que um dos obscurantismos políticos mais flagrantes da actualidade, seja justamente o de controlar e manipular toda a informação sobre as alterações climáticas, utilizando estratégias que vão do descrédito das pessoas e dos cientistas que delas falam e alertam para as suas consequências, até à divulgação e fomento de estudos que contradigam essa hipótese, muitas vezes estudos de idoneidade científica duvidosa, passando por um certo faz-de-conta de cimeiras do ambiente, onde, a maioria das vezes, se dá um passo em frente para, logo a seguir, dar meio passo atrás e ir extraindo alguns dividendos políticos e eleitorais, que o discurso ecologista sempre rende.

A importância dada, a sério, à ecologia e às alterações climáticas é hoje uma das clivagens fundamentais da direita, que vende o capitalismo como um produto inesgotável, e a esquerda, que percebe que as relações de produção, económicas e humanas desse sistema devem obedecer a outros parâmetros, nomeadamente, no que se refere às consequências desastrosas para a natureza e dos limites subjacentes aos seus recursos.

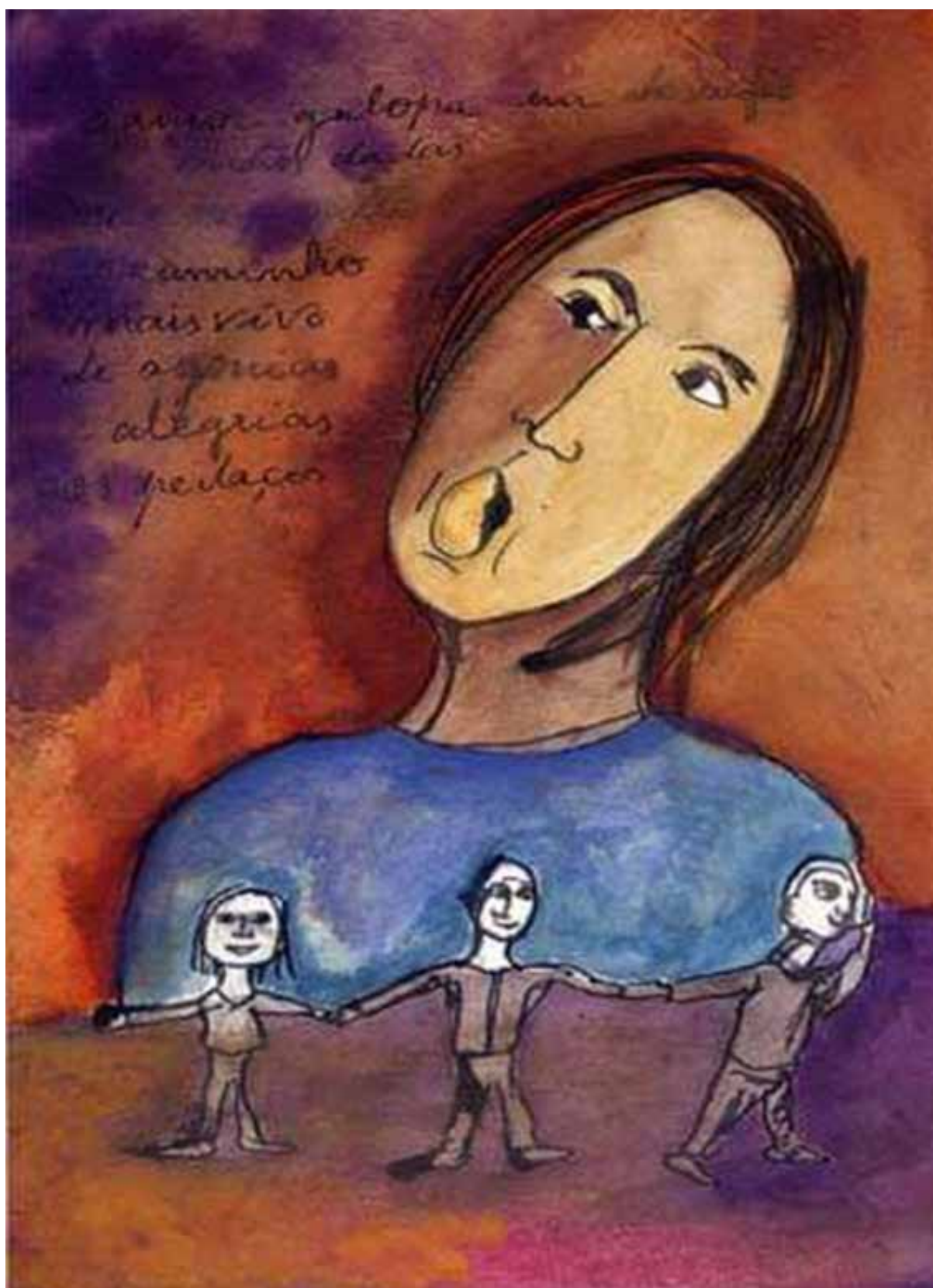
Nesta visão, não admira que surjam cada vez mais atitudes extremistas, raciais e de exclusão, que não fazem mais do que reflectir

a má-fé que habita a consciência desses políticos e dos seus apaniguados, criando uma lógica de exploração, em que alguns, os guardiães de um mundo de primeira, rico e com direitos próprios, devem fechar-se no seu condomínio fechado, guardado por exércitos e polícias, cuja única função, para além do imenso lixo de material de guerra que produzem, dificilmente reciclável, é defender, se necessário com guerra, quem por qualquer razão queira mudar ou entrar nesse condomínio.

A política hoje seguida em relação a refugiados, migrantes é um exemplo deste discurso que pretende a partir das crises, geradas por guerras que não são mais do que formas de lucro, criar uma espécie de nuvem de poeira obscura, desenterrando o machado da segurança, do medo, da crise, todo um guião para justificar cada vez mais uma mudança de política que tem vindo a acolher, fomentando-os, racismos, xenofobias e outros avatares de uma política extremista, que há muito aguarda ansiosamente o seu lugar ao sol.

Em todo este processo, a ideologia capitalista consumista vende viagens futuras de turismo para paraísos há muito ou até lá destruídos. E nesse negócio, vai acenando com folhetos publicitários, que tanto vão da ideia miraculosa de que a tecnologia encontrará soluções para os problemas actualmente gerados ou, em última instância, nos porá num foguetão interplanetário e a viver num outro planeta onde teremos direito, mais uma vez, à sua destruição, enquanto este aqui será reparado por especialistas-mágicos capazes de os maiores truques de prestidigitação, quiçá, fazer desaparecer o mundo numa cartola e logo a seguir fazer aparecer um coelho, um pouco estranho é certo, pois acabou de sair de uma central nuclear.





Constança Lucas. Aquarela, 2000

É por todas estas razões, e muitas outras poderiam ser apontadas nos jogos obscurantistas que os poderes políticos, e os seus irmãos-gêmeos, os poderes económicos, lutam numa guerra que hoje é feita num outro cenário de guerra, os nossos computadores, e que vai tendo as suas vítimas, como é o caso de Assange, de quem já quase ninguém fala ou defende. Somos e fomos sempre muito bons a criar e a consumir heróis, como o sistema político sabe muito bem, e a quem acaba sempre por aplicar a sentença final.

Vivemos hoje uma luta sem quartel pelo domínio da informação, onde a internet e as redes sociais são decisivas nesta política do *byte* e do *soundbyte*. Não admira, portanto, que as redes sociais se tenham tornado instrumentos de um obscurantismo radical, aquele que visa a condição de um pensamento livre e crítico. A verdade, como já foi estudado, é que o *google* e o *facebook*, a *internet* em geral, estão a mudar o pensamento humano e até a plasticidade neurológica do cérebro humano. Essa mudança parece também ter arrastado as relações sociais e políticas, criando uma sociedade que se aproxima rapidamente para um domínio de uma inteligência, a famosa Inteligência Artificial, que no seu obscuro e obscurantista programa, nos pode colocar a todos nós numa posição de inferioridade, facilmente manipulável. Como o fosso tecnológico entre ricos e pobres aumenta exponencialmente ao ritmo do fosso económico, facilmente é de prever quem vai perder esta guerra e como ela servirá os interesses bem claros, mas obscuramente apresentados e manipulados, de quem tem em seu poder essas tecnologias.

Apesar deste evidente cataclismo, ou em consequência dele, é cada vez mais urgente um sistema de educação que fomente um

pensamento crítico e livre, capaz de resistir e não ceder. Infelizmente, em Portugal há muito que o sistema de ensino é pensado ao contrário disso, tendo, por exemplo, a ausência de uma disciplina de Política, obrigatória para todos os alunos, com programas onde se discutissem sistemas políticos, processos políticos e, não há de ter receio de o dizer, ideologias políticas. Ao invés, prefere-se promover uma espécie de saber acéfalo, subordinado e domesticado por exames que são o santo e a senha da formação dos futuros cidadãos, excelentes especialistas na sua área, mas analfabetos em tudo o resto.

É evidente que entre agentes especialistas do poder e críticos do poder, a opção está há muito obscuramente tomada. No entanto, torna-se urgente e decisivo que não abduquemos de todas as formas de luta e resistência, usando os mecanismos poderosos que temos ao nosso alcance, como as tecnologias de comunicação, e que poderão servir para que, ainda assim, e apesar de tudo e todos, uma consciência livre possa emergir, mesmo das circunstâncias mais improváveis e aquilo que é o feitiço com que nos pretendem enfeitiçar, as novas tecnologias, se possam virar contra o feiticeiro, e servirem de meio e de instrumento de revoltas e contestações, sabendo que combater todas as formas de obscurantismo é um imperativo fundamental de um pensamento crítico e da liberdade.

Para isso, a defesa de uma escola que ensine a pensar, uma escola activa, crítica e criativa, uma escola democrática e integradora, que não exclua nem segregue, é uma das condições fundamentais para garantir uma sociedade livre e equitativa, uma sociedade imune a projectos políticos totalitários e aos seus fantasmas obscurantistas. Defender esse tipo de escola é, decisivamente, defender o futuro!



# O OCASO CIVILIZACIONAL

Eurico Ribeiro | Engenheiro Físico e Músico

Chegámos a uma época que podemos caracterizar em vários aspetos como o pináculo da civilização, desta nossa civilização no cimo dos extratos metamórficos de muitas outras. Muito ainda se poderá e irá fazer, mas serão meros derivados daquilo que já se edificou ou se alicerçou. Refiro-me naturalmente a uma civilização liderada pelo Homem e para o Homem (*Homo Sapiens*, versão atual).

Independentemente deste nosso estágio de desenvolvimento, e compreendendo as diversas polaridades e tensões da Natureza das coisas, iremos refletir sobre um binómio intemporal particular, materializado em seres ou agentes — encontrando-se numa polaridade os *construtores* e na inversa os *destruidores*; algo que se encontra plasmado em inúmeros panteões, filosofias e descrito na semiótica. Encontramo-los disseminados por variadas culturas de todas as épocas espalhadas por todo o mundo, sendo que todas essas descrições mais ou menos anagógicas entroncam-se em algo tão antigo como a

própria consciência de Humanidade. Para melhor refletir sobre esta realidade natural e como ela nos afeta nos dias que correm (afeta sempre, mas sentimos-la mais intensamente nos ciclos que queda), vou aproveitar a leitura de uma das alegorias mais interessantes e comuns às três religiões ocidentais do Livro, que vem no Antigo Testamento, Génesis 41: o sonho do Faraó interpretado por José (um homem encarcerado — como se encontram habitualmente os pontífices).

A interpretação que José dá ao Fa-



O ciclo dos 7 anos e a interferência humana

raó é porventura simplista, certamente guardando para si a parte interpretativa mais importante, até porque aspiraria a voos mais altos na gestão dos destinos do Egipto! A duração dos ciclos de sete anos de abundância em alternância com sete anos de escassez, presumo ser uma consequência simbólica de que a abundância é criada pelos tais construtores e a escassez pelos destruidores em períodos definidos mas interrelacionados, as tais duas polaridades desta reflexão. Deixo para outra altura a significância dos sete, número muito caro ao Homem, e debruço-me sobre a alteridade entre os agentes edificadores e os demolidores.

Assim chegados ao final do tal “ciclo dos sete” — o pináculo da civilização, e estando a entrar no “septenário seguinte”, no qual a abundância se vê transformada em escassez, estão reunidas as condições para que estes novos agentes emergem das sombras, aproveitando um argumento essencial: a perda das condições de equilíbrio do habitat natural devidas ao excesso de população e sua pegada, que o período de abundância criou, porque cria sempre!

Há necessariamente que demolir tudo aquilo que levou a esta situação pretensamente perigosa e eis que despontam os agentes respetivos: “as vacas magras e as espigas raquíticas” do sonho do Faraó. Relembro da parábola,



Dualidade Yin-Yang (pobreza vs riqueza)

que estas se alimentam das primeiras e mantêm o seu estado magro e raquítico, ou seja, não é tanto a escassez a fazer esquecer a abundância como nos diz José, mas o simples facto de que mesmo se alimentando do produto do pináculo da civilização, nunca perdem a sua natureza intrinsecamente árida e destrutiva! Não mudam a tal polaridade e arrisco-me a dizer que dificilmente ocultam a sua natureza por detrás da máscara que cobre a sua face.

Cumprindo deste modo a sua natureza, encontram-se a desenvolver e a materializar o plano estratégico de demolição, há muito desenhado. Numa sociedade em que já não há Faraós nem divino que possam usar instrumentalmente como no passado, eles aproveitaram outros recursos elementares desta



civilização — as *ciências humanas* e as *ciências naturais*! Ambas são instrumentos efetivos para levar toda a humanidade num caminho desejado e com poucas ou nenhuma reação. Aliás eles próprios preveem todas essas reações porque são da sua natureza particular que é fundamentalmente reativa. As reações meramente marginais que ainda assim perseverarem, serão mais tarde ou mais cedo levadas no fluxo da corrente dos acontecimentos.

Importa ainda refletir sobre todas as alterações que quando se começam a pressentir (por alguns poucos) lá longe ou a sentir mais perto por mais alguns. As suas causas são planos muito detalhados que já se encontram em marcha há muitos anos, décadas pelo menos! Os agentes construtores e demolidores não desaparecem nas eras contrárias à sua própria natureza, tal como os esporos ou os vírus que, cumprindo a sua Natureza, ficam apenas como que adormecidos ou em pré-germinação. E tal como mostra analogicamente o símbolo chinês Yin-Yang, há sempre numa polaridade, um elemento contrário e minoritário embebido no outro maioritário, num contexto de contínuo movimento.

Fazendo uso das ciências sociais, eles usam estrategicamente o método da filantropia para sua própria proteção e vestem a capa dos amigos das causas sociais mais justas, manipulando-as! Erguidos pelo poder financeiro, derivado das mesmas ações que hoje se servem para condenar outros por corrupção, foram-no antecipadamente

arrecadando ao longo de muitos, muitos anos, e aplicando em canais de *lobbying* produzindo efeitos irrelacionáveis, mas que permitiram realizar a sua estratégia. Emergiram agora nesta época que lhes é mais propícia.

Do outro lado teremos outros que do mesmo modo realizaram o seu plano de ação, mas que fizeram e continuarão a fazer uso das ciências naturais. Estes serão aqui “amigos dos procedimentos tecnológicos” que entroncam nos preceitos das ciências sociais. As ciências naturais servirão de base a projetos que visam a integração da natureza e do homem, no sentido da eficiência evolutiva, a que chamaram de equilíbrio e sustentabilidade com planos igualmente desenvolvidos ao longo de vários anos.

As ciências sociais tendem a ocupar o espaço do indizível da Humanidade, da fé e da moral, demolindo o espaço do sagrado, das igrejas e das religiões, destruindo o fio condutor do Demiurgo (*Primus Mundi Creator*), um pouco do que já foi experimentado nos regimes Marxistas e Maoistas com as revoluções religiosas e culturais. Os segundos ocuparão o espaço racional, o plano da ciência dos fenómenos naturais, porém cingindo-a aos seus objetivos, demolindo simultaneamente todos os caminhos do clássico método científico, que conduzam a outras buscas. Esse corte com o tal “fio condutor” é o principal apanágio destas forças negativas, plasmadas no sonho do Faraó para o ciclo da escassez. A queda em fogo do

Pináculo da Catedral de *Notre Dame* não será uma imagem de desligamento entre o Céu e a Terra, como se de um oráculo universal se tratasse?

Contudo, esta deriva de desligamento irá naturalmente causar a autofagia mais ou menos lenta desta nossa civilização, até ao ponto em que se exaurirem todos os recursos da era edificadora, pois o Homem é um organismo holo com a Natureza e a tal ligação ao indizível é acima de tudo a ligação à Mater-Gaia — o “Chi” na cosmogonia chinesa ou o alento da nossa própria cosmogonia.

*Chi* ou *Qi* representa um conceito de energia. É a energia-base de todo o universo, que forma, congrega e garante a vida. No caso do corpo humano, e segundo a conceção chinesa, garante sustentação à vida, estando sempre acompanhado de dois outros elementos *Jing*, a matéria-prima ou o combustível herdado no momento da fecundação e presente nos alimentos e no ar, e *Shen*, elemento espiritual que produz a consciência e que pode levar o indivíduo à transcendência.

Naturalmente o Homem que veja essa ligação eliminada irá desvanecendo como uma planta desenraizada... Era esta também a ideia simbólica de satanismo ou vampirismo (muito na moda nos conteúdos dos media), identificando processos e agentes que usam ou se alimentam de elementos positivos para cumprirem a sua natureza negativa, se bem que dissimulada e sensual. É paradoxalmente mais atrativa que a dos agentes construtores: o quanto é penoso construir e glamoroso destruir!

Mas cingindo-nos ao curto prazo e refletindo no processo de demolição



O Chi e o livre arbítrio representado pelo Bem vs Mal



que estes agentes estão a levar a cabo, numa sociedade dividida artificialmente entre conservadores e progressistas. Isto derivado do conceito artificial de direita e de esquerda, criado no laboratório das ciências sociais; como se a natureza fosse assim tão primária e simplista nos seus mecanismos próprios... Se os conservadores de hoje se mantêm na lógica de manter e esticar o ciclo dos sete anos de abundância, os progressistas são guiados pela lógica do novo ciclo.

O problema é que a maioria de nós não sabe o que esse ciclo representa, atraídos que estão pelo seu lado sensual da novidade ou da disrupção do velho, ainda mais se foram preteridos da mesa do banquete deste velho ciclo civilizacional. Aliás, somos desde cedo inoculados com o vírus da modernidade, tornando a resistência à mudança num anátema a combater em diversas cruzadas! O hedonismo, seu produto derivado, é um constructo ideológico que embrulha um movimento de queda em papel de cetim, brilhando com fogos-fátuos todos os tons desta deriva... Há um certo *glamour* na evanescência!

Em suma, esta é a grande campanha destes agentes demolidores, os filantropos libertários que utilizam o espaço político progressista e as suas tropas de choque de bandeiras em riste. A extrema-esquerda é a escolha porque se define progressista, sendo que amanhã poderá ser o oposto, dado que o que hoje é progressista rapidamente se

torna propriedade conservadora (mais rapidamente ainda nesta realidade líquida ou gasosa...). A sua tática baseia-se na utilização maquiavélica dos sentimentos humanos mais nobres, dos valores de liberdade e de igualdade para rapidamente manipularem as pessoas e dividirem a sociedade, como o vendedor de sonhos. São valores éticos há muito estudados nas tais ciências sociais e humanas, a servirem hoje os mercados no jogo da inteligência emocional.

A fraternidade, não sendo um valor tangível em termos de estudo nas ciências sociais, alimenta-se da empatia e é organizada pela moral religiosa, tendo ficado por isso de fora desta estratégia, até porque é contrária à natureza do demolidor. Diz-se que um bom assassino deve ser desprovido de empatia e que um excelente assassino, consegue manipular empatia e iludir a vítima!

Assim, a natureza deles transforma ideais nobres em aplicações negativas, as medidas libertárias como a "destruição de muros" são implementadas para que, ativando os ódios históricos levem pessoas, raças ou povos à violência entre si (o caos demolidor e autofágico). Baseando-se na premissa de criar uma nova identidade humana, sustentada na irmandade universal, eles farão como que se destrua o fio condutor biocultural de povos inteiros para que nesses cacos sociais se possa reescrever a história.

Argumentarão que o homem é o mau selvagem (em referência à Teoria Hobbesiana que refere que o homem é mau por natureza e é a civilização que educa no sentido do bem, em contraponto com Rousseau do "Bom Selvagem", o ser puro em meio natural) e que deverá ser reeducado pelas novas cartilhas do "bom cidadão", que o passado é odioso e nem interessa conhecer ou sequer discutir, devendo-se apenas olhar para uma nova narrativa construída com o fito de reeducar. Será construída naturalmente para destruir o orgulho de um povo, a autoestima de uma nação, a liberdade da família ou a individualidade identitária de cada um de nós... E afetando por último o indivíduo, pedra basilar da civilização como a pedra do construtor da catedral, provocarão o colapso dessa construção civilizacional!

No campo do indivíduo, o princípio positivo da aceitação da diferença e da liberdade é diluído no combate à discriminação e reduzido a dois campos — raça e sexo, subvertendo-se esse princípio. Tudo o resto é apagado, mesmo o direito à liberdade de cada um de nós ver cumprido o seu destino... Em termos racionais, há que dar força a uma "raça ou etnia" em detrimento de todas as outras e em termos sexuais, há que valorizar o que antes era reconhecidamente um desvio, e destruir o conceito da antiga norma. Nenhum deles visa apaziguar ou integrar, antes abrir feridas passadas,

ampliando injustificadamente os direitos dos anteriormente discriminados sobre todos os outros, ao mesmo tempo que se cria sobre eles um sentimento de culpa e subjugação. Desta forma irá criar-se um desequilíbrio da sociedade nos vetores culturais e normativos acentuando-se a instabilidade destrutiva.

Estes agentes, funcionando de forma transversal na civilização, são como que elementos cáusticos, que diluem as estruturas sociais, desde as nações à família, tornando o indivíduo, que aparentemente estariam a defender, menos livre e mais refém da envolvente. São assim na aparência, edificadores de novos valores, como o laicismo, a transparência ética e a proibidade, que agitam como bandeiras, para atacarem e destruírem com isso as religiões e cultos (os mais espirituais), nações ou famílias, edificando um mundo onde todos os indivíduos serão escrutinados em tempo real, pelas tecnologias desenvolvidas nas ciências naturais e sem qualquer espécie de pudor.

Aqueles que são agora apontados como corruptos, a causa justificada de todo o mal que estes dizem vir reparar, são perseguidos e destruídos pelas novas normas provenientes das ciências sociais. Os corruptos fora do seu controlo, é claro, pois não há maior corrupto que o corruptor: um agente demolidor disfarçado de filantropo das boas causas! Em linguagem religiosa, não há maior corrupto que o corruptor



e esse personalizado no anjo caído, o tal que usa e abusa das fraquezas dos outros, tomando como seu o que não é de todo, tornando-se no primeiro agente destruidor em oposição ao primeiro agente Criador...

Saindo da linguagem canônica para a profana e comezinha das relações humanas, não será assim paradoxal que exista alguém preocupado com a superpopulação e os impactos ambientais e que ao mesmo tempo se mostre empenhado em salvar vidas humanas em risco com uma pandemia qualquer (que naturalmente desenharam através das ciências naturais). Que promova bandeiras antirracistas e provoque ainda mais choques entre raças e etnias, que promova a aceitação de práticas sexuais, equiparando-as a modos de vida normalizados e ataque modos de vida ancestrais como homofóbicos, mesmo que eles já não constituam ameaça alguma aos novos! Que promova a criação de um mundo sem muros nem fronteiras nacionais e que ao mesmo tempo leve ao aumento do fosso entre povos, ao atizar de feridas étnicas e à exclusão social! Será necessário tudo isto para a passagem a um novo ciclo de construção?

Estaremos destinados a viver entre ciclos de ascensão, uma derrocada de um regime democrático que pouco se soube materializar relativamente àquilo para que foi desenhado, numa Sinarquia que obviamente será igualmente conduzida em moldes muito pouco sábios e sob a polaridade destes agentes? Aqueles que se veem representados na parábola pelas “vacas magras” ou “espigas raquílicas” a destruir as “vacas gordas” e as “espigas graúdas” — as “proteínas civilizacionais”, mostrando agora sem equívocos a sua real natureza que, como refere a parábola, nunca muda, mesmo no fim de se terem banquetado com todos os despojos de todos os tempos!

Haverá um modo suave de transitar entre ciclos de abundância que evite as agruras da escassez e seus verdugos? Continuaremos apoiados por uma certa Fraternidade Ancestral que teima em nos ajudar e que em certos momentos se torna cognoscível da anagogia individual aos fenómenos religiosos de grupo? Será um país milenar mas prostrado, ainda capaz de restaurar as filosofias do Espírito Santo? Em suma, sairemos disto ainda Humanos? ■

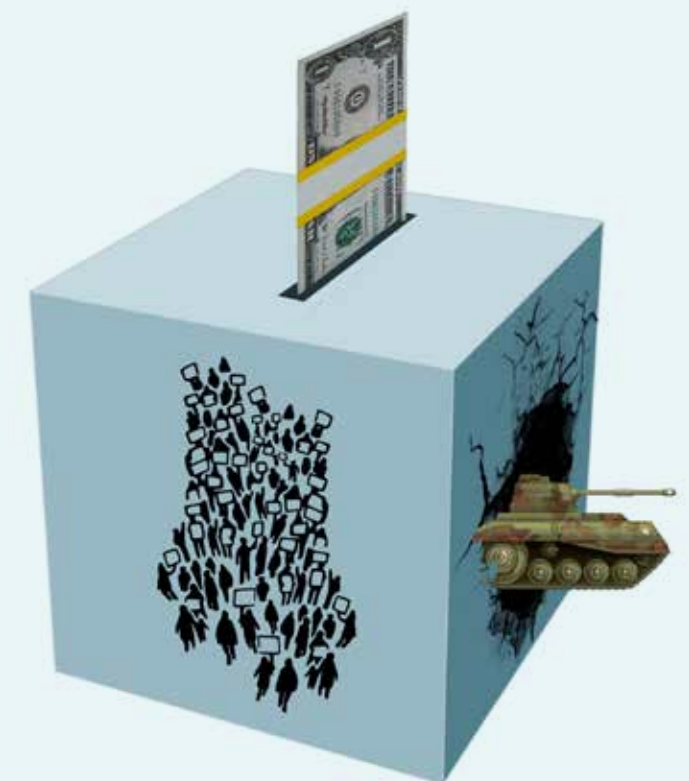
## O CÍRCULO E A ELIPSE

António Saiote | Professor, Maestro e Clarinetista

Há cerca de vinte anos, quando meu filho votou pela primeira vez, tivemos uma discussão frutuosa em família sobre história, religião, política, entre outros temas. Nada de muito profundo mas bastante abrangente. Disse na altura que infelizmente tinha sérias dúvidas se me reformaria em democracia. Perante a estupefação da família tive de me explicar.

Eram recentes as eleições presidenciais francesas com dois candidatos na segunda volta que nos envergonhavam a todos os democratas — Jean Marie Le Pen e Jacques Chirac. No berço da democracia moderna, dos princípios sagrados e consagrados da liberdade, igualdade, fraternidade, um homem íntegro, democrata, de convicções humanistas e honesto, tinha ficado pela primeira volta e viria a retirar-se da vida pública.

Tirando os comentários e as *lágrimas de crocodilo* de ocasião, nenhuma reforma estrutural foi feita em França nem nos outros países europeus. Os partidos continuaram a trabalhar para os seus filiados e para as próximas eleições. O populismo tem-se agravado e o extremismo já chegou a vários parla-



mentos. Se oficialmente ou publicamente, ainda são poucos os que admitem a infeção por xenofobia, racismo, castração, os votos não mentem na Europa e no mundo. Os mesmos governantes que afirmam sua crença nos princípios e nos valores democráticos permitem televisões públicas com programas indigestos e populistas. Escolas públicas onde os conteúdos se vão reduzindo, facilitando, e onde o objetivo é estatístico, financeiro e propagandístico. Esquecemos que não há evolução sem elites.



Pior, todos os governantes enumeram a maravilha da internet, da robótica, do mundo sempre em mudança, esquecendo as implicações e consequências que daí deveríamos assumir transformando os conteúdos na educação e na informação. Constatamos uma inércia e uma apatia generalizada. Constatamos uma falta de vontade de mudar. Tragicamente deparamos com pessoas altamente qualificadas as quais estão afastadas dos centros de decisão. O poder foi capturado por pessoas submissas à sua lógica pífida. Uns por carreirismo, outros por maus princípios, outros por indolência, todos contribuem para este plano inclinado onde a democracia desliza inexoravelmente.

A casta dominante desistiu há muito de educar o povo. Este, não sendo o que a casta julga que ele é, e só sendo convidado a votar, respondia até há pouco com a abstenção. Agora o povo responde já com adesão a partidos extremistas e é cada vez mais difícil reverter a tendência. A casta dominante que se apropriou do poder e comprometeu os princípios e valores consagrados está presa nos seus chavões e sofre a cada eleição vítima do seu auto convencimento, do snobismo, dos seus dogmas.

Sempre recordo a situação de Winston Churchill. Depois do desastre de Dardanelos, e considerado o seu carácter obstinado como estando na sua origem, é ele que é nomeado para liderar o Reino Unido para enfrentar Hitler. Terminada a guerra e a sua liderança fantástica, perde as eleições. O povo entendeu que um cidadão excelente para uma determinada conjuntura pode não ser ideal para outra. Comparemos isto com o que se passa hoje: o slogan “vamos todos ficar bem”.

Quem nos governa quer fazer crer que tudo voltará ao normal. Não acredita, mas pelo menos, pode fazer parecer que os mesmos ministros terão competência para situações completamente dispare das anteriores. O apego ao poder sobrepõem-se ao bem comum. Há sectores quase em extinção, profissionais especializados sem futuro porque acreditaram nos conteúdos e objetivos do nosso ensino e nada muda no nosso modelo. Uma juventude desenquadrada e mal preparada civicamente, baralhada com o presente e descrente do futuro.

Em 2001 o Porto foi capital europeia da cultura. Entre as variadíssimas manifestações culturais, destacaram-se as conferências — o futuro do futuro. Obedeciam a várias temáticas e receberam algumas das figuras mais destacadas da cena internacional. Gilles Lipovetsky, um sociólogo francês, deu uma entrevista ao jornal Público sobre o futuro dos jovens no acesso ao mercado de trabalho num mundo globalizado. No final, o jornalista pediu-lhe um par de conselhos simples para alcançarem esse objetivo. Disse ele que a primeira condição seria falar duas línguas estrangeiras. Perante o espanto do jornalista (na altura, dizia-se que todos tinham de falar bem inglês), ele respondeu que no espaço de dez anos todos os jovens falariam inglês, logo este não faria a diferença só por si. A segunda condição seria ser pelo menos acima da média não numa, mas em duas áreas de conhecimento. O jornalista, novamente espantado, questionou se o ideal não era tentar ser o melhor numa área. O sociólogo respondeu que mesmo sendo o melhor numa área poderia ficar desempregado, pois poderia vir a estar esgotada quer em número de oportuni-

dades de emprego, quer mesmo por ter deixado de simplesmente ter procura.

Passados vinte anos, facto que pouco ou nada mudou no nosso ensino superior, na esmagadora maioria dos casos, os nossos jovens só falam inglês. Pior, na ESMAE, onde leciono, o nível de inglês não melhora. Por quê? Dizem os linguistas que para aprender uma língua estrangeira é fundamental dominar a língua materna. Ora, sobretudo com o advento da internet e do facilitismo que se instalou no ensino, o nível de português é cada vez mais escasso e medíocre. Nas provas de acesso deste ano, de licenciatura e de mestrado, 90% dos alunos não só confessavam “sorridentes” que não liam, como não entendiam a necessidade. Na prova final do secundário, aparecem Fernando Pessoa e Saramago. Fica bem no programa o qual omite que antes não leram nada. Imaginemos alguém ter de correr a maratona sem ter caminhado previamente um quilómetro sequer...

As escolas, embora repetindo exaustivamente que o mundo está a mudar vertiginosamente, tirando retoques cosméticos, não alteraram nada de substancial nos seus conteúdos e objetivos. Muitos profissionais, especialistas, creem que dominar o digital, só por si, já garante a evolução e é prova de adaptação à modernidade. Esquecem que o nível de conhecimento teria de aumentar e acompanhar o fluxo de informação para que esta possa ser processada. Esta trave mestra, bom senso e sabedoria, vai-se esvaindo no politicamente correto e nas estatísticas da quantidade e da rentabilidade. Diria que o ensino público se tornou populista, daí que não nos devemos surpreender com o populismo político (está dentro do mesmo círculo).

Quanto à segunda condição daquele sociólogo, ser bom pelo menos em duas áreas, recordo que há dez anos, estava eu num festival na Alsácia, e me contaram sobre a história de uma mulher de 30 anos, pós-doutoramento em literatura francesa, que perante a única perspectiva de trabalho ser o dar aulas de francês no secundário e mesmo assim ter de lutar por uma vaga, disse aos que iria esquecer tudo o que tinha estudado e todos os sonhos. Procurando ter uma vida própria e um ordenado, resolveu ir trabalhar como caixa num supermercado.

A pandemia que nos assola expôs os erros que temos cometido na educação e confirmam o que foi exposto naquela entrevista. Já levamos vinte anos de atraso e a má notícia é que parece que esperamos ficar todos bem e voltar ao conforto de velhas convicções, agora com 30 anos. Um reitor de uma das melhores e mais conceituadas universidades portuguesas dizia que os especialistas das ciências da educação seriam os mais renitentes a qualquer alteração de fundo. Deu a imagem que ficam os pés na terra para que ela não ande à volta do sol.

Estive na comissão que trabalhou na reforma do ensino artístico e que criou o ensino integrado. As últimas reuniões foram dirigidas por duas técnicas superiores do Ministério da Educação. Na altura estava na moda falar na educação cívica. O Dr. Jorge Sampaio era o presidente da República Portuguesa e insistia na necessidade de instituir mais essa disciplina no ensino secundário. Perante a minha afirmação que essa disciplina não resolveria o problema, pediram-me, algo indignadas, que me justificasse. Expliquei a minha experi-

ência pessoal de menino que se iniciou numa banda de música.

Na minha terra, os aprendizes estreavam-se a marchar com a banda no dia 1º de Dezembro, aniversário da Restauração da Independência de Portugal. Tínhamos de tocar o hino da sociedade mais o hino da restauração em frente a todas as colectividades da terra. Vestíamos a mesma farda sob o mesmo estandarte. Mais tarde aprendíamos que o hino da Maria da fonte se tocava para os ministros e governadores civis e que o hino nacional era só para o presidente da República com o hastear da bandeira nacional. A banda era composta por elementos de diversos níveis etários e origens sociais distintas. Tínhamos horários a respeitar mais direitos e deveres bem definidos. Havia uma hierarquia estabelecida e sempre alguém que acertava o passo e nos corrigia em termos de funcionamento, atitude ou até nos problemas de convivência ou familiares fruto da nossa juventude. Apesar destes argumentos, as especialistas obrigaram à inclusão da educação cívica no currículo. Aliás de todos os currícula do secundário.

Nestes vinte anos apareceu a internet, há neste momento creio que 57% de divórcios, a maioria dos casais com filhos não tem o apoio dos pais ou avós pois vivem preferencialmente na cidade e a escola continua a pretender que pode substituir, de *per si*, todo um edifício formativo. Numa família onde os pais que trabalham, perdem pelo menos 2 horas por dia em transportes, chegam à casa exaustos ainda com banhos para dar aos filhos, roupa para lavar, jantar para fazer entre outras tarefas. Com a televisão omnipresente durante o jantar, sobra pouco tempo

para educar. Até agradecem que os filhos se entretendam com o seu *tablet* e suas relações virtuais para o bem ou para o mal. Também esperam que os professores os eduquem embora parece que preferem que os entretendam dado que quando algo corre mal invetivam e até agridem os professores.

Grosso modo, passámos de uma geração que tinha quase sempre alguém em casa, amigos e vizinhos na rua mais acesso fácil a todo o tipo de associações culturais, desportivas, sociais ou recreativas, complementares da escola, para uma sociedade dominada pelas redes sociais, onde os pais se desdobram entre trabalho, quando há, transportes, partilhas dos filhos, encargos de todo o tipo, o acompanhamento dos filhos torna-se muito difícil. Deixou de haver o complemento associativo que podia e devia ser parte integrante do edifício formativo.

Eu estudei no liceu Camões em Lisboa, à época o melhor do país. Entrava às 8.30h e saía às 13.30h, cinco dias por semana e tinha tempo para o desporto, para o conservatório de música e para tocar na banda filarmónica. Não imagino e não me revejo na estrutura de ensino actual no que diz respeito à omnipresença e onipotência da escola. Quantos jovens já pisaram uma horta? Quantos partilharam uma gamela de agricultor? Quantos visitaram um hospital? Quantos fizeram equipa ou deram algo à sociedade?

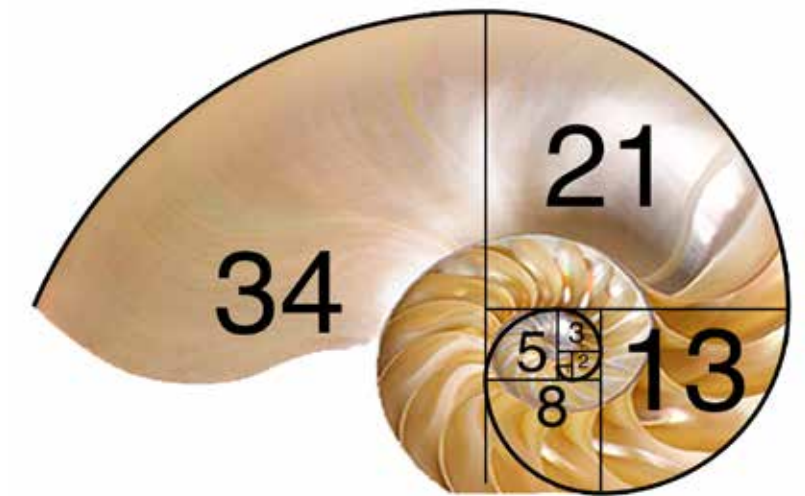
Para tudo isto que foi referido e mesmo para simplesmente ler, ir a um concerto, visitar uma exposição, é preciso tempo. O tempo foge-nos e o repouso necessário para que a mente se possa desenvolver com a necessária reflexão do que se apreendeu, deixa

de existir. Escola a menos é um problema, escola a mais também. É verdade que o associativismo se tem de reformar e actualizar, a escola também a fim de acompanhar os novos tempos e o futuro como nos indicou o referido sociólogo.

A realidade evolui a cada momento e, por isso, estranho que a Academia não só não antecipe como também parece não querer ou não conseguir acompanhar as mudanças enormes dos últimos 20 anos, mantendo um *status quo*, o qual, se fosse eficiente, estaria patente nos resultados. Estes, ao invés, mostram um individualismo enorme, uma indiferença crescente perante à sociedade, uma falta de comunicação real entre os indivíduos, uma total apatia e uma também crescente subserviência a fazer lembrar outros tempos.

Que fazer? Haverá alternativas? 90% dos meus melhores alunos tinham altas notas no secundário. Poderiam ser engenheiros, físicos, matemáticos, advogados, entre outras profissões. Escolheram música e o clarinete por vocação. Na ESMAE, são encaminhados para um ensino que, sendo abrangente, está centrado na especialização musical.

Um médico amigo, falando do seu filho, dizia que ele se queixava de monotonia. Chefe de uma equipa brilhante de urologia, apesar de ganhar muito dinheiro, estava farto de fazer a mesma coisa. A pandemia expôs profissões e profissionais que neste momento não podem garantir o seu futuro ou se têm futuro. Profissionais que, embora em activida-



de, temem que o futuro atinja em breve também a sua área. Muitos pais e jovens receosos, muitos em pânico sobre que curso escolher. E se a escola convidasse os jovens a chegar aos 25 anos com duas licenciaturas distintas, uma de vocação e outra de aptidão? E se promovêssemos 2 línguas estrangeiras? E se parte do ATL e algumas disciplinas fossem vivenciadas na sociedade, no campo, na empresa, na fábrica, no clube, no grupo ou na banda?

Há princípios e valores que nos trouxeram até aqui desde a Criação. São intemporais e insubstituíveis. Da nossa humildade em reconhecer os erros, da nossa coragem em encetar novos caminhos, depende o nosso futuro, sem snobismo ou paternalismo. Perante isto, há de procurar respostas, encontrar soluções, mas, sobretudo, partir doutras premissas. O compasso não pode ser usado só para desenhar círculos ainda que estes tenham várias dimensões. O círculo é a primeira figura geométrica que aprendemos a desenhar. A elipse é mais complexa, mas, é evolutiva como demonstrou Fibonacci. ■



# DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

Fernando dos Reis Condesso | Professor catedrático e coordenador do grupo de disciplinas de Direito Público e de Ciência Política – ISCSP/Universidade de Lisboa



Há duas noções que devem impor-se rapidamente após o período de crise que a Democracia e a Política revelam na actualidade e designadamente face ao sistema financeiro e ao poder económico, e à lição a retirar dos erros do ultraliberalismo destes últimos trinta anos, que terminaram com o consen-

so “social-democrata” do pós-guerra e consequentes sacrifícios dacronianos a cargo dos cidadãos. Uma é a da importância da legitimidade funcional dos poderes, para além da meramente originária na conquista do poder, e a outra é a da importância do controlo de todos os poderes, para além da mera separação deles. E é aqui que a ideia de transparência no exercício dos Poderes políticos e financeiro-económicos começa a aparecer como uma ideia-chave. Muito da crise actual, face à excessiva liberalização, desregulação e não eficaz fiscalização institucional dos mercados, tidos erradamente como tanto mais eficazes quanto menor for a intervenção do Estado, revela bem os perigos não só do Estado mínimo para que temos caminhado como do Estado ausente, com a simultânea falta de transparência no exercício quotidiano desses Poderes.

A transparência deve difundir-se, cada vez mais, a propósito de tudo o que envolva os interesses da colectividade, sejam actividades nas mãos das Administrações públicas, sejam actividades privatizadas de interesse colectivo. Ela tem um espaço destacado no discurso político, administrativo e económico.

Trata-se de um conceito que deve difundir-se como uma referência valorativa essencial imposta a esses Poderes e que tem de se transformar num eixo pri-

vilegiado de abordagem reformista das próprias Administrações. Ele ambiciona conduzir à aparição de Administrações novas, nas palavras de Jacques Chevallier, “sintonizadas com a sociedade e trabalhando em permanência debaixo do olhar do público”.

No caso do Estado-Comunidade, perante o modelo administrativo tradicional do segredo (agora, por razões de descrédito, obrigado a retroceder para muito restritas áreas de excepção), o valor que se pretende realçar é o da figura antitética do dar a conhecer ao público tudo aquilo que mexe com interesses do público (seja decisões individuais seja de órgãos colegiais, seja ligadas ao governo do país, da União, da região, da cidade, seja dos partidos que no fundo conduzem governos, parlamentos, municípios, seja dos bancos onde têm poupanças ou empresas onde têm capital, de capital democratizado, ou seja, cotadas nas bolsas etc.).

Trata-se de proclamar um conceito adequado a criar a ideia de oposição aos traços característicos do conceito de segredo, que tem de combater, para que os cidadãos não sejam apanhados de surpresa por decisões erradas ou omissões graves e para saberem em permanência como são utilizados os seus dinheiros. É um conceito integrado em luta contra o que estava escondido, o desconhecido, o misterioso, o impenetrável, o opaco.

E, assim, modificando os princípios orientadores do funcionamento das políticas, gestões e Administrações e dos seus modos de contacto com os contribuintes, geridos, administrados, para garantir funcionalmente e restaurar quando necessário a legitimidade dos

poderes, cada vez mais questionada, transformando de facto as instituições, designadamente a Administração Pública, não só numa casa para todos (princípio da igualdade e solidariedade), mas também, uma casa de todos (questão de “propriedade”).

O debate sobre a ampliação e generalização do acesso à informação não se situa, no caso das instituições do Estado, meramente por cima dos escombros do segredo administrativo não justificado. Sem dúvida, que visa fazê-lo recuar, legalizando-o à mínima expressão historicamente possível, que se construiu a ideia de transparência. Ele deriva da ideologia da democracia administrativa, sem a qual se deteriora a democracia *tout court*; ou em conexão com a defesa do fim de qualquer segredo, mesmo que se entenda que continua a ter de se aceitar algum segredo devido.

Mas repare-se que se tem de recuar mesmo no campo das relações interestatais, onde o próprio direito internacional, depois da primeira grande guerra (para evitar os pactos bélicos, de que os povos discordariam), há muito que impõe o seu registo (segundo a actual normação da ONU). De qualquer modo, este acesso à informação não coincide totalmente com a afirmação da transparência absoluta, pois basta considerar que o seu regime, onde existe, obriga, por vezes, a discrições naturais, certas áreas de confidencialidade, em certas fases procedimentais, embora tal deva ocorrer de modo minimamente controlado e temporalmente limitado.

Ou seja, o direito ao saber obriga inclusive a sacrificar a transparência quando esta possa levar a excessivas

pressões sobre o interesse colectivo ou, justamente, ponha em questão as liberdades públicas, base fundamental de qualquer sociedade democrática e dos direitos fundamentais. Embora, normalmente, soluções desproporcionadas aos objectivos a proteger e legalmente previstos. Refiro-me ao campo de certos secretos por “interesse público” (certas cláusulas sobre segredo de Estado, segredo de justiça e alguns por interesse particular, designadamente económico, embora sem por em causa totalmente a transparência onde ela faz mais falta: grande parte dos segredos de informações económicas e contratuais administrativas).

Importa atentar na importância quantitativa e qualitativa das informações detidas hoje pelas próprias Administrações Públicas em geral, nacionais e unionistas, e na necessidade, de princípio, da sua total transparência, para que os cidadãos, as organizações não governamentais e inclusive outras Administrações alheias às que têm atribuições directas nas distintas matérias, possam saber e participar, denunciar ou actuar, administrativa e jurisdicionalmente, na defesa dos interesses dos cidadãos.

O direito de acesso, até há pouco um tema novo na generalidade das legislações, com excepção da sueca (em que remonta ao século XVIII), assume cada vez mais contornos supranacionais e aplicações vastas e complexas, existindo no âmbito do Poder Administrativo já em muitos países europeus e americanos, não só em matéria ambiental, mas vai mesmo avançando com carácter geral, pese as suas diferenciações de eficácia

prática. E todas as normações existentes necessitando de ser revistas, reformadas e ampliadas, colhendo lições recentes, no sentido não só de um regime mais aberto, mas também, de um acesso mais rápido e melhor garantido.

Uma coisa é certa, em geral são muito amplas as informações recolhidas e usadas pelos Estados (vistos como “máquinas informacionais”) e outras grandes organizações de propriedade dispersa e controladas por um pequeno número de pessoas que, aliás, são reclamadas para fazer frente a inumeráveis tarefas, que não apenas de controlo em nome dos direitos de cidadania. E esta “Administração Pública de Dados” não pode deixar de colocar, hoje, em geral, o problema do “espectro das responsabilidades informacionais do poder público”.

É verdade que os próprios organismos públicos e privados vão colocando



cada vez mais, nos seus sites, quantidades apreciáveis de informação; tanta que às vezes nos confunde e tolda, evitando de reparar no essencial. Há de fazer uma distinção entre difusão da informação activa, que pode mesmo servir objectivos de mera propaganda e real acesso à informação que sirva ao controlo dos Poderes.

Hoje, por imposição da União Europeia, os Estados têm obrigações de difusão oficiosa, cujo interesse relativo deriva de a sua normação enunciar formalmente a tipologia documental e informativa a difundir, retirando alguma margem de arbitrariedade à Administração. Porém, são duas nações de transparência úteis mas separadas, dado que o direito de livre acesso de informação seleccionada pelo cidadão é diferente da vontade ou mesmo obrigações legais de difusão ou de permitir a comercialização dos dados administrativos.

Há de entendê-las, sobretudo, como noções complementares: a difusão administrativa dando maior amplificação à transparência no novo contexto tecnológico, embora falte superar certas questões para realizar a transparência interessada, por esta via, que necessita enquadrar o problema das taxas deste serviço. Sendo informação que já se pagou, porque se recolhe e elabora com fundos públicos, não é concebível lucrativamente para o regime do direito de acesso, a menos que vise objectivos lucrativos, por parte do receptor, legalmente permitidos.

Para efeitos de exercício do controlo dos poderes públicos pelos cidadãos, deve ser gratuito quando através de

exame directo da documentação ou, se por reprodução, dentro de certos montantes limitados, e a partir daí segundo o custo dos materiais. Ou seja, mesmo além desses limites, nunca deve ultrapassar os custos feitos na reprodução dos substratos da informação (tal só é concebível para comunicações de informação com fins de utilização comercial, matéria que, em Portugal, está já bem regulada pela segunda parte da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto — no âmbito do direito de acesso à informação ambiental, rege a Lei n.º 19/2006, de 12.6 (LAIA) — complementada com a LADA), a qual, no entanto, na sua parte inicial, referente ao direito fundamental à livre informação, intermediada pela comunicação social ou (porque esta está em geral telecomandada pelo poder dos grandes grupos económicos) também por iniciativa directa dos cidadãos, necessita urgentemente de ser ampliada em termos de entidades e matérias sujeitas à informação e, portanto, de ser adaptada aos ensinamentos dos novos tempos.

Quanto a este direito, consagrado na nossa Constituição e, em parte, em Convenções Europeias recentes, importa dizer que ele se pauta pela ideia de que a publicidade faz ganhar a confiança nas autoridades. Com efeito, os objectivos da transparência administrativa, tal como têm sido historicamente explicitados na multissecular doutrina sueca, perseguem três funções principais, no campo da eficácia, da participação e da legitimidade funcional da Administração Pública. Concretizando-as, podemos dizer:



1º Potencia e eficácia, a racionalidade e a qualidade da prestação dos serviços públicos, permitindo aos cidadãos supervisionar as autoridades públicas para prevenir ou denunciar decisões ilegais, arbitrárias, parciais, inoportunas, corruptoras. A sua originalidade em relação com os instrumentos garantísticos geralmente consagrados está no facto de prevenir, não só o controlo *a posteriori*, correctivo, mas também, permitir a vigilância continuada, inclusive com relação a assuntos em curso, detectando erros, a tempo de rectificar comportamentos ou conformar decisões.

2º Incentiva a participação dos cidadãos, contribuindo para a formação da opinião pública e dando os meios de debate sobre as opções políticas e administrativas. Portanto, é fundamental a distinção anteriormente apresentada entre a difusão interesseira, eventualmente propagandística, seleccionada por quem a dá ao conhecimento, daquela informação correcta, contextualizada e de livre opção do cidadão, ou seja, traduzindo um direito de livre acesso à informação. De qualquer maneira, o acesso à informação, nesta perspectiva, é instrumental de uma participação activa e eficaz, sendo certo que para escolher é necessário primeiro conhecer. No entanto, os sistemas jurídicos que só dão acesso à informação na medida em que ela se prenda com o direito à participação em certos procedimentos ou elaboração de opções ou políticas, não a concebem como um direito fundamental geral, pois aqui estamos perante um

acesso controlado, instrumental de um exercício concreto a ocorrer na Administração, por sua iniciativa, e não um acesso a qualquer matéria e documento, seleccionados livremente pelo cidadão.

3º Reforça a legitimidade funcional, pela via da confiança nas autoridades, ao viabilizar o controlo normal sobre as suas declarações e actuações. Quanto à função legitimadora da transparência no regime democrático, há de recordar que a ideia da necessidade de transparência aparece já no art.º 15.º da Declaração dos Direitos do Homem, de 26 de Agosto de 1789, declaração solene de que só a Suécia foi precursora em 1766.

Mas, o princípio não foi originariamente transcrito no direito positivo dos Estados democráticos. Pelo contrário, o segredo continuou a ser uma constante da acção administrativa. Regra de ouro do antigo regime, resistiu durante os séculos seguintes aos princípios da nova ordem revolucionária, qual *arcana regni*, como se a transparência fosse incompatível com os princípios e as necessidades das democracias modernas, que implicam a democracia administrativa. Enquanto, por um lado, a acção do Estado se vai estendendo a todos os sectores da vida em sociedade, por outro, a crença democrática no papel fiscalizador dos parlamentos desvanece-se, sem superação possível, com as barreiras crescentes dos limites dos mecanismos democráticos institucionais.

A função legitimadora deriva da transparência para permitir compreender as soluções correctas e ajudar à sua aceitação. A legitimidade pode reforçar-se, como diz o parlamentar belga Je-

an-Marie Duffau, “pelo sentimento que os administrados têm de que a acção administrativa é boa, bem motivada e honesta”. Por isso, as leis, que começam a despontar sobre a transparência administrativa, contribuem indubitavelmente para dar à Administração uma credibilidade questionada ou, pelo menos, perturbada, desde logo devido à síndrome da crença que, em 1938, James M. Landis expressava bem, ao afirmar que as necessidades em especializações são muito maiores e os especialistas sempre têm razão.

Esta crença atemoriza os cidadãos, cada vez mais propícios a meditar sobre as palavras do mais intelectual dos presidentes americanos, Woodrow Wilson: o que mais receio é um governo de especialistas. Se vivesse hoje, não deixaria de estar a pensar, v.g., na governação efectuada pelo Banco Central Europeu. Com isto, a transparência contribui para legitimar a actuação administrativa.

Aliás, a transparência, complementada pelo diálogo no procedimento ou na decisão (mesmo no caso de ser mudada em processo contratual, como o actual direito administrativo, cada vez mais, vai viabilizando), em termos de permitir a ponderação de interesses menos gerais (situação em que deverá estar em questão menos um direito de participação, integrando a co-decisão, que um direito à exigência da co-ponderação dos diversos interesses e soluções no procedimento administrativo antes da tomada de decisão), é condição para um desejável aprofundamento da abertura e eficácia da actividade administrativa. Isto não deixa de viabilizar a defesa do

interesse geral, complementado pela integração ponderada de todas as realidades sociais. E tudo isto tem de ver com o interesse público, cuja prossecução deixa de ser presumida para passar a ser constatada e, mais importante ainda, constatável.

Concluindo, entre as técnicas de controlo da actividade e da promoção da eficácia e imparcialidade na Administração Pública e noutras grandes organizações mesmo do mundo financeiro e económico, geridos capitais de muitos donos, frustrada num caso a fiscalização eficaz das assembleias sobre os governos e outras administrações (que dirigem, orientam — superintendem — ou tutelam as suas diferentes instituições), ou noutro caso das assembleias de grande quantidade de accionistas (e onde aliás nem todos têm direitos participativos), no actual debate doutrinal, além da avaliação das políticas por entidades externas e orientações de futuro pelos representantes do povo ou dos capitais, a outra que merece especial destaque é a da transparência, geral e continuada, por iniciativa própria ou provocada, na actividade dessas administrações perante os cidadãos e outros interessados.

Para além das legitimidades originárias que depende de um acto eleitoral, às vezes longínquo ou pouco esclarecido, para além da multiplicação de órgãos designadamente de fiscalização, a experiência e os desastres funcionais há muito revelaram que há de devolver os poderes directamente aos titulares individuais legitimadores das diferentes funções exercidas. ■

# CONSCIÊNCIA DIGITAL

Carlos Lima | Especialista em Tecnologias da Informação

O “mundo digital” representa uma das invenções do Homem que mais impacto tem na sua vida. Esta passa, cada vez mais, por este novo mundo. Mesmo os que vivem afastados dele acabam, de uma forma ou de outra, por ter parte da sua vida aí. É como se existisse um mundo paralelo ao chamado mundo real, onde vivemos cada vez mais, conscientes ou inconscientes disso e independentemente do nosso grau de adesão. A sua influência na nossa vida pessoal e familiar, na nossa actividade profissional, na nossa identidade cultural e colectiva é meteórica, inegável e inevitável.

Mas, como em tudo na vida, há uma parte positiva e outra que pode ser nefasta, que nem sempre é fácil de vislumbrar. No entanto, o saldo para nós pode ser única e largamente positivo. Basta que, sem dramas ou receios infundados, adoptemos a postura certa. Para isso, temos de estar cientes do que aí é realmente positivo para nós e do que devemos evitar. A isso chama-se ter “consciência digital”. Ainda que para muitas pessoas haja muito por descobrir na era digital, a sua

parte benigna parece ser mais visível do que a outra. E como é esta parte que nos pode causar problemas, a construção da nossa “consciência digital” deve começar por aí.

As novas tecnologias podem influenciar-nos negativamente nos seguintes aspectos:

- Sermos vítimas de fraude com recurso aos meios digitais, particularmente na utilização da internet.
- Sermos capturados por um vício de utilização que nos afaste das nossas



relações pessoais, familiares e outras, ao ponto de as destruir.

- Sermos desviados dos nossos valores e origens socioculturais, ao ponto de nos tornarmos alguém que não devíamos ou não queríamos ser.
- Sermos usados como matéria-prima em esquemas de negócio colossais, em formatos nunca vistos e, daí, difíceis de vislumbrar.

Não sendo possível apresentar, aqui, um guia detalhado de utilização das novas tecnologias, proponho a apresentação dos mandamentos do que deve ser uma “consciência digital”, com base na minha experiência de três décadas de profissional da área e utilizador avançado, metade das quais muito ligado à área da segurança digital, e com um saldo ampla e unicamente positivo.

Primeiro mandamento para uma “consciência digital”: por muito que as tecnologias de informação evoluam, jamais dispensarão ou substituirão por completo a presença e o contacto físicos e a nossa existência em grupo, partindo da unidade atômica da sociedade humana, que é e será transversal aos tempos — o núcleo familiar. O ser humano é um ser de existência em grupo. Isso foi criado pela natureza, com a condução de seres divinos, para quem seja religioso. O “digital” não vai alterar esse princípio. Se isso acontecer, até poderemos existir enquanto espécie, duvido é que seja correcto continuar a chamar-



lhe “humana”. O Facebook e o Whatsapp foram desenvolvidos para proporcionar a comunicação e a partilha à distância de informação, individualmente ou em grupo, e não para ser o lar de um casal ou de uma família, ou um partido político (mesmo que possa haver quem o ambicione).

O segundo mandamento da nossa “consciência digital” é ter a noção de que o “digital” não veio para substituir as nossas origens e práticas culturais. Veio para ajudar a construí-las e a mantê-las. Se a leitura de livros teve um papel fundamental no meu desenvolvimento como pessoa, não devo substituir essa prática por um qualquer jogo “online” que esteja na moda. O que posso fazer é passar a ler os meus livros em formato



digital, com as vantagens desse formato.

O terceiro mandamento é ter o controlo da nossa vida com este novo mundo. No dia em que eu não conseguir evitar de estar permanentemente no Facebook ou no Whatsapp, sem que isso realmente se traduza na melhoria da minha qualidade de vida, ou me ajude a atingir os meus objectivos, então significa que eu me tornei uma vítima e não um beneficiado. Há quem possa achar que estar no Facebook ou no Instagram a fazer publicações ou comentários (basicamente a jogar conversa fora) é um momento de descompressão e que isso também é importante. É verdade, mas o ser humano não precisa de descomprimir metade ou mais do tempo que está acordado. A não ser que estejamos de férias, mas passar férias no Facebook ou no Instagram seria, no mínimo, uma opção bizarra. Devemos pensar se há outras formas de descompressão que sejam, ao mesmo tempo, de alguma utilidade para nós. E até pode ser "online", mas que o seja com conta, peso e medida e... com consciência.

O quarto mandamento é saber que qualquer tecla que eu digite "online" não é informação privada, ainda que eu active todas as opções de privacidade nos "sites" e aplicações que uso. Não existe isso de "privacidade online". Pelo menos, a entidade que gere o "site" ou a aplicação terá acesso a essa informação, até a nossa própria "password" de acesso aí. E, muitas vezes, essas entidades devem ser as primeiras de quem nos devemos proteger por uso indevido da nossa informação.

O quinto mandamento diz-nos para colocarmos "online" o mínimo

de informação sobre nós e mesmo a que colocamos pode ser distorcida, ou aproximada (para usar um termo mais adequado). Com isto não estou a defender a criação de perfis falsos, por exemplo, no Facebook. Mas se eu me chamar António Manuel da Silva Pereira, basta dizer que sou António, ou apenas "Tony", ou "Tó". Se tiver nascido a 1 de Janeiro de 2000, posso dizer que nasci a 2 de Março de 1998, e isto se a data de nascimento for um dado obrigatório. Não tenho nem devo dizer onde moro. Quanto muito, indicar o país ou a região. Só quem me visita em minha casa é que precisa de saber onde moro. Quem vai à minha página de Facebook não tem necessidade nenhuma dessa informação. Sem criar uma personagem fictícia, estou a revelar o mínimo aproximado de quem sou. Quando estabelecer contacto directo com alguém, aí posso dar a informação certa e explicar-lhe que essa distorção é por uma questão de protecção dos meus dados pessoais. Mesmo que configure os parâmetros da minha página de Facebook para que nenhum outro utilizador possa saber a minha idade, o próprio Facebook saberá. E a pergunta coloca-se: e isso representa um risco para mim? Já lá vamos.

O mesmo acontece quando vendo alguma coisa "online" e combino com o comprador a sua entrega na minha morada. Se for alguém que não conheço, posso dar-lhe a minha morada sem o número da porta e o andar. Ele não precisa de colocar no GPS esse troço final da minha morada completa. Dar-lhe-ei essa informação quando o vir a chegar à rua e posso até optar por descer à rua e ir ao seu encontro, sem lhe dar toda a informação.

Quando eu publico o meu currículo profissional "online", não tenho de indicar qual a minha morada completa. Basta dizer, por exemplo, que vivo na região de Lisboa. Para uma entidade que me queira contratar, saber o nome da minha rua é completamente irrelevante. Darei esse dado completo se e quando for contratado, e em circuito fechado. Estando publicado "online", eu não sei quem poderá ter acesso a essa informação. Imaginemos que a minha experiência profissional inclui a investigação em produção de alimentos transgénicos. Arrisco-me a que um grupo de activistas vá fazer uma manifestação à minha porta.

Na minha conta da Google tenho apenas o meu primeiro e último nome (e isto para que o meu nome verdadeiro apareça nos meus emails, no Gmail), a data de nascimento não é a correcta e nem indico o meu género. Para usar as ferramentas da Google não preciso de dar mais nada. Mesmo que nos pareça inócuo, devemos dar o mínimo e o menos aproximado possível de informação pessoal. Obviamente, sem colocar em causa outros aspectos que também são importantes, como, por exemplo, a nossa credibilidade.

O sexto mandamento é um complemento do quinto: para toda a informação que coloco "online", devo pensar se isso me pode causar algum impacto negativo. Entenda-se que a informação pessoal não se resume apenas aos dados de identificação e aos de contacto. Por exemplo, os "sites" que visitamos ou as "apps" que instalamos no telemóvel também fazem parte da nossa informação pessoal e podem

ajudar alguém a saber quem somos. É óbvio que ninguém se vai lembrar desse cuidado por cada mensagem que envia, ou por cada "site" que visita, por exemplo. Mas convém que o tenhamos como pano de fundo da nossa "vida digital" e que, de vez em quando, ele desperte na nossa mente para vermos se algo está errado para o corrigirmos antes que seja tarde.

A marca de calçado que eu compro "online" é uma informação pessoal de baixo risco. O que me pode acontecer é começar a ser perturbado com anúncios dessa marca, ou então receber alguma influência de consumo, aqui e ali de forma subtil, porque essa informação foi usada para decifrar os meus gostos pessoais. Se souber que eu ando a visitar "sites" pornográficos, à partida, não é algo que me vá criar grandes problemas. Mas se forem "sites" de conteúdo pedófilo, um dia destes posso ter a polícia a bater-me à porta.

Revelar "online" a minha afinidade política pode não me fazer qualquer estrago. Agora, se eu manifestar ser o líder de uma organização anti-regime, ainda que recorra a meios legais, posso vir a ser um alvo de interesse para os serviços de informação do país e sabe-se lá o que pode surgir daí. Fazer um comentário menos abonatório sobre um vizinho, na minha página do Facebook, pode, eventualmente, gerar um comentário idêntico da parte dele, ou o mesmo virar a cara para o lado, na próxima vez que nos cruzarmos. Mas se disser mal da empresa onde trabalho, dependendo da gravidade do que disser, isso pode custar-me o emprego. Não nos esqueçamos da velocidade a

que a informação circula na internet — incomparavelmente superior ao tradicional “boca a boca”.

As grandes tecnológicas que nos têm conquistado com tantas facilidades digitais a custo zero ou quase construíram à nossa volta um mundo novo onde o seu principal objectivo não é fazer de nós os seus beneficiários, mas a sua matéria-prima. Tal como diz o ditado, não há almoços grátis, e se temos a oferta de todas estas facilidades, em troca estamos a dar-lhes, inconscientemente, a nossa “alma digital” — a nossa informação pessoal. Este é o nosso código genético enquanto pessoas, que revela quem somos, o que desejamos e o que fazemos. Um activo muito mais valioso até que o nosso dinheiro.

Os grandes conglomerados tecnológicos, como a Google e o Facebook (que além desta rede social, inclui o Instagram e o Whatsapp) não alcançaram rendimentos faraónicos, de dimensões nunca vistas, apenas a fazer o papel de “bons samaritanos digitais”. Estas novas superpotências, que já rivalizam com as tradicionais superpotências (EUA, China, Rússia etc.) pela hegemonia no mundo, montaram à nossa volta uma gigantesca máquina de negócio que nos estimula a dizer, cada vez mais, quem somos, de forma voluntária mas inconscientes do impacto que isso pode ter para nós. Elas sabem mais de nós do que nós próprios. Com elas emergiu a era do processamento de informação em massa e daí surgiu aquilo a que se designa de “profiling” — traçar o perfil digital dos seus utilizadores e ganhar com isso dinheiro. Muito dinheiro. Com essa informação e recorrendo a mecanismos inovadores na análise de dados, estas superpo-

tências procuram, a cada momento da nossa vida, saber o que procuramos, o que desejamos, para onde pensamos ir, com quem mais nos identificamos, para nos colocar à frente, de forma subtil e insuspeita, aquilo que realmente mais nos interessa num dado momento. Ou então, aquilo que elas acham que mais nos deve interessar, ou que querem que nos interesse porque lhes é conveniente para o seu negócio ou para a sua influência no mundo.

É tendo noção dessa realidade que surge o sétimo mandamento da nossa “consciência digital”: não devemos entregar-nos a apenas um fornecedor destes sistemas. Com isto, estamos a limitar a sua capacidade de saber demais sobre nós e assim reduzimos o risco de influência disfarçada que pretendem exercer sobre nós. Veja-se, por exemplo, o caso da Google, que persistentemente tenta que usemos as suas ferramentas para tudo o que fazemos “online”. Por exemplo, quando acedemos ao Gmail através de um “browser” diferente do da Google, somos frequentemente convidados a instalar o Chrome, que tem a possibilidade de ter uma conta associada para registar tudo o que fazemos “online”, algo que é mais vantajoso para a Google do que para nós próprios.

Ao dispersar a nossa informação por vários provedores de serviços “online”, estamos a reduzir o seu poder e não é crível que estes conglomerados partilhem a informação que têm sobre nós uns com os outros, porque são adversários no mesmo negócio, onde essa é a principal matéria-prima. A integração de funcionalidades é mais vantajosa para eles do que para nós. Ao mesmo tempo, não temos toda a nossa informação



e actividade “online” dependentes da resiliência de apenas um sistema. Ainda que seja pouco provável que os sistemas centrais da Google tenham uma avaria tal que haja perda definitiva de informação aí guardada, tal não é de todo impossível.

Por fim, apresento-vos o último dos mandamentos, o oitavo: usar apenas o que precisamos num dado momento. Muitas pessoas têm o hábito de ter sempre tudo ligado no telemóvel: os dados móveis, o Wi-Fi, o Bluetooth e o GPS. Isso é como se vivêssemos dentro de uma casa toda feita de vidro e sem cortinas.

Quem passasse do lado de fora, poderia ver tudo o que estivéssemos a fazer em cada momento. Além do consumo da bateria (uma gota de água na pegada ecológica, mas é de gotas de água que o oceano é feito), expõe-nos permanentemente a uma monitorização desnecessária e que pode ser nefasta — a saga destas superpotências nos colocarem dentro de algo parecido à história do Matrix, a conhecida trilogia que fez sucesso no cinema, no virar do milénio. Se vivermos conscientes neste novo mundo, viveremos seguros e felizes e não deixaremos de ser quem somos. ■



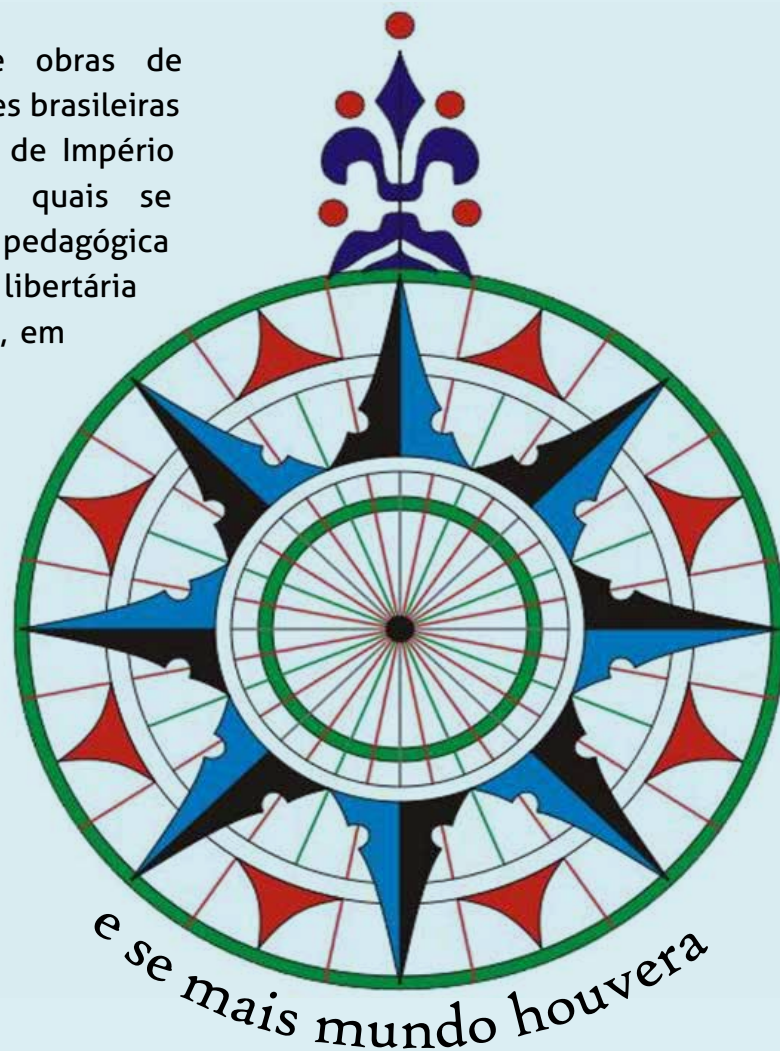
# AGOSTINHO DA SILVA

## — PARA SERMOS GENTE NOVA

Lúcia Helena Alves de Sá | Doutora em Teorias do Texto, Professora e Produtora Cultural

A trajetória de vida e obras de Agostinho da Silva pelas regiões brasileiras foi um imenso rasto de Fé e de Império de inovações culturais nas quais se inseriram uma concepção pedagógica conversável — humanista e libertária — como a que se concretizou, em 1962, no Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP), na Universidade de Brasília. A Rosa dos Ventos, escolhida pelo professor Agostinho como marca do CBEP, foi reproduzida do Mapa de Pedro Reinel, salvo algum engano de Roberto Pinho (amigo e divulgador das ideias agostinianas no Brasil e em Portugal), mas com certeza de um dos mapas da cartografia portuguesa dos quatrocentos.

Agostinho da Silva pediu, conforme contou-me Roberto Pinho, ao Alex Chacon, designer do Instituto de Artes da UnB, que criasse o papel timbrado oficial que, a partir daí, foi usado em toda a correspondência do Centro. Pinho não lembra exatamente se Agostinho escolheu diretamente ou aceitou a sugestão do Alex. Quanto ao Fabrício Pedroza, ele reproduziu este mesmo símbolo do papel para uma bandeira de pano. A bandeira do Centro. No papel, sob o símbolo, ainda tinha uma frase do Camões: “E se mais mundo houvera”.



A partir deste centro Agostinho continuou a protagonizar o futuro mais promissor para o Brasil (a cultura brasileira): o de ser uma grande liderança. *E atentai-vos: os portugueses da península deveriam já desde muito perceber que o Portugal do futuro é o Brasil.* A obra inteira de Agostinho versa sobre isto, tento como proposição, entre outras demandas, a Confederação dos Povos de Língua Portuguesa (frisa-se Povos), cujo amigo José Aparecido de Oliveira, que foi diplomata, embaixador e impulsionador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sempre deixou registrado em suas andanças pelas regiões lusófonas. Contudo, a evolução desta entidade ao longo dos seus vinte e quatro anos de existência segue com sério e lamentável disvirtuamento dos princípios que inspiraram sua criação.

Inserido na corrente do Brasil, Agostinho tornou-se, pois, um brasileiro. Apesar de não deixar de ter em si o sentimento e a ideia de *ser-se português* (homem de cariz missionário cuja tarefa foi levar ao mundo a *vida segura e conversável* — expressão advinda de trecho do *Diário da Navegação de Pêro Lopes de Souza* (1530-1532) aqui adaptada com referência especial ao ecumenismo e ao amor espalhados socialmente), declarou ter sido aqui um “soldado” — metáfora da ação de quem efetiva, na prática, projetos pedagógico-culturais e a *convivência* socialmente fraternal.

Como em Portugal foi impedido de realizar sua vontade de ser marinheiro de profissão, alegoricamente, dá a si mesmo a alcunha de “marinheiro”, figura do homem ao leme que vence o medo, vence o ser terreno que nele

havia. À maneira dos argonautas/navegadores que, depois de vencerem tormentas e tormentos, a um só tempo, foram recompensados com todas as dádivas, Agostinho marinheiro foi homem singular porque se tornou vencedor após conseguir ultrapassar os obstáculos intelectuais e pedagógicos que o impediram até mesmo de exercer o magistério.

Diz ter sido “soldado no Brasil” já que aqui agrupou, aproximando, pessoas e a elas procurou ensinar o desapego às coisas vis, a disciplina e o respeito mútuo que a vida exige para sermos gente nova para melhor existir no mundo. A esta condição de soldado aproximo a da imagem mítica de D. Sebastião que esteve apto para o espírito de serviço, cumprindo a missão com todo o seu coração e com todo o seu intelecto.

Estou convicta de que assim tenha sido: soldado fiel às suas ideias, trazendo-as à realidade e *convertendo-as* em prática pedagógica *conversável* e ações culturais que interviessem no espaço social, agindo de forma ordenada e integradora de modo a redimir, despertar e/ou moldar vocações das pessoas. E, finalmente, Agostinho da Silva serviu bem e com afinco à concretização da instauração da fraternidade entre todas as gentes quando da formação da comunidade lusófona.

Agostinho ainda nos deixa ver as coisas diante das coisas deste nosso tempo atual porque disse da necessidade da inclusão em nós da vida e do cosmos e do nosso permanente desafio de reconhecer a complexidade das interações indivíduos/sociedades/culturas, oculta-

da pela trivialidade do cotidiano que escraviza o espírito humano. Quanto a esse assunto, esboçou uma visão crítica deveras excepcional acerca da economia sobre o trabalho, da cadeia hierárquica do poder do mando que obriga a obediências, instiga a competitividade e a concorrência.

Na perspectiva de se almejar um novo tempo para o mundo e aos homens, revelou ser indubitável e obrigatoriamente objetivo da Ciência ajudar na elaboração de tecnologias que, realmente, se voltem para os meios sustentáveis da economia coletivista com a qual haverá lazer e abundância e a conjugação dos prazeres materiais (comida, educação, saúde, lazer) e espirituais. Afinal, *não foi para servos que nascemos*.

Em torno dessas questões, delineou a maneira futura de ser do homem nos domínios da humanização da economia e, por extensão, da tecnologia. Isso subjaz, explícito ou implicitamente, à escrita de um poema no qual discorro, de forma breve, a atualidade e exigência do agir ma(i)s espiritualizado, humanizado. O “Poema único de Bernardo Soares”, inserido em livro ensaístico intitulado *Do Agostinho em torno do Pessoa* (SILVA, 1997, p. 15), composição de 12 versos, constitui-se em uma poesia lúcida que vislumbra a *futura-Idade*.

*Vida foi gratuita e pobre  
quando se apanhava fruta ou  
se catavam raízes  
ou tola caída fruta  
depois a pagou bem caro  
escravo ou funcionário  
nem tempo para pensar*

*porquê tão triste fadário  
mas outro tempo virá  
de vida gratuita e boa  
para comer regalado  
e ler Fernando Pessoa*

Por meio do imaginário simbólico da poesia, Agostinho procurou fixar nesse poema um universo animado em cujo presente (2ª estrofe) o passado (1º estrofe) é renovado (3ª estrofe). Isso ocorre porque a linguagem da poesia permite que todo poeta percorra tempo e espaço e esteja livre para projetar-se ao futuro. Entretanto, o futuro aqui projetado foi já vivenciado.

Nos primeiros versos, subentende-se que houve, em tempo remoto, uma espécie de estado de perfeita liberdade e inocência partilhada de felicidade, pois o homem sequer entendia o que era trabalho. A “vida” esteve ordenada por uma comunhão entre a natureza e o homem. Porém, houve a corrupção dos costumes e a existência deixou de ser beatífica para ser encoberta pelo mundo do cotidiano racionalizado e institucionalizado (2ª estrofe).

Adentrando a intimidade (termo cunhado por Gaston Bachelard) das palavras “pagou”, “caro”, “escravo” e “funcionário” e das expressões “nem tempo para pensar” e “porquê tão triste fadário”, a 2ª estrofe, mantendo conversabilidade com texto em prosa do próprio Agostinho da Silva, inscreve a passagem

*[...] de um capitalismo de subsistência [...] a domesticar os animais e a cultivar as plantas, [...] a um capi-*

*talismo de concorrência [...]; para o capitalismo de opressão, em que os homens são considerados como feitos para produzir [...] dinheiro, o qual serve, por sua vez, para produzir dinheiro para produzir [...].* (SILVA, *Ensaaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, 2001, p. 101)

A escrita agostiniana é circular de maneira que é possível compenetrar textos de estilos diferentes que se traduzem, repetindo um determinado tema que aparece com nova roupagem. Assim, a 3ª estrofe, balizada pelo fragmento textual seguinte (SILVA, *Vida Conversável*, 1994, pp. 150-151), refere-se à

*[...] capacidade de contemplação e de criação do homem, aproveitando tudo aquilo que foi feito com o sacrifício dos trabalhadores durante séculos e séculos. [...] esperança de que se estabeleça na Terra um paraíso terreal, de que, pela meditação, os homens cheguem a um tempo em que o paraíso terreal e o espiritual, o do Céu, sejam exatamente a mesma coisa [...] em que o homem deixa que brote de si tudo quanto é de possibilidade divina ao mesmo tempo que não perde nada da sua humanidade, [...].*

No poema, a hipótese, a antítese e a síntese equivalem à tese agostiniana do Reino do Espírito Santo, literariamente plasmado. Há evidente gradação de

eventos que levarão à celebração, na última estrofe, da liberdade humana que confirmaria a presença no mundo de “outro tempo” — o do Espírito — que virá para instalar na realidade a dimensão fraterna da existência humana.

O sujeito lírico tem a clara inclinação de ter fé na instauração de uma *futura-Idade* em que tenhamos disponíveis os meios científicos e técnicos necessários para a destituição das “[...] tiranias e, pela conquista de nossa liberdade, poderemos reconduzir também à sua liberdade as plantas e os bichos.” (Silva, *Ensaaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*, 2001, p. 101).

A obra de Agostinho como um todo sustenta-se em uma profunda recursividade do pensamento que, na medida que avança, o ressignifica para que uma lição de *futura-Idade* tome rumo realizável já sob o agir de quem o lê. O “Poema único de Bernardo Soares” não fugiria a esta regra, pois interage com textos inseridos na obra *As Aproximações* (1990). O que não descarta que haja correspondência/conversabilidade com outros textos que, por sua vez, se interpenetram em um ritmo constante de inter e intratextualidade que compõem sua vasta obra.

A 1ª estrofe do poema rediz os textos “Ritmos de marcha” e “Sistemas de economia”; a 2ª estrofe compreende as mensagens de “Sobre escravatura” e “Cruz, política e dinheiro”; a 3ª estrofe mantém elo intertextual com “Teocracia” e “Criação própria”. Essas correlações justificam-se haja vista que uma imagem poética e uma ideia filosófica — nos



espelhos de palavras e nas dobras de poesia — são como que as projeções do mesmo projeto de George Agostinho quanto à impreterível concretização de uma nova governança mundial na qual todos seremos gente nova.

O futuro, que é o agora, só será concebido por uma das revoluções fundamentais da humanidade: as Técnicas de hoje, embasadas na mais elaborada Ciência, que permitam a possibilidade de libertar o homem, completamente, das pressões físicas e prisões mentais. Há por parte do Agostinho-poeta um anseio pelo qual essa liberdade se estabeleça perante a juventude ainda não influenciada pelas estruturas corrompidas da sociedade.

Assim vejo vivo o pensamento deste luso-brasileiro a nos impor a feitura e a instauração de um tempo essencial no qual toda “gente” compreenderá a complexidade e conectividade da *teia da vida*. Então, é imaginável que toda gente possa reconhecer a sua pertença à “vida”, demandando liames de *confraternização* para refundar vínculos sociais. Nesse sentido, a atualidade do pensar de Agostinho da Silva é contemporaneíssima: traz uma mensagem política ou de uma política de vida, logo, revolucionada e atenta a mudanças de paradigmas.

Agostinho permanece como uma consciência julgadora da transmissão cultural em que tudo é frenética e exteriormente oferecido acriticamente.

Não nos reconhecemos como indivíduos-sujeitos. É toda gente homogeneizada pelos gostos e vícios dos consumos modernos, bem como esquecida de suas tradições, pois deixou desaparecer de si a sua natureza.

Por fim, o Agostinho-poeta diz que se formos no mesmo rumo da gente alheada de “império” e “futuro”, não oportunizaremos vida inovada a novas gentes para arquitetar com audácia e reflexão uma nova formação cultural que atribua a todos conhecimentos que anunciem que a História não acabou nem mesmo que o homem e o mundo estejam a caminhar para um fim terrível.

À face da *ecúmena*, a vida de toda gente só será bem vivida se não se furtar à experiência alguma e tendo como experiência máxima a apreciação da vontade de todos os homens de todo o mundo para ser uma humanidade fraterna e viva. Isto é que vai decidir que tudo se renovará pela própria ação, particular e conjunta, de todas as gentes capazes de recriações animadas que enriqueçam o nosso patrimônio cultural com o qual podemos atingir algo sempre (de) novo: a comunhão do saber, o humanismo, o cuidado com o ser. É crucial tentar superar as estreitezas na qual nos cercamos a fim de que se estenda o amor socialmente enlaçado à humanidade inteira e sermos, agostinianamente pelo saber, servir e agir, gente nova a *ser-sendo-no-mundo com seres-com-outros-no-mundo*. ■



Ilustração de Fátima Murta. Capa do livro Agostinho da Silva: Um Conto para Crianças — O Português dos 3 M. Autor: Fátima Murta. 1ª Edição: 1º de Junho de 2006, Zéffro/Portugal

# **ID** **entidades**

[www.revistaidentiades.com.br](http://www.revistaidentiades.com.br)